

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

“VIVA EL REI DOM SEBASTIÃO!”: Uma análise do fenômeno sebastianista na obra *Romance d’a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta*, de Ariano Suassuna

JOÃO VITOR NATALI DE CAMPOS

São Luís
2021

JOÃO VITOR NATALI DE CAMPOS

“VIVA EL REI DOM SEBASTIÃO!”: Uma análise do fenômeno sebastianista na obra *Romance d'a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta*, de Ariano Suassuna

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer

São Luís
2021

Campos, João Vitor Natali de.

“Viva el Rei Dom Sebastião!”: uma análise do fenômeno sebastianista na obra Romance d’a Pedra do reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta, de Ariano Suassuna / João Vitor Natali de Campos. – São Luís, 2021.

114 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

1. Ensino de História. 2. Literatura. 3. Sebastianismo. 4. Dom Sebastião. 5. Ariano Suassuna.
I. Título.

CDU 398.3(469)“15”:821.134.3-7

JOÃO VITOR NATALI DE CAMPOS

VIVA EL REI DOM SEBASTIÃO!: Uma análise do fenômeno sebastianista obra Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta, de Ariano Suassuna.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

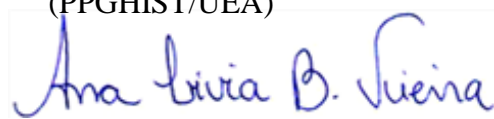
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer

Aprovado em: 16/07/2021.


BANCA EXAMINADORA




Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (orientadora)
(PPGHIST/UEA)



Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (arguidor)
(PPGLETRAS /UEMA)



Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega (arguidor)
(PPGHIS/UFMA)

Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (Suplente)
(PROFHISTÓRIA/UFMA)

Para a minha mãe Alaide e minha irmã Clarianne.
Obrigado por acreditarem em mim. Essa conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a todos os seres iluminados pela minha existência, por estar vivo, pois presente maior que esse não há, ainda mais nesse período de pandemia que estamos vivendo. Acredito que os meus caminhos são muito bem guiados e que bom saber que tenho essa certeza de que não estou só. Minha eterna gratidão.

Agradeço às mulheres da minha vida, a minha mãe, Alaide, que sempre acreditou em mim em todas as decisões pessoais, sempre se fez presente de alguma forma, me acolheu quando mais precisei e “fica no meu pé” pra mostrar o quanto eu sou forte. À minha irmã, Clarianne, por todo carinho, pela amizade, desabafos, por tudo. Você é uma pessoa incrível, manteiga derretida, típico de pisciana (risos). Brincadeiras à parte, obrigado por mais essa conquista e que possamos ter muito mais motivos para celebrarmos juntos. Minha tia-madrinha, Regina, um amor incondicional mesmo à distância geográfica. Agradeço por todas as orações, pelo afeto e por tantos momentos bons que logo voltaremos a compartilhar juntos outra vez. À minha querida avó, Severina (*in memoriam*), minha eterna saudade. Queria que estivesse pessoalmente comigo, mas sinto que estás sempre nos dando forças, mesmo no outro plano. Obrigado por tudo!

Aos funcionários do Programa de pós-graduação de História da UEMA, que foram extremamente eficazes pelo comprometimento com o ensino. Agradeço à Flávia, secretária do programa, uma pessoa maravilhosa e paciente para tirar todas as dúvidas em relação às atividades do mestrado. À professora Ana Lívia Bonfim Vieira, que foi coordenadora do curso no meu período de ingresso no mestrado, por todas as suas orientações e pelos serviços prestados ao programa. A todos os professores do programa de pós-graduação, minha eterna gratidão por aprender mais com vocês (desde o período da graduação) e me ensinarem a olhar para a educação enquanto um ato de resistência, contra o ódio e a ignorância.

Minha gratidão à minha orientadora professora Adriana Zierer, por toda a ajuda e paciência desde os tempos da graduação, pelo esforço em continuar expandindo os estudos medievais no Maranhão, mostrando que a Idade Média ainda tem muito a nos dizer no contemporâneo, por me incentivar a compreender mais a literatura e o imaginário social. Ao professor Henrique Borralho, que foi o meu orientador no mestrado até o ano passado, minha gratidão pela oportunidade de ter sido o seu orientando e pela convivência ao longo dos dois anos.

Ao professor Marcus Baccega, toda a minha admiração enquanto historiador e docente, agradeço por ser tão prestativo nas orientações e dicas para desenvolver melhor o meu trabalho.

Aos colegas da turma de 2019, agradeço o tempo que estivemos juntos, por tantos aprendizados, por conhecer as vivências de cada um e os caminhos que foram feitos para prosseguirem no mestrado. Em especial, deixo a minha gratidão à Lindalva, Maristela, Marcos Tadeu, Ivina, Aretusa, Patrícia Albuquerque e ao ícone Leosan. Muito obrigado, mais uma vez.

Aos colegas do Brathair pelo pouco tempo de convivência no grupo, mas grato pelos diálogos e pelo empenho em expandir as pesquisas de história medieval. Entre os membros do grupo, dedico à Claudienne, pela amizade ao longo desses anos e por conseguirmos chegar até aqui nessa caminhada, da graduação ao mestrado. Agradeço à Renata Aragão por todo apoio que foi necessário para conseguir desenvolver a minha pesquisa e por me incentivar mesmo nos momentos difíceis.

Aos amigos que contribuíram direta ou indiretamente para a produção da minha pesquisa, meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de trazer à tona as construções que deram ensejo a formação do Sebastianismo, a partir da obra do escritor paraibano Ariano Suassuna, *A Pedra do reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta*. Desde o século XVI, foram sendo apresentadas manifestações religiosas a respeito de Dom Sebastião enquanto um rei escolhido por Deus que iria trazer anos de prosperidade ao seu povo. Após o seu desaparecimento em 1578, a crença de uma causa futura, de que um dia O desejado iria retornar enquanto um messias para salvar aqueles que são fiéis a ele passou a existir. Assim, essa crença se expandiu em diversos setores, tendo tanto fins religiosos quanto políticos, afirmando que Dom Sebastião seria a solução para todas as questões existentes. Assim, a intenção deste trabalho é elaborar um material didático a respeito do sebastianismo direcionado para os alunos do ensino médio, de modo a promover uma discussão histórica mais aprofundada a respeito desse fenômeno religioso e utilizar para isso a obra do escritor Ariano Suassuna, apresentando a temática a partir de um aspecto literário, permitindo a construção de um diálogo entre a história e a literatura a fim de discutir a história a partir de outros materiais que podem ser relevantes para o campo historiográfico.

Palavras-chave: Ensino de História; Literatura; Sebastianismo; Dom Sebastião; Ariano Suassuna.

ABSTRACT

The present work aims to discuss how constructions were carried out for the formation of Sebastianism and an analysis of the work of the Paraíba writer Ariano Suassuna in *A Pedra do Reino and the Príncipe do sangue vai e volta*. Since the 16th century, religious manifestations regarding Dom Sebastião were considered as a king chosen by God who would bring years of prosperity to his people. After of his disappearance in 1578, permanence began to cause a future cause, that one day the desired would return as a messiah to save those who are faithful to him. Thus, this collection expanded in political and religious purposes, believing that Dom Sebastião would be the solution for these objectives. The intention of this work is elaborate a didactic material about sebastianism directed to high school students, with the intention of elaborating a deeper historical discussion about this religious phenomenon that progressing through the centuries and the idea of using the work of Ariano Suassuna it would be a way of presenting sebastianism in a literary aspect, in addition to showing the vision of this phenomenon in a fictional bias, it would also be creating a dialogue between history and literature to show the possibility of discussing history other materials that may be relevant to the historiographical field.

Keywords: History Teaching; Literature; Sebastianism; Ariano Suassuna; Dom Sebastião.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Os cinco reinos da dinastia dos Quadrena.....	62
Figura 1 – Gravura de Taparica que ilustra os acontecimentos da Pedra do Reino.....	71
Figura 2 – Escudo do manto do rapaz-do-cavalo-branco.....	75

LISTA DE SIGLAS

TEP

Teatro de Estudante de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E LITERATURA: elementos necessários para a prática do ensino	14
1.1 A literatura no campo historiográfico	14
1.2 Literatura e Ensino de História	26
CAPÍTULO 2 - DO DESEJADO AO ENCOBERTO: o movimento sebastianista e sua presença na obra “a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta”	35
2.1 O imaginário sebastianista em Portugal	35
2.2. Dom Sebastião no Brasil: a construção messiânica nas lendas e movimentos populares ..	45
CAPÍTULO 3 - O sebastianismo em <i>A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta</i>	49
3.1 Contexto e estrutura da obra	49
3.2 O sebastianismo em <i>A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta</i>	54
3.2.1 Quinto Império e a Esperança Messiânica	55
3.2.2 A família de Quaderna e a descendência sebastianista	61
3.2.3 O movimento sebastianista na Pedra do Reino	65
3.2.4 O Rapaz do Cavalo-Branco e o retorno do messias	72
3.3.1 As atuações de Ariano Suassuna nos universos literário e cênico	83
3.3.2 Movimento Armorial	86
3.3.3 Ariano Suassuna e os elementos medievais	91
CAPÍTULO 4 - ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO: <i>SEBASTIANISMO E O ENSINO DE HISTÓRIA</i>	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	103

*“Louco sim, louco porque quis grandeza
Qual sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o real está
Ficou meu se que houve, não o que há”.*

Dom Sebastião, Rei de Portugal- Fernando Pessoa.

INTRODUÇÃO

O mito, segundo Eliade (1998, p.11), é “uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”. Cada sociedade ou indivíduos apresentam diversas interpretações a respeito da vida e as ações cotidianas, fazendo com que isso representasse as identidades e crenças a respeito dessas sociedades, assim como também essas ações podem ser dirigidas ao sobrenatural, ao misterioso. Em muitas sociedades, seja qual o período histórico, é possível identificar a presença do sagrado, que passa a ser o que intervém na vida pessoas, apresentando um sentido maior para além da existência terrena. Diante disso, manifestações religiosas, desde discursos exegéticos ou ritos de invocação ao místico, faz com que os padrões cotidianos sejam modificados em prol da satisfação do sagrado.

Na Idade Média, o tempo estava diretamente relacionado a ação divina, pois para os homens e mulheres nesse período, a vida terrena não era importante, pois o tempo era limitado. A vida eterna, essa sim era relevante, sendo o desejo de muitos que se dedicavam para seguir os preceitos divinos e da igreja (LE GOFF; SCHMITT, 2017). Assim como os destinos dos indivíduos eram direcionados ao sagrado, também existiram aqueles que eram vistos como seres míticos, assumindo a função de intermediários de Deus na terra para reforçar a presença do sagrado no cotidiano. Diante de revelações e demonstrações de atitudes ou comportamentos vistos como corretos aos princípios religioso, logo é reforçada a existência de seres míticos e isso fica claro ao se observas figuras como os profetas, os messias das religiões e até indivíduos considerados *santos*, pelos seus exemplos de vida e ações e crenças.

Foi nesse contexto que ocorreu a construção do sebastianismo, fruto de imaginários religiosos, com sentimento de esperança sendo direcionados à figura de um jovem monarca do século XVI enquanto ainda estava no plano terreno. As narrativas a respeito de Dom Sebastião se estenderam ainda mais depois da batalha de Alcácer Quibir, a ponto de sua morte ser questionada, surgindo crenças de que ele não faleceu, mas se transformou em uma entidade sobrenatural. Percebemos que o Sebastianismo foi fruto de uma construção de longa duração, pois esse conjunto de manifestações que surgiram a respeito dele enquanto um ser messiânico são elaborações que surgiram em outras personalidades religiosas definidas enquanto próximos ao sagrado.

O que chama a atenção do Sebastianismo não seria a personalidade de Dom Sebastião, mas os processos que possibilitaram que essa crença fosse vivenciada, já que a construção do mito de Dom Sebastião ocorreu antes mesmo do seu nascimento e ganhou maior destaque após o seu desaparecimento durante a batalha em Alcácer Quibir. No Brasil, a sua figura não se destacou pelo

caráter monárquico, mas enquanto um ser encantado que se manifesta nos terreiros, no sertão, nos lençóis maranhenses, nas narrativas orais e cantigas, fazendo com que, mesmo sendo um mito que surgiu no século XVI, ainda existem especulações ou lendas a respeito de sua presença na atualidade.

Dada a importância dessa temática, essa passou a ser parte do meu objeto de estudo ao longo do ano mestrado, já que pude identificar o Sebastianismo enquanto parte das relações humanas que foram sendo reproduzidas ao longo dos anos. Antes mesmo de decidir trabalhar com esse assunto, percebi por meio da obra do escritor paraibano, Ariano Suassuna, o quanto o Sebastianismo passou a atingir as ações de cidades interioranas que foram atraídas pela crença do segundo retorno de Dom Sebastião, a ponto de que, pessoas das mais diversas origens sociais abdicassem os seus afazeres diários para estarem presentes no cumprimento da profecia messiânica. Outro fato que me levou a escolher uma fonte literária foi a capacidade que o autor teve em conciliar o universo literário com os fatos históricos presentes nos sertões nordestinos, como os movimentos sebastianistas e algumas heranças que surgiram na Idade Média, mas modificadas pelos costumes locais como o Cordel e a cavalhada, por exemplo.

O primeiro capítulo aborda a relação entre História e a Literatura, pois é preciso compreender a ligação entre essas áreas que, apesar de distintas, se complementam na compreensão sobre os eventos históricos. A expansão do movimento historiográfico foi essencial para que movimentos como a Nova História surgissem como uma alternativa de compreender as fontes e materiais que podem ser necessários para obter uma noção mais abrangente da área.

Outro tópico a ser trabalhado envolve a questão da aplicabilidade, principalmente para educadores sobre a relação entre História e Literatura enquanto um caminho para complementar o ensino de História, estimulando a maior atuação e autonomia dos alunos, tanto na escola quanto em sociedade, de modo que se tornem seres críticos perante suas falas e ações.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar os processos que começaram a formar o Sebastianismo, sendo ele parte da crença messiânica, elemento bem presente nas religiões monoteístas, assim como a profecia dos mil anos chamado de milenarismo, a qual anuncia o fim dos tempos e também o tempo de retorno do messias para salvar o seu povo. Ao longo da discussão, são abordadas a vida e os motivos que levaram o Dom Sebastião ser “escolhido” por Deus para ajudar Portugal. Serão trabalhados também a batalha de Alcácer Quibir e os movimentos messiânicos que surgiram tanto em Portugal quanto no Brasil.

No terceiro capítulo será analisada a fonte primária da pesquisa, *A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-volta* explicando a sua estrutura, a presença do Sebastianismo através dessa obra e a biografia de Ariano Suassuna, com a intenção de compreender a ligação entre a obra e o autor.

Para concluir, o quarto capítulo tratará a respeito da produção do livro paradidático com o objetivo de pontuar a sua necessidade enquanto ferramenta de ensino e será abordado o livro “O Sebastianismo e o ensino de história”, produto deste trabalho de mestrado, explicando o seu objetivo, os índices e os conteúdos de cada capítulo.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E LITERATURA: elementos necessários para a prática do ensino

1.1 A literatura no campo historiográfico

A História, ao fazer parte das relações humanas, passa a estar presente nas ações coletivas e individuais, pois, sendo ela a ciência dos homens e das mulheres no tempo, conforme o historiador Marc Bloch, o tempo é visto enquanto um processo *continuum* (BLOCH, 2002, p.55). Ou seja, o tempo não permanece de acordo com os feitos do passado, mas acompanha os acontecimentos do presente, haja vista que cada geração possui os seus conceitos de mundo e isso atinge as ações no meio social, sejam elas positivas ou negativas. Apesar de presenciarmos as transformações nos tempos atuais, o passado ainda possui as suas permanências que ainda permeiam o contemporâneo, tendo como exemplo as tradições ou costumes que resgatam memórias, crenças e vivências de múltiplas memórias.

A própria história também possui as suas mudanças e preservações, a ponto de que os conceitos sobre a área passaram a ser questionados, bem como a função do historiador que, ao invés de permanecer enquanto um *juiz dos infernos*, o mesmo passou a compreender e analisar a realidade humana (BLOCH, 2002, p.125 e 128). Olinto (2004) destaca a necessidade do historiador em saber questionar para fazer com que consiga, através das suas análises, trazer à tona as discussões para a atualidade, de modo a não reproduzir apenas as narrativas que foram estabelecidas na história oficial.

Se uma das tarefas básicas do historiador se refere à investigação das transformações no tempo e, como subproduto, à ordenação da escala temporal em períodos e épocas, ele precisa fornecer também critérios plausíveis que justificam a permanência e a validade de conceitos de passado, presente e futuro, legitimando determinadas articulações entre eles. Em outras palavras, ele precisa questionar, antes de mais nada, as ferramentas intelectuais usadas, que – na qualidade de pressupostos incontornáveis uma vez escolhidas – orientam a sua visão e as escolhas preferenciais em relação aos modos de representação (OLINTO, 2004, p.15).

A atuação da escola dos Annales, fundada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre no ano de 1929, foi necessária para o surgimento de outras temáticas historiográficas que foram crescendo ao longo dos anos por meio de outras gerações de historiadores que aderiram ao movimento, passando a ter uma visão mais crítica a respeito das fontes e dos protagonistas, diante da forma como esses elementos eram elaborados e como determinados acontecimentos e indivíduos passaram a ser destacados pela História. Antes mesmo do surgimento da formação dos Annales, quando a História passou a ser uma disciplina acadêmica na segunda metade do século XIX, os historiadores já aderiam a fonte documental, pois seriam esses documentos que poderiam ser

caracterizados enquanto oficiais (GRECCO, 2014, p.40). Para o historiador Peter Burke (2010) essa adoção de fontes documentais passou a valer quando o historiador Leopold Van Hanke (1795-1886) observou a História por meio das fontes documentais enquanto formas de comprovação histórica e esse modelo foi sendo adotado enquanto ofício do historiador (BURKE, 2010, p.18).

No século XIX, com a influência do cientificismo, a ciência passou a ser considerada enquanto meio eficaz para entender a formação e as ações que foram ocorrendo na humanidade, fazendo com que a ciência atingisse o interesse das outras áreas de conhecimento, como o caso da História. Sabendo que os acontecimentos históricos eram classificados enquanto singulares e não repetíveis, a aproximação com a ciência se tornou uma consequência, bem como o afastamento das áreas humanas, de modo a fazer valer as investigações e análises feitas pelos historiadores nesse período ao utilizar o documento enquanto elemento de veracidade para a ciência (BORRALHO, 2013, p. 14).

Diante disso, a Nova História, movimento esse que surgiu nas últimas décadas do século XX, passou também a questionar o papel das fontes e quais deveriam ser adotadas enquanto registros históricos. Ou seja, a História passa a ser rediscutida, apresentando as mais diversas opiniões a respeito daquilo que foi imposto pela historiografia tradicional para que os indivíduos pudessem refletir e pensar as ações do passado para buscar soluções no presente (REIS 2010, p. 94). Antes mesmo da chegada da *Nova História*, Lucien Febvre (1965 *apud*, Reis, 2010) afirmava a necessidade de expandir as outras fontes que poderiam ser definidas enquanto históricas, pois os feitos dos homens, independentemente do tipo de material, podem ser considerados objeto de estudo histórico.

O historiador não pode se resignar diante das lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa, vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida no tempo (REIS, 2010, p. 97).

Um dos feitos da *Nova História* foi a elaboração da História Problema, que passa a ser o elemento que contradiz aquilo que já era definido na História, pois segundo o historiador José de Assunção Barros (2012, p.306), a História Problema surgiu para romper as narrativas da História Factual, fazendo com que as outras interpretações sobre os fatos e os personagens fossem então questionados, trazendo à tona outros temas da historiografia tradicional e apresentando as opiniões a respeito das narrativas e daquilo que foi interpretado enquanto legítimo.

A história problema veio reconhecer a impossibilidade de narrar os fatos “tal como se passaram”. Por ela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e que os interroga a partir do presente. Ela explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se “apagar” na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário,

exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e as formas como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala. O historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. Ele reconhece que não há história sem teoria (CERTEAU, 1976 *apud* REIS, 2010, p. 93).

Ao ser adotado esses outros materiais que fazem parte das vivências humanas, as contribuições de outras áreas do conhecimento também passaram a ser pertinentes para auxiliar no fazer historiográfico, como o caso da presença da literatura, em que a realidade passa ser compreendida e questionada através do universo ficcional, pois cada obra possui uma linguagem específica de acordo com o autor, o qual apresenta por meio das narrativas, os seus pensamentos, visões a respeito da realidade em que vive e dos aspectos sociais (BORGES, 2010, p. 96).

Com o desenvolvimento que foi ocorrendo no campo historiográfico diante da intervenção de algumas áreas do conhecimento na História, outros movimentos começaram a surgir nesse mesmo período e que foram importantes para debater questões mais aprofundadas a respeito das ações humanas, como o caso da História Cultural.

Para que a relação entre a Literatura e a História pudesse ser cada vez mais possível, historiadores que estavam vinculados a áreas como a Antropologia e a Sociologia, começaram a se interessar em compreender o sentido das manifestações culturais das sociedades, pois segundo Barros (2003, p.01), as produções realizadas pelos homens e pelas mulheres, no passado ou no presente, podem ser consideradas enquanto cultura. Essas manifestações culturais, sejam elas realizadas em determinadas comunidades ou grupos, possuem um sentido maior para os que convivem com elas, gerando reflexos no cotidiano, sejam essas manifestações transmitidas pelo falar, pelo olhar ou pelos gestos.

Vainfas (1997) explica que antes da existência da História Cultural, os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch apresentaram interesse em estudar esse campo, mesmo que suas pesquisas fossem diferentes. Ao utilizar as áreas da Sociologia e Antropologia para o campo historiográfico, não se tinha a intenção de inferiorizar as construções realizadas pelos historiadores que trabalhavam com fontes documentais, pelo contrário, serviria para mostrar as possibilidades que essas áreas tinham para contribuir para as discussões históricas, espaços que não eram visibilizados pelos historiadores, permitindo com que os aspectos temporais fossem notados diante das ações comportamentais de determinado período histórico em cada grupo social ou étnico.

Precursosores à parte, o fato é que Bloch e Febvre se interessaram e muito pelo problema das mentalidades na história, embora condicionassem o seu estudo a uma

perspectiva globalizante e sintética de história social. Assim sendo, não é exato dizer que o surgimento da história das mentalidades em fins dos anos 60 tenha rompido totalmente com a tradição dos *Annales* e com as concepções dos fundadores da história nova. Ao menos no tocante à valorização de certos temas ligados à religiosidade, aos sentimentos e aos rituais, o que parece ter ocorrido foi, não uma ruptura, senão uma retomada, nos últimos 20 ou 30 anos, de antigas preocupações de Febvre e Bloch quanto ao estudo do mental (VAINFAS, 1997, p. 133).

Para Pesavento (2008, p. 16-17), ao observar as manifestações culturais, alguns conceitos passaram a ser visibilizados pelos historiadores, como representação, o imaginário, sensibilidades, memória e subjetividade. São esses conceitos que foram capazes de abranger o olhar dos historiadores sobre o acontecido por meio das manifestações culturais, e com isso possibilitaram que os mesmos construíssem o tema enquanto objeto de pesquisa e pudessem criar e apresentar questionamentos e reflexões referentes ao passado e dialogarem com a contemporaneidade.

Sendo a literatura um modo de representação do real, ela também passa a ser considerada enquanto manifestação cultural, desde o ato de escrever até o ato de interpretar, pois a produção da escrita, a opinião do autor no espaço em que vive e com quem convive, reflete outras realidades, proporcionando essas noções através de lugares descritos nas obras ou nas ações dos personagens (BARROS, 2003, p. 3).

Os efeitos do imaginário e das alegorias na literatura, por exemplo, proporcionaram reflexões a respeito dos sentimentos presentes e futuros dos indivíduos. Estes elementos presentes nas narrativas despertaram o interesse dos historiadores de modo que cada detalhe pudesse aproximá-los dessas visões de mundo apresentadas nas narrativas ficcionais (PESAVENTO, 2003, p. 33).

Para Borges (2010), a Literatura passa a ser atribuída enquanto testemunha diante das diversas formas de descrever a realidade, proporcionando outras percepções a respeito do mundo por meio de narrativas.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p. 98).

Antes mesmo da literatura ter uma visibilidade maior no campo historiográfico, existiram resistências por parte de historiadores positivistas que não concordavam com a utilização de materiais que não fossem devidamente comprovados. Pesavento (2006, p. 11) afirma que essa outra visão por

parte dos historiadores sobre a literatura seria uma forma de transmitir a leveza, de evasão, quase na trilha da concepção de ser um sorriso da sociedade. Ou seja, a literatura, mesmo tendo o seu lado atrativo enquanto manifestação artística, a sua contribuição para o meio científico não era tratada com relevância.

Essa necessidade de possuir materiais para comprovar a veracidade histórica fez com que demorasse para que historiadores compreendessem a importância da atuação de outras áreas do conhecimento como a literatura, deixando então de observar somente para si. Apesar de compreendermos a relevância existente sobre os documentos históricos, eles não representam o passado em si, mas são representações e visões de mundo de indivíduos que denominavam os atos anteriores (WHITE, 1994 *apud* REIS, 2010, p. 64).

Foi preciso ter essas alterações em relação ao conceito de fontes para que a Literatura alcançasse uma visibilidade maior no campo historiográfico, sendo isso válido também para os elementos que compõem a construção das narrativas literárias, as quais levaram bastante tempo para obter seu espaço, como o caso do Imaginário. Conforme Barros (2007, p. 26), a história do imaginário estuda essencialmente imagens que são produzidas no meio social, sejam elas físicas ou mentais, são reproduzidas pelas atuações coletivas que formam o social, independente do setor. Sendo o imaginário uma representação da mentalidade coletiva ou individual, a literatura reproduz essa construção de mundo nas situações cotidianas ou até mesmo apresentam situações futuras que poderão ocorrer para as pessoas. É por meio do imaginário que as alegorias e os sentimentos são expressos como uma forma de compreender a mentalidade e a intenção do autor sobre a determinada situação apresentada na obra.

Para a historiadora Lynn Hunt (1992), mesmo que elementos como o imaginário ou a literatura não tenham de fato o compromisso com o real, isso não impede essas contribuam para o diálogo das ações humanas, pois as descrições que estão presentes nas narrativas podem ser essenciais para uma compreensão mais aprofundada do acontecimento, mesmo que a história seja interpretada em um universo ficcional. No imaginário, os elementos que passaram a ser frutos de construções do meio social como a religiosidade popular, por exemplo, também passaram a ser fazer parte da construção do real, pois é preservado pela crença ou práticas coletivas.

A dimensão fictícia e imaginário de todos os relatos de acontecimentos, não significa que eles tenham realmente acontecido, mas sim, que qualquer tentativa de descrever os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta em diferentes formas de imaginação (HUNT, 1992, p. 139).

Assim, percebe-se que existiram diversos processos para que a junção entre a Literatura e a História fosse oficialmente visibilizada no campo historiográfico nas últimas décadas do século XX, sendo que esse diálogo entre ambas se dava desde a antiguidade ocidental. Entre proximidades e separações, as visões e elaborações a respeito dessas áreas passaram por processos de discussões diante das formações e movimentos intelectuais que surgiram, promovendo a modificação não apenas dos entendimentos a respeito desses campos, mas também das discussões sobre as relações da formação humanística.

Segundo Mendonça e Alves (2013, p. 121), um dos primeiros diálogos que surgiram entre a História e a Literatura foi por meio de Aristóteles, através da obra *Poética*. Foi a partir desta que foi estabelecida uma antítese entre a História e o universo ficcional, que na obra era o caso da poesia, destacando assim, as diferenças de diálogos entre essas áreas. Em *Poética*, Aristóteles emprega o conceito de *Mímesis* como um processo de imitação e o autor utiliza como exemplo as manifestações artísticas, como a poesia ou as artes cênicas, afirmando que o homem utiliza desses meios para imitar, transmitindo para outros indivíduos, através da arte, os sentimentos, os desejos e visões de mundo.

Paulo Pinheiro (2017, p. 14) explica que a visão mimética de Aristóteles seria vista como pura e simples. A *Mímesis* passa a ser uma ideia de quais seriam essas artes, como funcionam, quais limites e quais seriam essas relações mútuas. Para Holanda (2006, p. 53), esse conceito de imitação mostra que entre os seres vivos, o homem é o que mais reproduz a imitação. Muito mais que imitar, o homem é capaz de ir além das reproduções ao invés de simplesmente copiar os gestos. Entravam em destaque as manifestações artísticas, como ações miméticas, pois são meios que poderiam ter mais proximidade com as visões das ações humanas ou das características de cada indivíduo.

Sendo as artes cênicas um dos centros das reproduções miméticas destacadas por Aristóteles na obra, dois gêneros que eram representadas na Grécia antiga são destacadas pelo autor, que seriam as formas mais próximas da imitação e dos desejos expressos pelos indivíduos: a Tragédia, que é como *Mímesis* de homens melhores; já a Comédia é vista como *Mímesis* de homens inferiores, pois o cômico não apresenta dor, não apresenta outras expressões que refletem a realidade humana, mas limita esse entendimento ao ter a intenção de entreter o público¹.

Em relação a História e a arte poética, Aristóteles reconhece que ambas fazem parte das formações miméticas, pois essas áreas apresentam construções a respeito das suas visões de mundo sobre ações presentes ou ações que poderiam ocorrer. A poesia já era vista por Aristóteles como a mais importante entre as duas áreas, pois a poesia possui um caráter mais universal, tendo ligações

¹ Aristóteles, 2017, p. 67.

com a filosofia e por meio da poesia que são apresentadas as expressões, os desejos e pensamentos dos indivíduos, em acontecimentos que ocorreram ou não, pois a função do “poeta não é a de dizer o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança ou necessidade”.²

A História, para Aristóteles, não permanece no imaginário narrativo, mas é uma narração por parte do historiador em apresentar os relatos factuais ocorridos. Não é o historiador que inclui os acontecimentos históricos, mas sim as individualidades e causas que proporcionam as narrativas dos acontecimentos históricos, pois a História também faz parte da ação mimética, ela faz parte da existência da sociedade.

Com efeito, o historiador e o poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em versos ou em prosa (poder-se-iam apresentar os relatos de Heródoto em versos, pois não deixariam de ser relatos históricos por se servirem ou não dos recursos da metrificacão), mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido. Eis por que a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia se refere, de preferência, ao universal; a história, ao particular. Universal é o que se apresenta a tal tipo de homem que fará ou dirá tal tipo de coisa em conformidade com a verossimilhança ou a necessidade; eis ao que a poesia visa, muito embora atribua nomes aos personagens (ARISTÓTELES, 2017, p. 97).

Na seção XXIII da obra, o autor faz outra referência às características da Poesia e da História, sendo que essa última apresenta as manifestações de um tempo específico, os acontecimentos que ocorreram e os relatos apresentados por uma ou mais personalidades que compõem o fato ocorrido. Cada acontecimento histórico possui os seus surgimentos e as suas finalizações, não possuindo uma narrativa que defina o seu começo ou fim, cada acontecimento possui as suas formas de explicar os fatos.

É também evidente que a composição dos enredos não deve ser semelhante à dos relatos históricos, nos quais ocorre necessariamente não a produção de uma ação una, mas a manifestação de um tempo uno, e nele todos os acontecimentos que sucederam a um indivíduo ou a muitos, sendo que cada acontecimento mantém com os outros uma relação de casualidade. Pois assim como em um mesmo tempo se deram a batalha naval em Salamina e a batalha dos cartaginenses na Sicília, sem que nenhuma delas se orientasse para um mesmo fim, assim também, em tempos consecutivos, por vezes um acontecimento ocorre após o outro, sem que se constitua qualquer fim único (ARISTÓTELES, 2017, p. 185; 187).

Outro elemento que contribuiu para a separação entre a História e a Literatura seria quando a História passa a obter um caráter mais investigativo, passando a ser cada vez mais autônoma, não

² Aristóteles, 2017, p.95-97

dependendo de outras áreas como a filosofia e a poesia. Diferente de Heródoto que seguia a tradição mítica de Homero e Hesíodo em contar as histórias de acordo com critérios exteriores ao mundo da contação de histórias, na intenção de conviver em harmonia com suas atividades de criticismo literário da poesia homérica (CONDILO, 2018, p.13-14), o filósofo Tucídides foi um dos responsáveis pela separação da história de outras áreas como a literatura, na intenção de estar cada vez mais distante do universo ficcional, fazendo-se valer apenas o pensamento criterioso e racional. Essa construção sobre a História na visão de Tucídides teve uma retomada no século XVII com o pensamento cartesiano no movimento iluminista no século XVIII até o século XIX, com os pensamentos racionalistas e marxistas (PESAVENTO, 2003, p. 34).

O século XIX se tornou um dos períodos em que a ciência começou a possuir uma grande visibilidade no meio social, atraindo o interesse de outras áreas do conhecimento, como a própria História, por utilizar as normas científicas como alternativa para garantir a veracidade diante da fonte documental. Ricoeur (2007, p. 179) explica que esse fato do historiador de buscar a fonte nos documentos seria uma *revolução documental*. Para um arquivo que era considerado órfão, ou seja, ausente das testemunhas que o fizeram, o historiador passou a ter poder quando o documento começa a ser questionado, sabendo o cuidado que existe sobre esses materiais após obtê-los, quando passam a ter formas para a comprovação dos fatos.

Conforme Borralho (2013), o cientificismo surgiu enquanto um ato de desencantamento das noções religiosas, ou seja, essa área fez com que o pensamento humano se expandisse, fazendo com que o próprio indivíduo não fosse mais dependente da intervenção divina para as suas ações, mas que agisse de forma racional, sendo o próprio homem responsável pela sua trajetória e pela busca do conhecimento.

O desencantamento do mundo significou o deslocamento da proteção divina, a forma de enxergar a vida e as relações sociais sob o enlace e invólucros divinos, transcendente, para a uma forma racional, moderna, uma reengenharia social em que a vida era retirada das mãos de Deus para os homens, ou seja, a vida não era o estabelecimento do nexos causal entre divindade e humanidade, e sim, a responsabilização do compromisso em criar uma nova vida, um novo humanismo no qual os grandes responsáveis pela trajetória humana eram os próprios homens (BORRALHO, 2013, p. 10-11).

O Romantismo, para a Literatura do século XIX, estava ganhando espaço em outras formas de expressões artísticas para além do contexto literário, deixando de aderir ao modelo de pensamento iluminista, o qual estava em sua ascensão desde o século XVIII. Esse movimento passa então a *ressacralizar* a vida. Em suma, o Romantismo começa a utilizar os sentimentos e as emoções

transmitidas pelos indivíduos, passando a apresentar outras características além do conceito racional, de modo a aproximar o homem do contato consigo e com o Universo (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 67).

Compagnon (2010, p. 32-33) explica que o Romantismo destaca a afirmação da relatividade histórica e geográfica do bom gosto, não mais seguindo o modelo canônico estético e das teorias da universalidade. Esse gênero é apresentado pelos autores com um teor nacionalista, na intenção de apresentar uma versão positiva e que exalte os espaços que compõem a sociedade, as tradições locais e os comportamentos sociais dos indivíduos.

Por mais que exista a intenção do Romantismo em utilizar as narrativas para ressignificar as ações das sociedades e por meio dessas ações apresentar pontos positivos que podem gerar mudanças, Guimarães e Prochno (2016) apontam que esses “progressos” passam a ser limitados com a presença da burguesia, quando esses desejos de mudanças passam a ser interesses desse grupo, fazendo com que a visão da beleza não fosse direcionada para todos os setores sociais.

A ideia de revolução, a absorção de pontos de vista recolhidos junto ao Iluminismo e ao Liberalismo, a crença na possibilidade de alcançar a felicidade humana, animou toda uma geração romântica, situando-a na rota das grandes transformações sociais e históricas que poderiam redefinir positivamente os caminhos da humanidade. Essa visão foi, no entanto, logo embaraçada pela própria dinâmica que haveria de marcar a ascensão da burguesia. As novas formas de dominação e a aplicação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, segundo os interesses da nova classe, formaram um movimento oscilante dentro do Romantismo. A crença no progresso tendeu a se transformar na frustração do presente, pois o mundo novo prometido pela revolução se recheou de negatividade, dor e desencanto. Também não seria mesmo incorreto admitir que o sentimento de descrença pudesse ter vinculações com a própria consciência da inexorabilidade das transformações urbanas, do advento de um tempo que ultrapassou a tradição agrária, da vitória de um mundo inflexivelmente racionalista e preso à lógica da matéria e do dinheiro (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 69).

Outra questão apontada por Compagnon (2010) que chama atenção não só no Romantismo, mas na literatura do século XIX, é que a mesma era tratada como seletiva, ou seja, a literatura escrita pelos considerados grandes escritores do seu tempo ou outrora, eram considerados como literatura, enquanto aqueles que estivessem fora desse meio eram excluídos, principalmente quando a literatura culta era considerada mais relevante do que a popular.

Evidentemente, identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas, e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura do século XIX

ignora que, para aquele que lê o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligência a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (COMPAGNON, 2010, p. 330).

Por mais que existisse atos de resistência por parte da comunidade científica e de alguns historiadores em aderir apenas aos objetos documentais, entre os séculos XIX e XX, a renovação historiográfica de fato contribuiu para que a literatura tivesse uma visibilidade maior, perante o gênero literário, temporalidade histórica e as ações apresentadas nas narrativas. Portanto, Compagnon (2010) afirma que, com essa visibilidade no meio literário, obras que não eram mais destacadas foram reconquistadas pelo público e obras que não eram vistas em uma perspectiva maior, como o caso da literatura infantil, também passaram a ser valorizadas.

Após o estreitamento que sofreu no século XIX, a literatura reconquistou desse modo, no século XX, uma parte dos territórios perdidos: ao lado do romance, do drama e da poesia lírica, o poema em prosa ganhou seu título de nobreza, a autobiografia e o relato de viagem foram reabilitados e assim por diante. Sob a etiqueta da *paraliteratura*, os livros para as crianças, o romance policial, a história em quadrinhos foi assimilada. Às vésperas do século XXI, a literatura é novamente quase tão liberal quanto as belas-artes antes da profissionalização da sociedade (COMPAGNON, 2010, p. 34).

No entanto, mesmo que essas obras tivessem destaque antes da chegada do século XXI, foi preciso muito mais que revalorizar os gêneros literários, foi necessário rever aquilo que se define por literatura, pois em alguns setores sociais, literatura era sinônimo de *clássicos*, enquanto alguns gêneros literários, que não galgavam dessa mesma categoria, ainda não eram vistos como literatura (COMPAGNON, 2010, p. 34).

É possível entender que existem conexões quando a História passa a observar a Literatura enquanto uma fonte. As narrativas ficcionais revelam um pouco dos aspectos das experiências do autor e de outros personagens que vivenciaram os acontecimentos apresentados. Diante dessas proximidades e separações, é possível que a Literatura acompanha o desenvolver da História, pois seria através das artes que o homem expressa o seu mundo, suas vivências e como o mundo era descrito no seu tempo, desde o visível pelo espaço em que habita ao invisível, pelas crenças existentes que também fazem parte dessa identidade local e do autor. São meios que possuem narrativas muito além daquilo que é dito em um registro oficial.

Ao tornar o campo literário enquanto elemento de discussão historiográfica, caberá ao historiador, tendo o conhecimento do material a ser trabalhado, dialogar diante do conteúdo apresentado nas obras. Sendo narrativas que conversam com o espaço e tempo, o historiador, por

meio da narrativa literária, passa então a elaborar questões sobre o período em que a história foi produzida, qual o pensamento de mundo elaborado no determinado período da obra e quais questões precisam ser levadas em consideração para serem discutidas. Barros (2010) explica que as fontes históricas contribuem para que o historiador possa aprender a enxergar a História e outras formas de expressão que podem ser empregadas na sua produção historiográfica.

Vale dizer, não é apenas um determinado lugar social-institucional, e uma certa “imaginação historiográfica” – ou o seu Presente – o que dá uma direção ao trabalho do historiador. O próprio Passado, através das especificidades de sua documentação, traz ao historiador vozes com as quais ele interage, colocando-o em contato com aspectos que passam a integrar a sua própria experiência, e com elementos vários que o reconstruem como sujeito de investigação (BARROS, 2010, p. 73).

Roger Chartier (2000, p. 197) afirma que uma das formas de ocorrer uma aproximação entre a História e a Literatura seria identificar as versões históricas e morfológicas perante às modalidades de inscrição e da transmissão dos discursos, reconhecendo a diversidade das suas operações, os atores que estão implicados na produção e na publicação da determinada narrativa. São essas medidas que podem reproduzir as formas materiais dos discursos proferidos e a construção dos sentidos transmitidos na obra por meio do lugar e dos personagens, para que a narrativa possa ter um entendimento mais aprofundado.

Outra questão seria as formas de reconhecer as representações agudas e originais dos mecanismos que regem a produção da parte estética, que faz com que o historiador pense nas categorias literárias, nas construções dos sentidos estéticos, nas obras que apresentam um sentido maior daquilo que o autor apresenta ao público. Ao atentar para o objeto literário, é necessário fazer com que o leitor, ao obter o conhecimento por meio de uma obra literária, entenda o objetivo maior da narrativa ao invés de tratá-la apenas enquanto entretenimento – a saber – compreender a literatura enquanto um transmissor moral, na intenção de fazer com que essa tenha um caráter pedagógico para comunicar e instruir os leitores dos assuntos que envolvem as relações sociais, explicando os aspectos comportamentais, políticos ou religiosos, dando então ao público em geral, o direcionamento.

Podemos tomar alguns exemplos para compreendermos as dimensões e os fatos por meio da Literatura: na Idade Média Central (séculos XI-XIII), durante a Reforma Gregoriana, as narrativas literárias passaram a elaborar obras envolvendo a temática da religião cristã, tornando o cristianismo como um alicerce da presença do divino nas esferas sociais. Como existia a necessidade de utilizar outros aparatos para expandir a mensagem da religião, tornando-a como uma opção certa para os padrões morais e sociais, isso fez com que atingisse o imaginário popular, reproduzindo nas práticas

as ações corretas e as consideradas contrárias aos princípios da religião, além de fortalecer nesse período as crenças sobre os espaços futuros em função das ações dos indivíduos na terra.

Obras como *A Divina Comédia*, de Dante Aligheri, revelam essa construção sobre os destinos dos indivíduos após a morte, sendo esses espaços definidos pela religião Cristã, como o Céu, Inferno e Purgatório, por exemplo. Sendo uma obra do século XIV é possível perceber a permanência das construções do imaginário religioso do período da reforma gregoriana, mas que ainda fazem parte das crenças coletivas sobre o medo e esperança da vida após a morte.

Mesmo tendo essa importância de ser testemunho de uma sociedade, é importante salientar que as visões dos autores não podem ser consideradas como legítimas, sendo então necessário analisar as descrições. Existem obras que, para existir oficialmente, era necessário ter a aprovação de setores elevados da sociedade como a nobreza e o clero. Robert Darton (2017), em seu livro *Censores em ação: Como os estados influenciaram a literatura*, ressalta a presença da censura que era direcionada ao campo literário, caso o material apresentado fosse de conteúdo contrário àquilo definido enquanto válido pelas autoridades políticas de determinada sociedade ou período.

É possível perceber, desde a Antiguidade até o contemporâneo, o peso que existe sobre o papel da literatura, pois por meio dela existe a intervenção dela nas ações cotidianas, podendo então atingir os padrões comportamentais e sociais, chegando até mesmo ser alvo da censura, de modo a evitar conteúdos que prejudicassem o meio político. Podemos observar que obras como a obra *A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, de Ariano Suassuna (1927-2014), revelam as identidades que existiram no país que se preservaram como as heranças medievais e também de eventos marcados por uma sociedade religiosa, interiorana, marcada pelo coronelismo e outros conflitos políticos que foram ocorrendo no país na década de 1930.

O poder do papel impresso poderia ser tão ameaçador quanto a máquina de guerra cibernética. Como os agentes do estado entendiam isso e como seus pensamentos determinavam as ações? Nenhum historiador consegue entrar na cabeça dos mortos, ou, a bem da verdade, nem na cabeça dos vivos, mesmo que possam ser entrevistados para estudos de história contemporânea. Porém, com documentação suficiente, podemos detectar padrões de pensamento e ação. Só raramente os arquivos se mostram adequados, porque a censura foi exercida em segredo e os segredos em geral continuaram ocultos ou foram destruídos (DARTON, 2017, p. 8).

A presença da Literatura proporcionou a um aprofundamento sobre os elementos a respeito da História que não eram destacados nos conceitos tradicionais dessa área. Sendo o meio literário uma manifestação artística e comunicativa, o real serviu na Literatura como uma forma do leitor

entender a realidade do tempo vivido pelo autor e de narrativas que o inspiraram para a criação da obra literária.

Pode-se dizer que *Nova História* juntamente com o movimento da História Cultural, foram responsáveis em finalizar as separações que ocorreram entre a História e a Literatura, na intenção de entender a necessidade de compreender que os documentos são de grande importância para as noções a respeito da História, ainda que de ciências diferentes, mas que ajudam a nos aproximar das dimensões que existem sobre o homem e suas realizações, bem como dos aspectos políticos, sociais e econômicos daquele dado período.

1.2 Literatura e Ensino de História

Ao aprofundar as construções teóricas que foram elaboradas entre os campos da Literatura e da História, era preciso dizer foi necessário que essas áreas, ainda que distintas de fundamentos, estabelecessem conexões entre o teórico para o universo prático. Entre os setores que compõem as relações sociais, as instituições escolares seriam espaços que buscam o diálogo com as diversidades de saberes teóricos e a convivência entre diferentes realidades por parte dos alunos e dos professores, de modo que, ao se obter conhecimentos de outras ciências e criar relações dialéticas entre os agentes, é importante que ocorra uma construção democrática e diversificada, obtendo resultados favoráveis para os seus feitos dentro e fora da escola, no sentido intelectual e pessoal.

Entendendo a funcionalidade dessa instituição, como as áreas de História e Literatura podem ser atuantes na construção do intelecto e qual o impacto de suas relações com a sociedade atual?

Na busca de uma educação digna democrática, o ensino de História passa a ser uma das questões que entram em discussão no campo historiográfico, pois a escola é considerada enquanto um espaço privilegiado para a difusão do conhecimento tanto geral quanto histórico. Mesmo que a instituição não seja o único espaço para oferecer conhecimento, é nele que ocorre um preparo intelectual do indivíduo, desde a infância até a fase adulta, proporcionando aos discentes o conhecimento desde o letramento ao ato de colaborar em sala de aula (AZEVEDO; MONTEIRO, 2012, p. 11).

É fundamental a participação dos alunos no processo de desenvolvimento das aulas, ao invés de permanecerem somente enquanto espectadores, atitude essa que faz com que eles não desenvolvam habilidades mais ativas durante as aulas. Isso se torna ainda mais relevante quando se trata do ensino de História, onde os alunos e professores necessitam estabelecer diálogos, de modo que sejam expostas suas visões e entendimentos de mundo, gerando uma diversidade de percepções sobre um

mesmo aspecto, permitindo, inclusive, que a própria História possa ser questionada (MIRANDA; SCHIER, 2016, p. 34).

Silva (2017, p. 61-62) enfatiza que o ensino de História não possui como intuito apenas formar profissionais na área, mas organizar conteúdos e articular estratégias para aprimorar a forma como a História está sendo abordada em sala de aula e quais ideias podem contribuir para aproximar os discentes.

A historiografia contribuiu no processo de abordagem dos assuntos apresentados a partir de uma perspectiva que não foque na busca da verdade, mas sim na utilização da História a partir de um caráter investigativo, destacando elementos que podem servir para apontar questionamentos sobre aquilo que está sendo apresentado, fazendo com que essas interpretações possam ser construtivas para que, tanto o docente quanto o discente possam atuar enquanto sujeitos históricos (MARTINS, 2019, p. 1).

Para Bittencourt (2011, p. 340), inserir os estudos literários no processo de ensino tem como finalidade fornecer condições para que se consiga entender a literatura em um sentido mais complexo, tornando essa área como um elemento de compreensão intelectual e de atuação prática, tanto para os docentes quanto aos discentes, além de estimular o interesse pessoal do aluno ao hábito da leitura.

Inserir e fornecer alternativas para aproximar os alunos do ensino de História chega a ser uma tarefa desafiadora, pois, para o professor, apesar de existirem alternativas e explicações que podem ser incluídas nas atividades escolares, a forma de como aplicá-las em um sistema educacional ainda geram questões que precisam ser levadas à discussão. Além disso, outro ponto nesse mesmo âmbito que também merece atenção é a forma como o ensino de História está sendo elaborado e a utilização de outras áreas para aprimorar as discussões em aula.

É necessário também pautar a questão do sistema educacional brasileiro, pois a sua conjuntura foi resultante de diversas transições que ocorreram até chegar no modelo democrático, o atual modelo de ensino. Zappone (2018, p. 409) descreve a educação brasileira enquanto um setor marcado pelas ausências e precariedades, desde a sua formação no período colonial até a atualidade, sendo que a educação só chegou de fato a estabelecer um sistema específico e ganhou visibilidade no meio político somente no século XX, especificamente na década de 1930, após a adoção da Reforma Francisco Campos³. Deve-se entender que as instituições escolares levaram séculos para que esses espaços

³ A Reforma Francisco Campos estabelecida no ano de 1931, passou a ser uma das reformas mais importantes para a educação, pois foi por meio da Reforma que ocorreram mudanças e organizações para a educação secundária. Dentre essas reformas, a realização de exames para compreender o nível intelectual dos alunos e a presença obrigatória dos alunos nas aulas, no mínimo três quartos (DALLABRIDA, 2009, p. 187)

fossem considerados como direito básico para a formação de todos os indivíduos, pois a educação possuía um caráter mais seletivo, destinado a formação do caráter moral, cívico e religioso, sendo esses lugares ocupados pelas classes dominantes.

Outra questão que merece destaque é a educação tecnicista que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, diante do processo de industrialização que estava ocorrendo no país. A intenção da educação tecnicista seria, então, a preparação do aluno para que esse encerrasse o segundo grau apto a galgar um posto no mercado de trabalho ou prepará-lo para o ensino superior. Para Thiengo (2018, p. 63), a educação tecnicista seria uma forma de inovar a forma como era estabelecido o ensino escolar e isso promoveu um alinhamento com as demandas do capital internacional. Assim, o aluno mais que obter conhecimento, sai do segundo grau preparado para enfrentar o mercado de trabalho e apto para atuar em setores como o industrial, que na época possuía poucos profissionais capacitados.

O problema que precisa ser destacado, seria a forma como esse ensino atingiu a relação entre aluno e professor, fazendo com que o docente tivesse o domínio do conhecimento, enquanto o aluno fosse um espectador, sem existir a preocupação de como tornar o aluno atuante em sociedade ao obter o conhecimento, mas sim em capacitá-lo para atuar no mercado de trabalho. Além disso, o processo de contato entre os agentes passa a ser tratado de forma isolada ao invés de unir as formas de conhecimento, criando entraves na participação desses dois sujeitos no processo de construção do ensino.

O professor e os alunos eram relegados a posições secundárias, não se valorizava a relação professor-aluno, pois o aluno devia se relacionar com a tecnologia. Essas relações estruturadas e objetivas, com papéis bem definidos: o professor administra as condições de transmissão da matéria, conforme um sistema instrucional eficiente e efetivo em termos de resultados da aprendizagem; o aluno recebe, aprende e fixa as informações. O professor é apenas um elo entre a verdade científica e o aluno, cabendo-lhe empregar o sistema instrucional previsto. O aluno é um indivíduo responsivo, não participa da elaboração do programa educacional. Ambos são espectadores frente à verdade objetiva. A comunicação professor-aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é o de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento. Debates, discussões, questionamentos são desnecessários, assim como pouco importam as relações afetivas e pessoais dos sujeitos envolvidos no processo ensino - aprendizagem (THIENGO, 2018, p. 62).

A educação alcançou um modelo democrático somente a partir na década de 1980, diante do período de conjuntura política do país, após o fim do regime militar empresarial (1964-1985). Nesse período de transição política foi realizada uma reestruturação na qual os setores sociais passaram a aderir ao modelo democrático de direito, garantindo aos cidadãos os direitos básicos, inclusive a educação enquanto um elemento prioritário (MORTATTI, 2014, p. 24).

Mortatti (2014) aponta que a educação brasileira nesse período estava em fase de superação diante das crises que se agravaram e era necessário que algumas medidas fossem tomadas como forma de enfrentamento aos problemas que se tornaram preocupantes, como o caso do analfabetismo, sendo um dos símbolos que representam a desigualdade social no Brasil e do aumento do número de indivíduos que não conseguiram concluir os estudos.

Com o fim da ditadura política que sucedeu o golpe militar de 1964, a partir da década de 1980 se intensificaram a denúncia da “crise da educação” e os debates sistemáticos sobre a persistência do “ensino tradicional”. No contexto de reorganização política e social do Brasil, esse debate envolveu diferentes sujeitos e segmentos representativos da sociedade civil brasileira, especialmente professores do ensino de 1º e 2º Grau e do ensino superior e entidades que os representavam. Visando à construção da educação democrática para uma sociedade democrática, foram-se formulando e implementando programas governamentais, como aqueles destinados à superação da “crise da educação” e as correlatas “crises da alfabetização” e “crise da leitura” no Brasil (MORTATTI, 2014, p. 24).

Em suma, a trajetória da educação brasileira foi sofrendo diversas modificações antes e após o estabelecimento do modelo democrático no país, sendo que até hoje existem questões que ainda são pautadas, como o direito a uma educação digna. Por mais que exista uma educação democrática na atualidade, algumas questões do próprio sistema de ensino nacional ainda interferem de forma negativa no seu progresso, fazendo com que os alunos e os professores sejam prejudicados.

Paulo Freire (2019), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, destaca a forma de observar o ensino e aprendizagem a partir da perspectiva da educação enquanto um elemento de transformação, dentro e fora da instituição escolar. Uma das críticas a respeito do modelo tradicional de ensino seria a posição que os sujeitos assumem no processo de ensino-aprendizagem e de quem detém o conhecimento, promovendo um cenário em que o aluno é o espectador e o professor é o que mantém e acrescenta o conteúdo da disciplina específica. Mesmo que o docente e o discente possuam níveis diferentes de conhecimentos, essas opiniões necessitam ser consideradas válidas, pois são essas trocas de ideias que, além de proporcionar um entendimento maior a respeito do ensino, ajudam também a incentivar e a mostrar para os alunos que eles podem ser integrados às aulas, se comunicando e contribuindo, a partir de seus entendimentos de mundo e de suas vivências.

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 2019, p. 25).

Guimarães (2013) explica que a questão do ensino-aprendizagem seria uma forma de rever o conceito de cidadania abstrata, pois permitiria valorizar os indivíduos enquanto seres que contribuem para o caráter humano e construtivo, são aqueles que passam a ser atuantes em seus espaços de convivências e lutam nele.

Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam nos diferentes espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Também, ao contrário de restringir a condição de cidadão à de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (GUIMARÃES, 2013, p. 151).

Além disso, observa-se que até a questão de elaboração do ensino passa por limitações quando, na atualidade, momento no qual existem meios diversos que proporcionam a obtenção maior de informações, o livro didático ainda é o aparato mais utilizado para obter o conhecimento e prática de ensino. Pereira (2007) explica que a questão crítica seria esse material enquanto o único meio de ensino. É preciso entender que ele possui informações limitadas à perspectiva do autor e é necessário que o livro didático seja utilizado para questionar o conteúdo ao invés de buscar aquilo que é verídico ou não. O livro didático é um elemento historiográfico importante, porém, o diálogo que os livros apresentam sobre a história e as diferenças de diálogos que existem entre o campo escolar e o acadêmico, faz com que os alunos e professores não dialoguem ou não questionem sobre a própria história e o que está sendo apresentado nas narrativas (AZEVEDO; MONTEIRO, 2012, p. 11).

O texto didático, particularmente, muitas vezes, é o único elo de ligação que boa parte da sociedade tem entre a sua realidade e sua memória e as descobertas da pesquisa histórica. Dar uma importância crucial para o texto não significa suspender outras formas de apreensão do conhecimento na escola, mas é simplesmente reconhecer o papel da cultura letrada numa sociedade na qual as interações sociais exigem uma leitura do mundo que é também uma leitura do texto. (...)O estudo desse instrumento é, por si só, muitíssimo relevante. Mas, não somente pelo seu aspecto negativo, ou seja, a acomodação que gera, o empobrecimento dos argumentos criados no âmbito da pesquisa, e sua quase exclusividade, em muitas salas de aula, sendo o único recurso didático disponível e em uso pelos professores. É porque ele recria o argumento da pesquisa que levou o investigador a chegar em determinadas conclusões (PEREIRA, 2007, p. 2-3).

Segundo Rafael Ruiz (2016), a Nova História seria, em tese, um rompimento com os modelos positivistas que destacavam as ações do passado na intenção de saber como seriam as consequências futuras, que seria a *Magistra Vita*, criado por Tucídides e Cícero, mas adotado no século XVIII. O que chama a atenção seria a ausência das ações do tempo presente enquanto parte das relações

temporais, pois a preocupação dos acontecimentos de outrora seriam as causas futuras, sobre o destino das sociedades e o que iria ocorrer, ao invés de abordar sobre a situação atual e o que está sendo afetado.

O modelo clássico inaugurado por Tucídides e Cícero, quando entendiam a História como *Magistra Vita*, uma velha mestra que, educando com os seus exemplos do passado poderia preparar nosso caminho do futuro. Esse modelo histórico predominou com altos e baixos até a metade do século XVIII, quando a Revolução Francesa e o Iluminismo na Alemanha exigiram uma nova conceituação. Essa nova conceituação carregava consigo descoberta da História como processo (RUIZ, 2016, p. 75).

Uma outra questão imposta pelo ensino de História, que seria o historicismo, possui o positivismo enquanto metodologia e fazia com que as narrativas históricas fossem limitadas, dando então visibilidade a um determinado grupo social, normalmente classes políticas e militares, fazendo com que essas interpretações a respeito dessa versão da História fossem tratadas como únicas, tornando seletivo o ensino de História, sem ter a preocupação em colocar em pauta um posicionamento contrário ou questionador (BITTENCOURT, 2011, p. 140).

Para Barros (2012, p. 392), o historicismo, diferente do Positivismo, que possui ligações com os interesses da burguesia, foca nos interesses dos grandes estados, da burocracia estatal, sendo essas instituições as financiadoras das construções historiográficas, fortalecendo ainda mais o poder das classes dominantes.

Os seguidores dessa corrente teórica dedicaram-se ao estudo da individualidade humana irreproduzível e única dos atos humano, destacando figuras das elites e suas biografias, sejam personalidades, sejam Estados Reis, Militares, Atenas, França, Portugal, Brasil, Imperadores, Governadores, Presidentes). A reconstituição do passado da nação por intermédio de grandes personagens serviu como fundamento para a *História escolar*, privilegiando-se estudos das ações políticas, militares e das guerras, e a forma natural de apresentar a *história da nação* era por intermédio de uma *narrativa* (BITTENCOURT, 2011, p. 140).

O ensino de História nas escolas permaneceu baseado no modelo eurocêntrico positivista, utilizando o modelo tradicional de ensino de História Geral, destacando alguns fatos específicos desde a antiguidade ao contemporâneo, com base nos fatos e marcos da política institucional. Segundo Guimarães (2012, p. 145), o ensino sobre a História do Brasil, tratava de um conteúdo focado em uma noção de progresso, exaltando personalidades específicas e os fatos positivos que compõem a formação e identidade do país, sendo essas interpretações seletivas, não apresentando outras narrativas e outros eventos que ocorreram na História brasileira.

Cabe então ao historiador entender e analisar a ligação entre as ações anteriores com as posteriores, pois nem tudo que é visto como positivo para a visão tradicional da História é benéfico, pois ainda existem questões que precisam ser tratadas e que geram preocupações, principalmente quando esses problemas atingem as minorias, que enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades para serem protagonistas de suas histórias, serem visíveis para que ocorram mudanças necessárias no meio social

Temos como exemplo a lei 10.639/03 sobre a inclusão do ensino de história da África e Afro-brasileira nas escolas, colocando em pauta as narrativas do povo negro e os feitos desde a antiguidade até o contemporâneo, permitindo não somente visibilizar histórias que não eram destacadas, mas também a resistência e enfrentamento contra problemas estruturais que atingem os corpos negros, como o racismo.

Questões como essas são necessárias para que o professor de História observe o conteúdo e tente buscar aproximar os alunos das discussões, tornando o passado não só como algo distante e fora da realidade atual, mas sim como elemento mantem suas estruturas no presente.

Ensinar a edificar o próprio ponto de vista histórico significa ensinar a construir conceitos e aplicá-los diante das variadas situações e problemas; significa ensinar a selecionar, relacionar e interpretar dados e informações de maneira a ter uma maior compreensão da realidade que estiver sendo estudada; ensinar a construir argumentos que permitam explicar a si próprios e aos outros de maneira convincente, a apreensão e compreensão da situação histórica; significa enfim ensinar a ter uma percepção o mais abrangente possível da condição humana, nas mais diferentes culturas e diante dos mais variados problemas (RUIZ, 2016, p. 78).

Ao aderir a fontes como a Literatura, o ensino passou a proporcionar aos alunos noções no que diz respeito às experiências compartilhadas pelo autor, pelas vivências e seus conceitos de sociabilidade que fizeram parte de suas realidades no período em que se passa a narrativa e das noções de mundo elaboradas em dado período. Com as mudanças que foram ocorrendo, os gêneros literários passaram a acrescentar outras abordagens ao pensamento do ser humano em relação ao mundo em que vive, os sentimentos demonstrados e aspectos morais que eram vistos como aceitos ou não, sendo apresentado em narrativas ficcionais.

Leopoldino (2015) afirma que o processo de contato com outras narrativas incentiva os alunos a serem atuantes nas discussões, permitindo correlações entre os elementos que são destacados e sua ligação com a história do tempo presente, fazendo com que a literatura passe a ser utilizada enquanto elemento prático para que os alunos compreendam os detalhes presentes nas obras que podem ser pertinentes para abordar um diálogo construtivo com o professor.

Isso porque o uso da literatura no ensino de História, além de ser compreendido como uma diversificação de fontes para ensinar história, possibilita mediar a compreensão de um conjunto de contextos sociais e históricos em sala de aula. A historiografia, por sua vez, se aproxima, enquanto linguagem, da literatura e, por se tratar de linguagens variadas, cada uma delas guarda distintos níveis de aproximação com a realidade. De forma que ambas as narrativas trocam sinais, se aproximam ou se distanciam na busca por compreender elementos de historicidade em determinado espaço social (LEOPOLDINO, 2015, p. 131).

O campo literário possibilita atravessar dimensões fora daquilo que está escrito, pois cada detalhe remete a outras realidades, a do leitor ou das pessoas que fazem ou fizeram parte do seu ciclo de convivências e, a partir disso, estabelecer conexões com a atualidade, identificar características que se modificaram com o tempo e as permanências que ainda são abordadas. Nesse viés, Leopoldino (2015, p. 134) apresenta uma forma de trabalhar conceito de tempo e de espaço em turmas iniciais do ensino fundamental, em que o aluno é estimulado a intercalar as suas atividades cotidianas e as já vividas, percebendo quais foram as diferenças entre as ações do presente e as do passado. É possível também apresentar ideias como essa para turmas do ensino médio, além de discutir outras temáticas da atualidade, como as questões étnico raciais, gênero e sexualidade, por exemplo.

A literatura aproxima e convida para que os leitores, sejam eles alunos ou professores, a entenderem a vida a partir de outras referências mais atrativas para além da dependência do método tradicional de ensino. Além disso, a diversidade de opiniões proporcionada pela leitura faz com que ocorra um incentivo pessoal a uma busca por informações e de materiais, de modo que o conhecimento adquirido se faça presente tanto dentro quanto fora do âmbito escolar.

Outro ponto que é preciso levar em consideração é o papel que a Literatura passa a ter enquanto uma disciplina transdisciplinar. Ou seja, para Ferreira (2007, p.10), existe um elo entre os níveis da realidade, sabendo que no currículo escolar, a literatura passa a ser um elemento multidimensional, quando através desse é capaz de criar diálogos entre outras formas de conhecimento fora da sua disciplina curricular. Portanto, é de extrema importância abordar as discussões sobre a atuação da historiografia nesses espaços não ficando restrito aos próprios historiadores, mas que atuem em outros espaços, pensando a escola enquanto um local de construção de diálogos interativos com os alunos, permitindo que o ensino possa ser abordado e que gere reflexões sobre o assunto e o que o aluno possa utilizar as informações apresentadas para refletir enquanto ser crítico (TOLEDO, 2010, p. 747-748).

Assim, o emprego da Literatura no ensino de História permitiria tanto aos docentes quanto aos discentes observar as narrativas de obras literárias a partir de uma perspectiva mais atrativa,

permitindo a correlação com o conteúdo abordado em sala de aula e dando condições para que o aluno se sinta parte do processo de ensino, ao invés de assumir uma posição somente de escuta.

Discussões essas que apresentam questionamentos ainda atingem e provocam no nosso cotidiano, mostrando que, tanto a História quanto a Literatura ainda são assuntos que devem atuar juntas como forma de fazer com que professores e alunos possam ser atuantes, trazendo os seus conhecimentos sobre o que entenderam do assunto tratado e o que isso atinge as suas realidades, assim como existe a necessidade de tornar a escola enquanto espaço de conhecimento, que consiga repensar o entendimento de mundo que fora naturalizado e que, tantos os discentes quanto os docentes possam ser críticos e utilizar essas críticas para apresentar um olhar para a educação com desejo de mudança, assim como também alcance realidades fora do espaço escolar.

CAPÍTULO 2 - DO DESEJADO AO ENCOBERTO: o movimento Sebastianista e sua presença na obra “a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta”

2.1 A construção do Sebastianismo em Portugal

O messias, independente da sua personalidade, vem ao plano terreno como cumprimento dos atos proféticos, para atender a expectativa das pessoas (ROSSI, 2007, p. 3). O messianismo passou a ser uma ligação entre os homens e as mulheres com o sobrenatural, ocasionando crenças sobre a existência de um líder, considerado um eleito de Deus, capaz de guiar todos aqueles que desejam seguir os preceitos divinos e alcançarem a prosperidade no plano terreno e a salvação espiritual. O messias, segundo Rossi (2007, p. 3), independentemente da sua personalidade e origem, vem ao plano terreno como cumprimento dos atos proféticos, para atender a expectativa das pessoas, que seria o fim das dificuldades enfrentadas no plano terreno, pois casos como o “mito da abundância”, que seria uma crença de um lugar onde não existe problemas sociais ou políticos, mas sim a conquista da igualdade social, onde todos os indivíduos seriam beneficiados.

Esse fenômeno religioso passou a se expandir por meio da cultura religiosa judaico-cristã, tendo ganhado destaque em narrativas bíblicas que abordavam a crença de que um dia iria aparecer o messias, o escolhido por Deus para estabelecer o seu reino na terra. Segundo Oliveira (2007, p. 28), ~~nas narrativas bíblicas, como~~ no Antigo Testamento, foram revelados os *Messias protótipos*, ou seja, Deus enviaria à terra os seus descendentes e entre esses eles poderiam surgir profetas revelando o estabelecimento de Deus na terra.

No entanto, o reinado de Davi, passou a formar um messianismo ideal, que passou a caracterizar na figura de uma pessoa, capaz de estabelecer constituir o reino de Deus na terra, trazendo aos povos justiça e prosperidade. Pode-se afirmar que foi através da profecia do profeta Natã (2 Samuel 7:1-17) (Bíblia, 2002), que foi anunciada a Davi, que ele seria o próximo a governar o reino de Israel e que seus descendentes iriam governar Israel (2 Samuel 7:10-11) (Bíblia, 2002). O Rei de Israel, enquanto aquele que é escolhido por Deus, realiza atos como a unção para firmar essa aliança do rei com Deus, tornando-se vassalo do sagrado (Bíblia, 2002, p. 860).

Ou seja, a dinastia davídica e seus descendentes representaram a aliança entre Deus e o seu povo e que essas descendências permaneceram até a vinda de Jesus de Nazaré (São Mateus 1:1-17) (Bíblia, 2002), já que o Novo Testamento revela a centralidade de Cristo enquanto o messias escolhido, o cumprimento das profecias bíblicas que perpetua até os tempos atuais.

Parte dessa crença sobre segunda vinda de um messias está classificado enquanto escatologia, que seria esse retorno messiânico e os motivos que foram responsáveis para ocorrer esse fenômeno,

ou como afirma Megiani (2003, p. 33), seria uma “(...)experiência profético messiânica, bem como uma literatura voltada para o anúncio da chegada do fim dos tempos”. Nas narrativas bíblicas, o livro de apocalipse revela a vinda do ser messiânico à terra, bem como o tempo definido para o seu retorno, o qual ocorreria num período de mil anos.

O capítulo 20, no livro Apocalipse de São João, aborda que Satanás, caracterizado como um dragão será preso por um anjo e passará por um período de mil anos. Nesse tempo em que estiver preso, as tentações e os pecados cometidos que ocorreram diante de sua presença, não irão ocorrer durante esse período. Enquanto isso, aqueles que morreram e que não morreram em pecado, pois reconheciam Cristo enquanto o enviado de Deus, ressuscitarão em mil anos.

Vi então um Anjo descer do céu, trazendo na mão a chave do Abismo e uma grande corrente. Ele agarrou o Dragão, a antiga Serpente — que é o Diabo, Satanás — acorrentou-o por mil anos e o atirou dentro do Abismo, fechando-o e lacrando-o com um selo para que não seduzisse mais as nações até que os mil anos estivessem terminados. Depois disso, ele deverá ser solto por pouco tempo. Vi então tronos, e aos que neles se sentaram foi dado poder de julgar. Vi também as vidas daqueles que foram decapitados por causa do Testemunho de Jesus e da Palavra de Deus, e dos que não tinham adorado a Besta, nem sua imagem, e nem recebido a marca sobre a fronte ou na mão eles voltaram à vida e reinaram com Cristo durante mil anos. Os outros mortos, contudo, não voltaram à vida até o término dos mil anos. Esta é a primeira ressurreição. Feliz e santo aquele que participa da primeira ressurreição! Sobre estes a segunda morte não tem poder; eles serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e com ele reinarão durante mil anos (Apocalipse, 20:1-6) (BÍBLIA, 2002).

Para a doutrina cristã, seria o Cristo de Nazaré o intermediário entre o reino de Deus e o plano terreno e com a crença nele, a salvação espiritual e as promessas para que pessoas possam estar próximas ao divino serão cumpridas num período de mil anos. Com isso, a promessa de uma nova Jerusalém ocorrerá no momento em que essas almas que se converteram ao cristianismo possam viver sem mais carregar os sofrimentos do mundo terreno, como é revelado no capítulo 21 no livro de Apocalipse de São João.

Esse período de mil anos, também conhecido enquanto Milenarismo, foram revelados antes mesmo da formação do Novo Testamento. Segundo Delumeau (2009, p. 306), as revelações messiânicas se enraizaram em Israel nas profecias pós-exílio revelados nos livros de Isaías (54 e 55), Ezequiel (40-48) e Daniel (2 e 7), sendo essas narrativas anunciadoras da vinda de um messias que em breve viria para trazer um período próspero para os indivíduos e o Novo Testamento seria o cumprimento do Antigo Testamento, pois é destacada a figura de Cristo enquanto ser messiânico.

Na comunidade cristã, personalidades como São Justino ou Santo Irineu que faziam parte do cristianismo primitivo, foram aqueles que acreditaram na crença da segunda vinda, apesar disso não

foi de imediato que o messianismo passou a fazer parte do Cristianismo. Segundo Megiani (2003, p. 37), com a formação e expansão da Igreja Cristã, existiram personalidades como o Santo Agostinho, um dos pais da doutrina que negou a existência da ligação entre o milenarismo e as profecias apocalípticas, pois para Agostinho, a profecia da segunda vinda ocorreu quando Cristo estabeleceu o reino de mil anos, através da Igreja Cristã. Baccega (2018) explica que, segundo a visão de santo Agostinho a respeito da consumação de Cristo, ocorreram dois eventos para estabelecer o poder divino na terra: o estabelecimento da Igreja em Roma e o processo de conversão do imperador Constantino. Durante a batalha de Ponte Mílvia entre Constantino e Maxêncio, o próprio imperador Constantino recebeu o sinal divino de Cristo, dando a ele a vitória nesse conflito contra o exército de Maxêncio.

No livro I de A Cidade de Deus (413-426), Agostinho propõe uma exegese alegórico-racional da Parusia, identificando-a à própria cristianização do Império Romano. Com efeito, é a conversão do imperador Constantino (321-337) à fé cristã, por ocasião da batalha de Ponte Mílvia (na cercanias da Urbs romana), quando enfrentava seu antípoda Maxêncio, a chave para tal associação. (...) Constantino recebeu um sinal crístico, em forma de Cruz ao Céu, concedendo-lhe vitória nesta batalha. Sob a divisa *In hoc signo vinces* (“Neste sinal vencerás”), o imperador se faz cristão e reunifica o Império Romano (BACCEGA, 2018, p.39).

Com isso, o corpo místico de Cristo, ao invés de vir com o corpo glorioso da mesma forma como chegou aos céus após a ressurreição, a Igreja passou a ser considerado o corpo místico de Cristo e até o século V, a Igreja tinha como figura central, o imperador Constantino após a sua conversão ao cristianismo.

O messianismo, destacado por Santo Agostinho e pela Igreja, não foi seguido pela maioria pessoas, pois existiram aqueles que acreditavam em outras personalidades messiânicas, as aparições, como iria ocorrer e o que iria atingir na vida dos indivíduos. Na Idade Média e tempos iniciais do período moderno, os que pertenciam a origem nobre, no caso monarcas ou cavaleiros, alguns deles eram vistos enquanto enviados por Deus, desde as atuações conforme as suas profissões e crenças de cura e de que eles seriam intermediários com o plano espiritual.

Zierer (2004, p. 31) denomina esse acontecimento enquanto *messianismo político*, que instauraria dinastias ou reinos baseados em discursos nacionalistas associados a figura de um líder ideal que apresentasse perfil de um líder enquanto monarca e um bom religioso, honrando os princípios da fé cristã.

Seguindo essa construção da figura messiânica régia, o rei Dom Sebastião passa também a ser destacado enquanto aquele que, mesmo antes do seu nascimento, existia uma crença de que em breve

iria chegar o rei desejado para restaurar e trazer glórias a Portugal. Era evidente diante das construções de narrativas orais e escritas e pela crença popular de que Dom Sebastião, sendo ele considerado o último rei da dinastia de Avis, iria ser o desejado, sendo ele o enviado pelo divino. O que chama atenção é que, após o seu desaparecimento durante a Batalha de Alcácer Quibir, em Marrocos, em 1578, a crença passou a se estender, fazendo com que chegasse ao Brasil, onde também foi fortalecida essa religiosidade em torno de sua figura.

Sendo fruto do processo colonizador, o sebastianismo passou a fazer parte desse conjunto de heranças advindas de Portugal para o Brasil, país esse que o Dom Sebastião não esteve presente em vida, mas passou a fazer parte da religiosidade popular enquanto uma entidade espiritual. Com isso, esse fenômeno religioso se expandiu diante das necessidades que ocasionaram o seu possível retorno à terra. O presente capítulo irá analisar os elementos que permitiram a construção do perfil de Dom Sebastião e as manifestações religiosas que foram surgiram em torno de sua existência para que o monarca fosse visto enquanto uma figura messiânica.

A sociedade portuguesa passou por diversas transformações que apresentaram resultados satisfatórios, envolvendo os setores econômico, político e cultural, diante das mudanças que foram ocorrendo no ocidente, como o renascimento cultural e o humanismo. O paço real⁴ era conhecido enquanto lugar de circulação de ideias, onde as atividades culturais e intelectuais eram realizadas nesse espaço, como por exemplo, as peças de Gil Vicente.

Além disso, o país passou por melhorias nos setores econômico e o político, fazendo com que Portugal se tornasse uma grande potência, através das navegações e colonizações que ocorreram entre os séculos XV e XVI, além de estabelecerem o domínio do país em outros territórios (BELLINI, 1999, p. 2-3). Porém, ao chegar no reinado de Dom João III (1502-1557), o país passou a entrar em um momento crítico, afetando a economia e a política do país. Zierer (2004, p. 251-252) exemplifica a falta de condições financeiras para governar alguns países africanos e asiáticos que pertenciam à coroa portuguesa.

Um dos motivos que fizeram com que a cora portuguesa tivesse o seu poder enfraquecido foi a perda de territórios como o caso da região norte do continente africano, que foi ocupado pela coroa após a conquista de Ceuta em 1415. Já no século XVI, territórios como Marrocos foram alvo de ameaças contra a coroa portuguesa, fazendo com que aos poucos esses fossem sendo perdidos. Hermann (1998, p. 29) cita a Tragédia de Mamora como um dos primeiros casos que prejudicaram o

⁴ O Paço real foi o Paço da Ribeira, localizado na cidade de Lisboa. Esse espaço era a antiga habitação da monarquia real até o ano de 1755 quando ocorreu o grande terremoto na cidade, tendo perda total. Bellini (1999, p.08), explica que o paço era frequentado por grande parte dos escritores lusitanos, inclusive o Luis de Camões.

processo de expansão da coroa portuguesa na região norte, resultando em 4 mil mortos, cem navios e artilharia perdidos, além de alguns portugueses que estavam na expedição para construir fortalezas em Mamora e Anafé e que foram vendidos como escravos. Segundo Fasi (2010), ao longo do século XVI, os portugueses enfrentaram ameaças em algumas regiões de Marrocos, como insatisfação dos próprios líderes políticos e religiosos em relação à administração da coroa portuguesa.

No Sul do Marrocos, os portugueses estavam tao pouco seguros que eles não Deixavam mais seus cercos fortificados. Desde entao, só se acelerou o declínio da colonização portuguesa. Os golpes dados aos postos fortificados portugueses pelos *sharif* e pelos chefes religiosos (que os historiadores europeus chamam de marabutos) multiplicaram-se, e seus assaltos foram frequentemente sangrentos. No Norte, os portugueses eram igualmente ameaçados pelos combatentes de Salé que constantemente assediavam Acila (Arzila) e os outros *presidios* ocupados pelos portugueses. E assim eles foram expulsos de al-Ma'mura (chamada hoje de al-Mahdiyya), na embocadura do Sebu. Durante esse período, as lutas entre a nova dinastia dos saadianos instalados no Sul do país e a velha dinastia dos watasidas-merinidas causavam ao Marrocos enormes prejuízos, pois elas enfraqueceram uns e outros e impediram- nos de liberar todos os postos ocupados pelos portugueses. Felizmente, após uma batalha sem resultados entre o sultão wattaside Ahmad e o *sharif* Ahmad al- A'radj, ocorrida no Tadla em 1527, concluiu-se um tratado estipulando que os saadianos guardariam o Suz e Marrakesh, e que o resto do país seria conservado pelo sultão, tendo ainda Fez por capital. Essas disposições permitiram ao Marrocos gozar de doze anos de paz. Os saadianos aproveitaram dela para crescer e organizar suas forças e para se consagrar a luta contra os portugueses. Nesse momento, ocorreu um fato importante. O governador do Suz, o *sharif* Muhammad al-Mahdi, tinha intensificado a cultura da cana-de-açúcar em suas terras e desenvolvido o comércio do açúcar. Mas os portugueses tinham o monopólio da exportação desse produto a partir do porto de Agadir, ainda ocupado por eles. O sultão saadiano decidiu entao libertá-lo. Essa base portuguesa era chamada por seus ocupantes de Santa Cruz do Cabo de Aguer. Muhammad al-Shaykh já tinha organizado um exército capaz de enfrentar os portugueses e faze- los evacuar Agadir. Com a ajuda da artilharia, ele sitiou a cidade, mas teve de esperar seis meses para abrir uma brecha em suas defesas. A tomada de Agadir repercutiu consideravelmente em Portugal e resultou na imediata evacuaçãode Safi e de Azemur (1542). Mas Mazagan (al-Djadida) permaneceu nas mãos dos portugueses porque era mais fácil de defender (FASI, 2010, p. 242).

Já no período de Dom João III, a certeza de que o país estaria em decadência estava cada vez mais evidente, diante dos problemas econômicos que o país enfrentava e por perder territórios que fortaleciam Portugal enquanto uma grande potência na civilização ocidental. Santos (2008) e Bellini (1997, p. 7), explicam que a questão financeira foi um dos setores que estava sendo prejudicado diante das despesas que estavam tendo com as manutenções das frotas e o pagamento de salários que eram elevados, além de outros fatores que causaram prejuízos ao país naquele período, bem como os gastos abusivos para beneficiar a vida luxuosa da corte.

No plano econômico e social, em meados do século XVI, Portugal possuía um vasto império colonial que se estendia do Oriente, passando pela África até o Brasil. Todavia, em meados deste mesmo século, tal império dava sinais de crise. Podemos citar como desencadeamento dessa conjuntura: as despesas, provenientes da manutenção das frotas e fortalezas e do pagamento de salário, eram superiores as receitas, gerando assim um déficit: os rendimentos obtidos, oriundos do comércio colonial, eram gastos na compra de propriedades e artigos de luxo, preterindo assim os investimentos na produção artesanal e na agricultura; e por fim a falta de capitais que fez com que os monarcas portugueses passassem a ser devedores de banqueiros estrangeiros, a juros elevados (SANTOS, 2008, p. 122-123).

Diante dos problemas que estavam se agravando no país, esperava-se que algum herdeiro de Dom João III pudesse trazer prosperidade e impedir o avanço no território de Castela. O problema seria a falta de herdeiros próximos para serem os sucessores, já que grande parte dos filhos legítimos do monarca junto com a Catarina vieram a falecer ainda na infância. No entanto, Dom João Manuel, que seria um dos filhos que sobreviveu, poderia assumir o trono, mas devido as suas condições de saúde frágeis foi preciso gerar um novo herdeiro para o reino português. Aos 14 anos, Dom João Manuel se casou com a Dona Joana, filha de Carlos, em 1552, na tentativa de fazer com que a coroa portuguesa permanecesse independente (GODOY, 2005, p. 28).

Para que fosse possível ter um herdeiro legítimo que tivesse condições de assumir o trono por mais tempo, foi preciso que Dom João Manuel tivesse um filho e para isso, já aos 14 anos de idade, Dom João Manuel se casou com a sua prima, Joana da Áustria. No dia 20 de janeiro de 1554, Dom Sebastião chega ao mundo, dezoito dias após o falecimento de Dom João Manuel, que veio a óbito por problemas de saúde, sendo que a Dona Joana só descobriu o falecimento do seu marido após o nascimento de Dom Sebastião (ZIERER, 2004, p. 252).

A vinda de Dom Sebastião ao mundo fez com que se construísse uma imagem a respeito de sua chegada, o que o fez ficar conhecido como *O Desejado*, aquele que seria a solução para que Portugal conseguisse voltar a ser uma grande potência. Antes mesmo do seu nascimento, havia relatos a respeito da vinda de uma autoridade que iria traçar um destino melhor para Portugal, aquele que seria o escolhido pelo sagrado e um líder ideal para os portugueses.

Um desses relatos é o do sapateiro da cidade de Trancoso chamado Gonçalo Annes Bandarra que apresentou essa informação por meio de suas trovas, classificando-as como *Trovas Proféticas*. Hermann (1998, p. 51) explica que essas trovas teriam sido escritas por volta de 1540, durante o período de D. João III, mas a sua publicação só foi divulgada ao público em geral no século XVII, sem ao menos o autor ter esse reconhecimento enquanto estava vivo.

As trovas de Bandarra eram vistas como profecias, pois possuíam características que remetiam às narrativas bíblicas, falando sobre o futuro de Portugal e uma dessas revelações, seria a

possível vinda de um Rei desejado que iria salvar Portugal do avanço ibérico e dos problemas econômicos em que se encontrava na metade do século XVI. Assim, o rei descrito por Bandarra, futuramente passou a ser caracterizado pela figura de D. Sebastião, aquele que foi escolhido pelo sagrado para trazer um caminho próspero e de justiça para o reino português e isso fez com que o sapateiro da cidade de Trancoso fosse o primeiro a relatar sobre o Sebastianismo.

As trovas proféticas irão se unir a outros materiais proféticos, lendários, míticos, que serão costurados e darão origem ao complexo fenômeno cultural sebastianista. Na verdade, as trovas servirão como um “evangelho dos sebastianistas” como tem divulgado João Lúcio de Azevedo (GODOY, 2005, p. 83).

Dom Sebastião foi aclamado rei no ano de 1568, aos 14 anos e o processo de criação do jovem rei, antes mesmo de assumir a sua função, foi influenciada por homens que o prepararam para que ele pudesse estar apto para atividades políticas, religiosas e militares para ser um guerreiro, além de ter sido educado boa parte da vida pela sua avó, D. Catarina de Habsburgo (1507-1578), que faz parte do reino de Castela. Godoy (2005, p. 42) explica que existiam expectativas que foram depositadas em Dom Sebastião antes do seu nascimento, para que ele seguisse o modelo medieval de monarca no conceito ideal enquanto autoridade política, que possuísse uma estatura ideal para guerrear e sendo um cristão perfeito para que a sua personalidade fosse elevada não só enquanto um bom religioso, mas como aquele que é próximo ao sagrado.

Além da construção da personalidade régia de Dom Sebastião, devido a expectativa pela reconquista do norte da África, este passou a ser pressionado pelas pessoas mais próximas ao monarca. Uma das influências de Dom Sebastião foi o Pe. Luís e Gonçalves de Câmara e Dom Aleixo de Meneses, responsáveis em instigar no rei o desejo de ir ao Norte Africano, contando as suas experiências pessoais na região. Diante da pressão imposta ao jovem rei, esse desejo acabou sendo compartilhado por ele também, na intenção de fortalecer a imagem de Portugal e do domínio cristão (HERMAN, 1998, p. 85).

Adestrado nas artes da guerra, com educação religiosa severa e contemporâneo das guerras de religião que dividiram a cristandade, D. Sebastião herdou ainda tanto o projeto de um império cristão no Norte da África, como o clima de desolação e de um certo ressentimento pela perda das praças do Magreb. Sua determinação de ir à África não pode, portanto, ser compreendida fora desse contexto, seja em perspectiva política strictu sensu, seja no campo mais amplo e difuso de uma história cultural que vivia a transição de um modelo de rei guerreiro para outro ainda em construção, ainda chefe militar mas não mais à frente das tropas no campo de batalha, centralizador e cioso da grandeza de seu poder, mas também de sua importância para a estrutura e manutenção de seus domínios (HERMANN, 2006, p. 16).

Uma das características que chamaram atenção nesse desejo de conquista, seria a forma em que passaram a atribuir aspectos que remetessem o Dom Sebastião ao primeiro rei português, o Dom Afonso Henriques, no quesito de espírito cruzadístico⁵, dada a sua participação da batalha de Ourique em 1139, que foi um conflito entre os portugalenses contra os mouros, tendo o monarca enquanto o líder em defesa de Portugal e da fé cristã. O primeiro rei de Portugal possuía os modelos ideais de um monarca, sendo o que fortaleceu ainda mais a sua imagem foi a questão religiosidade, por conta de um episódio que ficou conhecido como *O milagre de Ourique*, em que o próprio Cristo que se revelou a Dom Afonso Henriques, garantindo a vitória ao seu povo.

Dom Afonso Henriques e outros exemplos de reis portugueses que possuíam essas características ideais, fizeram parte da construção da personalidade de Dom Sebastião e a reconquista do norte da África seria a alternativa para que Portugal voltasse a ser a grande potência no ocidente e, ao mesmo, sendo guiada por uma autoridade escolhida pelo divino, fazendo com que a fé cristã estabelecesse domínios em territórios que não eram cristãos. A conquista da região norte em África era considerada como uma das ações mais importantes realizados pela coroa portuguesa, pois o desejo de conquistar a região para realizar uma cruzada surgiu desde o reinado de D. João I e com isso, Portugal conseguiu o domínio da cidade de Ceuta no ano de 1415 até o reinado de Dom João III, pois Portugal passou a perder o poder em alguns países do norte da África (HERMANN, 2016, p. 3).

A Batalha de Alcácer Quibir seria então a concretização desse desejo de conquistar a região norte de África pelo exército português e logo passou a fazer parte do desejo de Dom Sebastião, além da conquista da fé cristã. Segundo Ramos, Sousa e Monteiro (2009, p. 264), a batalha de Alcácer Quibir era esperada por muitos como uma jornada triunfal e festiva, benzida pelo estatuto do combate dos infiéis, sendo um retorno às cruzadas para o estabelecimento da dominação cristã para que fosse impedido o avanço do domínio islâmico. O exército português contava com cerca de 17 mil homens, sendo 15 mil na cavalaria, além de um grande investimento nas artilharias, sendo que esse projeto de enfrentar os marroquinos levou dois anos para ocorrer. Hermann (1998, p. 110) explica que Dom Sebastião teria decidido ir ao Norte da África em 1576 e para isso precisou pedir recursos financeiros ao Rei Felipe II, seu tio, porém esses não foram suficientes para auxiliar Dom Sebastião, mesmo com a intenção religiosa de expandir o domínio cristão.

As biografias de Dom Sebastião, sobretudo a de Queiroz Velloso, afirmam que a hesitação de Felipe II no auxílio ao sobrinho se devia ao bom senso e à experiência do rei católico, que agia procurando retardar e criar dificuldades para a empresa, por considerá-la muito arriscada. Não tocam, em nenhum momento, no acordo com

⁵ Zierer, 2004, p. 254

Malik e, principalmente no desinteresse que poderia ter em ajudar D. Sebastião a conseguir o poder na Berberia. Sales Loureiro, que procura justificar os temores do monarca português, por um lado, argumenta no sentido contrário, por outro, procurando realçar a habilidade política do desejado ao buscar o apoio de Espanha numa empreitada da qual seria o maior beneficiário que a faceta religiosa era apenas superficial dom Sebastião procurou envolver o tio com argumentos sobre a necessária defesa da cristandade mas tendo em vista a proteção da poderosa armada espanhola deixando os portugueses livres para atuarem no Marrocos Consciente de que não poderia vencer no norte da África sem o apoio castelhano e de grupos marroquinos dom Sebastião teria nesse momento uma conjuntura privilegiada para uma empreitada vitoriosa. Internamente, o êxito da jornada significaria ainda a possibilidade de novos espaços para a nobreza, minorando as pressões na corte e dando uma feição marcadamente feudal à empresa. Prevista inicialmente para o verão de 1577 a jornada acabou retardada em um ano devido às dificuldades para dar cabo aos preparativos considerados essenciais para a expedição. Desde a falta de recursos financeiros até a reunião final do exército muitas e variadas foram as dificuldades para que a armada de D. Sebastião partisse em junho de 1578 (HERMANN, 1998, p. 111).

Diante desse desejo de conquistar a região norte africana, houve uma tentativa de conciliação entre os marroquinos com os portugueses para impedir o acontecimento da guerra de Alcácer Quibir. Fasir (2010, p. 247-248) explica que foram encontradas cartas de Mulay Abd al-Malik direcionadas a Dom Sebastião como uma forma de tentar impedir que ocorresse esse conflito, além de tentar criar uma conciliação entre os dois países, mas não alterou o desejo de Dom Sebastião e seu exército de prosseguirem com o plano de conquistar essa região.

A batalha de Alcácer Quibir ou a Batalha dos três reis foi iniciada no dia 04 de agosto de 1578 entre o exército português, liderado pelo rei Dom Sebastião, contra o exército marroquino liderado pelo sultão Mulei Mahamet para proteger o território contra o domínio português. Para Hermann (1998), através de análises feitas por crônicas que relataram a batalha, o exército português aparentou-se firme para o confronto, mas foi atingido logo de início pelo exército muçulmano e isso foi um dos indícios de que o exército português estava apresentando fragilidades, principalmente por parte de Dom Sebastião, que estava no confronto, mas não sabia liderar.

As referências à hesitação atribuída a d. Sebastião no início da batalha, que parecem querer indiciar a covardia do rei na hora do confronto, tornam-se no mínimo discutíveis diante dos relatos do comportamento do monarca durante a batalha. Recusando –se a esconder-se e a fugir, o que não foi visto por seus biógrafos como um ato de coragem, mas de irresponsabilidade, d. Sebastião mais combateu do que comandou, segundo todos os relatos (HERMANN, 1998, p. 120).

Porém essa batalha acabou frustrando as expectativas dos portugueses, pois Dom Sebastião acabou sendo morto em combate aos 24 anos e seu corpo nunca foi encontrado. Os relatos a respeito

do desaparecimento do corpo de Dom Sebastião e da perda do exército português na batalha, passaram a ser notificados em Portugal, entre os dias 10 e 11 de agosto de 1578 e isso fez com que o país passasse a ter sentimentos de um futuro incerto, pois o reinado de Dom Sebastião durou pouco tempo e sem herdeiros, fazendo com que o reino português estivesse cada vez mais nas mãos da coroa Ibérica (HERMANN, 1998, 2006).

Após o incidente que ocorreu na batalha de Alcácer Quibir, Dom Sebastião passou a ser caracterizado como um modelo de personalidade régia que possuía características messiânicas, sendo a maioria desses reis conhecidos no período medieval, como o caso do Rei Arthur, Rei Frederico Barba Ruiva ou o Dom Afonso Henriques que seriam modelos ideais de liderança e de espiritualidade (QUEIROZ, 2003, p. 102).

Diante das necessidades que Portugal se encontrava antes e após o desaparecimento de Dom Sebastião, a religiosidade popular permaneceu a crer nele mas em uma perspectiva futura, deixando de ser apenas *O desejado* para *O encoberto*, ou seja, assim como existia expectativas a respeito da sua vinda na terra enquanto *O desejado*, as expectativas futuras aumentaram, a ponto de acreditarem que o desaparecimento do jovem rei português não representava o fim, mas que desapareceu e que em breve ele retornaria para atender as necessidades do seu povo.

A trajetória de sua vida continua inacabada enquanto há o desejo no homem de se alçar sobre si mesmo, em busca da proximidade com o encantamento do mundo e com o sagrado. Assim, Dom Sebastião, o jovem monarca *Desejado* e *Encoberto*, permanece presente, em constante atualização. Enquanto houver a renovação de sonhos e desejos, enquanto existir no homem a vontade de tornar-se algo além do seu estado atual, algo que o torne mais potente que sua condição presente, Dom Sebastião retorna eternamente renovado. Possui, em sua história de vida, e em sua personalidade mítica, a ideia de que o desejo só é desejo enquanto não é totalmente satisfeito, lançando sempre quem deseja numa busca, que requer a transformação constante, quando objetos do desejo, ou o objeto do desejo, ainda permanecem encobertos (GODOY, 2009, p. 18).

A necessidade da fé em Dom Sebastião seria uma forma de fazer com que Portugal conseguisse voltar a ser independente, já que após a Batalha de Alcácer Quibir, o país estava sob o domínio da coroa Ibérica. Zierer (2004, p. 256-257) afirma que o século XVII seria o tempo de uma literatura messiânica e o sebastianismo seria um símbolo de esperança para o país que estava em decadência. A religiosidade apresentada pelo senso comum nos indivíduos e pelas trovas proféticas de Bandarra passaram a fazer desse conjunto de crenças que foram evidentes para o fortalecimento do Sebastianismo, sendo que essas obras só passaram a se destacar no século XVII, passando a ser um dos elementos materiais para a expansão da crença sebastianista.

2.2. Dom Sebastião no Brasil: a construção messiânica nas lendas e movimentos populares

A religiosidade em Dom Sebastião, além de atingir a sociedade portuguesa, passou a e expandir para outros territórios, estando presente em realidades que desconheciam a vida do rei encoberto, como foi o caso do Brasil, local onde o fenômeno sebastianista foi obtendo visibilidade após o seu desaparecimento em Alcácer Quibir . O sebastianismo faz parte das heranças advindas do processo colonizador enquanto o Brasil ainda era colônia portuguesa. Um dos primeiros relatos sobre o sebastianismo dentro da cultura letrada foi feito por Padre Antônio Vieira, conhecido pelos sermões realizados no Brasil e em Portugal, além de ser uma das personalidades que acreditaram no sebastianismo por meio das trovas de Gonçalo Bandarra, que foram censurados pelo tribunal do Santo Ofício (SANTOS, 2009, p. 72). Durante o período em atuação no Brasil, em dia 20 de janeiro de 1634, foi recitado o *Sermão de São Sebastião*, que chama a atenção pelas características destacadas pelo autor as quais aproximam São Sebastião a Dom Sebastião por serem considerados encobertos.

Diferente de Portugal que aguardava o retorno do rei português, no Brasil, o Dom Sebastião passou a fazer parte da religiosidade sincrética do país, fazendo-se presente enquanto uma manifestação espiritual em pequenos e grandes grupos que acreditaram em seu retorno e enquanto parte de movimentos sociais, tendo o sebastianismo enquanto uma alternativa de invocar o sagrado para o desejo de melhorias futuras diante das necessidades depositadas pelos fiéis.

Ferretti (2013) destaca a manifestação mística nas crenças e festividades populares no estado do Maranhão, sendo o sebastianismo parte do hibrismo religioso, ou seja, passou a fazer parte do sincretismo religioso, diante da junção de culturas diferentes, principalmente nas religiões dos povos indígenas e afro-brasileiros e no Maranhão, em específico, é possível que a presença em Dom Sebastião ocorra em religiões como o Tambor de Mina, a Pajelança e a Cura.

Assim, percebe-se que a imagem que se tem em relação ao rei português na cultura maranhense difere da personalidade histórica, pois refere-se a uma entidade da encantaria, ou seja, é formada a imagem daquilo que foi vivido e passa a ser modificada em algumas características perante a atual condição que se apresenta nos terreiros de religiões matriz africana (PEREIRA, 2016).

Os adeptos das crenças afro-brasileiras têm uma percepção da “imagem” do rei Dom Sebastião assim como das outras entidades espirituais não como sendo uma “coisa” ou a imagem de “algo” que o imaginário, a ilusão ou imanência cria. Bem ao contrário, para eles, trata-se de um ser “vivo” e autônomo que se manifesta esporadicamente em um locus sanctus, espaço sagrado. Os adeptos têm também da “imagem” do rei português uma “consciência” imediata do que ele é, isto é, um ser “encantado” (PEREIRA, 2016, p. 2).

Essas modificações diferem até mesmo da sua forma física enquanto um homem e incorpora em forma de um animal, no caso um touro e esse encantado passa a se manifestar também em festas culturais, como o Bumba Meu Boi, pois os grupos dessa dança cultural se apresentam em terreiros de umbanda ou de mina e, em alguns momentos, é possível que ocorra durante as apresentações a presença de seres encantados como o caso do rei encoberto, no intuito de querer participar da festa, assim como outras entidades também apresentam esse desejo.

Muitos grupos de boi se apresentam em terreiros de Umbanda e de Tambor de Mina. Diversos terreiros oferecem uma festa com bumba-meu-boi para entidades que apreciam esta manifestação e alguns possuem seu próprio boi. É comum nos terreiros haver festa para o batizado e para a morte do boi oferecido à entidade, que são denominados de boi de encantado. Diversos bois são organizados nos terreiros em homenagem a Dom Sebastião, como o Boizinho Incantado. Assim no Maranhão a estória de Dom Sebastião está relacionada, com os rituais e festas dos grupos de culto afro-religiosos de tambor de mina e de cura ou pajelança bem como com festas da cultura popular em grupos de bumba-meu-boi. As festas de boi nos terreiros de Mina costumam ser oferecidas a entidades diversas. Em algumas casas, a festa do boi se continua com toques nos terreiros (FERRETI, 2013, p. 269-270).

A crença sebastianista também passou a ser conhecida enquanto lenda que existe na região dos lençóis maranhenses, especialmente na cidade de Cururupu, em que o rei encoberto permanece na forma de touro e vive nos lençóis, lugar onde também estão os tesouros de Dom Sebastião. Segundo os mais antigos e os pescadores explicam, esses tesouros não podem sair da ilha, pois caso algum objeto seja encontrado e trate-se do tesouro e este for retirado do seu local, poderão ocorrer consequências no retorno para a cidade (FERRETI, 2013, p. 270).

Segundo a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003, p. 157), o movimento messiânico responde pelas necessidades de uma restauração, de reforma ou de revolução de qualquer classe estrutural de sociedade. O fato de existir a crença em um messias corresponde a realidade em que vivem. A obediência a um líder que se define próximo do messias, realizar atos que sejam de agrado do divino, faz com que os fiéis estejam cada vez mais próximos do desejado alcance da eternidade.

O desejo da espera e das profecias proferidas por homens comuns, mas ditos profetas, foi algo muito presente no século XIX, como em movimentos que expressavam suas devoções ao rei encoberto, como aquele escolhido por Deus, para que esse atendesse às súplicas daqueles que eram seus seguidores.

O primeiro movimento sebastianista destacado foi realizado ocorreu na Serra do Rodeador, em Bonito-PE, em meados de 1817 até 1820, liderado por Silvestre José dos Santos. Antes mesmo

da formação oficial do movimento na serra do Rodeador, o Silvestre José dos Santos já realizava pregações messiânicas em outras cidades e províncias utilizando as trovas de Bandarra e ao chegar na serra do Rodeador, começou a crescer o número de interessados em suas pregações e nas promessas que Dom Sebastião iria conceder aos fiéis (CABRAL, 2009).

O ex-soldado Silvestre José dos Santos, depois de ter peregrinado em Lajes do Canhoto, em Alagoas, sendo expulso dali por pregar profecias de Bandarra, instalou-se entre os anos de 1811 e 1812 no sítio do Rodeador, fundando ali um arraial, que cresceu com a vinda de parentes e posteriormente de pessoas interessadas nas histórias de encantamentos de reinos que passaram a circular em Pernambuco e em províncias vizinhas (CABRAL, 2009, p. 150).

Conforme Ribeiro (1960), nesse movimento estavam concentrados em torno de 200 religiosos que realizavam suas práticas religiosas do catolicismo e invocações a Dom Sebastião pelo seu breve retorno. Muitos desses religiosos além de morarem na serra, levaram seus instrumentos de trabalho para poder obter alguma fonte de renda na região e também existiam relatos de soldados que também abandonaram suas profissões e passaram a viver na comunidade, diante das insatisfações e injustiças que eram presentes na sociedade naquele período (CABRAL, 2009, p. 150-151).

Dêsse documentário se deduz que sob a liderança de um ex-soldado do 12.º Batalhão de Milícias, de nome Silvestre José dos Santos, reuniam-se mais de duzentos homens ("e que de mulheres maior número") armados de bacamartes, facas, e parnahibas, e pólvora bastante para se defenderem num local "a legua e meia distante do povoado do Bonito e trinta e seis desta Praça "(Recife. Ali assistiam às prédicas e revelações de Silvestre, sabendo-se ainda " que esta reunião era sempre de noite que primeiramente rezão o terço e o officio de Nossa Senhora e depois acabada a reza passavão revista as armas a ver o estado ele cada htIma" ,u exercitavam-se no seu manejo e realizavam marchas ao som de hum cabeça. Quanto às mulheres, terminadas as orações, " faziam penitencia ", à semelhança dos grupos de flagelantes que ainda hoje se encontram no sertão nordestino (RIBEIRO, 1960, p. 133-134).

A serra do Rodeador nada mais era que um refúgio para os seguidores do Sebastianismo, sabendo que, estando nesse espaço, tentaram encontrar a ausência dos problemas que eram recorrentes no meio social, para então chegar ao reino celestial, espaço esse que, perante as narrativas bíblicas, esse lugar seria uma Nova Jerusalém, enquanto um lugar que remete a perfeição e que estariam mais próximos do divino (Apocalipse 21) (Bíblia, 2002) Os membros da comunidade se tratavam enquanto uma *irmandade*, em que o Silvestre seria o líder dessa comunidade, aquele que controlava todas as atividades que envolvia a comunidade. Existiam atividades para aqueles que pertenciam a determinados grupos desse espaço, como o caso dos *sabidos* que eram os mais próximos do Silvestre e os *ensinados* que seria o restante dos membros da comunidade. As atividades do grupo,

além de orações incluía também rituais, como a cerimônia de iniciação, para que o indivíduo recebesse o título de *irmão* Queiroz (2003, p. 221).

Confessava-se o neófito primeiramente à Santa da Pedra, sendo competente penitência e absolvição dadas pela filha de um dos “sabido”. Dois fiéis de espadas desembainhadas levavam-no diante de um altar e aí, solenemente, jurava guardar segredo e morrer na defesa de Nosso Senhor Jesus Cristo e de El-Rei D. Sebastião. As mulheres, porém, eram mantidas afastadas destas cerimônias, pois “o segredo não era para elas” (QUEIROZ, 2003, p. 221).

O movimento messiânico em Rodeador era formado por pessoas simples, sem uma organização feita por pessoas letradas, já que o Silvetre, líder do movimento era um ex-tenente analfabeto, tanto que ele não se denominava enquanto um messias, mas um profeta da nova era que estaria por vir. Esse nova era uma manifestação sincrética das crenças católicas com o reaparecimento de Dom Sebastião, que os guiaria para um empreendimento militar-religioso.

Diante de divergências políticas e religiosas entre aqueles que não concordavam com a seita na serra do Rodeador, houve um conflito entre as tropas do capitão Manoel Bezerra e dos membros da seita entre os dias 25 e 26 de outubro de 1820, que resultou em óbitos, prisões, sendo que grande parte dos membros presos eram mulheres; as crianças foram direcionadas para adoção e alguns dos membros conseguiram escapar, inclusive o Silvestre José dos Santos. Portanto, os conflitos que ocorreram na serra do Rodeador foram motivos para que o movimento sebastianista não prosseguisse mais com as suas atividades no local (RIBEIRO, 1960, p. 140-141).

Assim percebemos que a construção do imaginário popular da figura messiânica de Dom Sebastião permitiu que em torno de sua figura surgissem movimentos por conta desse ser sobrenatural, permitindo compreensões diferenciadas, aqui no Brasil e em Portugal, de sua personalidade, existindo espaços em que ele era conhecido enquanto rei, em outros como entidade. As expectativas presentes e futuras que eram depositadas pelo público eram também impostas perante o próprio Dom Sebastião, carregando consigo a tarefa de agir enquanto monarca das forma como era esperado por conta do seu perfil e com isso percebemos que, além de terem acreditado na prosperidade ao reino português, o Dom Sebastião era destacado como o rei escolhido por Deus e ideal perante as suas ações e virtudes, que foram construções de tempos anteriores a respeito de personalidades como a do jovem rei .

CAPÍTULO 3 - O sebastianismo em *A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta*

3.1 Contexto e estrutura da obra

O romance *A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta* começou a ser escrito em 1958, demorou um certo tempo para ser lançado, sendo publicado somente alguns anos depois, em 1971. Esse é o primeiro romance escrito por Ariano Suassuna, já que desde o início de sua carreira enquanto escritor e dramaturgo, parte de suas produções foram voltadas para o meio cênico, entre elas a célebre peça *Auto da Compadecida*, em 1955. O Romance da Pedra do Reino seria também a primeira obra que apresenta características do movimento cultural criado pelo escritor, o movimento armorial, que surgiu em 1970.

A obra segue com algumas características que não diferem de suas produções anteriores, no quesito geográfico, destacando as características do interior nordestino, também conhecido como sertão. O ambiente rural faz parte de suas inspirações no meio artístico, mas o seu diferencial foi o fato de transformar o sertão nordestino em um grande reino, mesmo sendo ficcional, alterando a visão negativa do Nordeste, conhecido pelas suas dificuldades no meio social, panorama esse que muitos autores da geração de 1930 destacaram. Ariano Suassuna também abordava os problemas sociais, mas também apresentava a diversidade cultural, social e política do meio rural que ainda era pouco visibilizada.

Conforme Santos (2009, p. 70-71), o sertão de Ariano Suassuna é visto enquanto um grande império que possui sete reinos, pois em cada lugar existe seus protagonistas responsáveis pelas ações nos meios políticos e sociais que foram de extrema importância para as suas comunidades, como o caso do arraial de Canudos, liderado pelo Antônio Conselheiro e das atuações religiosas e políticas de Padre Cícero, assim como também existe o reino criado pelo escritor baseado nos movimentos religiosos sebastianistas no século XIX, principalmente o movimento da Pedra Bonita (atualmente Pedra do Reino), entre os anos de 1836 a 1838, em Pernambuco. Para Albuquerque Jr (2011, p. 99) o sertão de Suassuna poderia ser considerado um reino encantado onde as pessoas simples e os extraviados tinham espaço dentro de suas narrativas, pois eram eles com quem o autor se identificava mais e os quais foram responsáveis pela elaboração de suas produções.

A obra é protagonizada pelo personagem chamado Pedro Dinis Quaderna, um jovem bibliotecário que passou a ter um desejo de elaborar um memorial para resgatar a história do país que não segue os modelos tradicionais do historiador Varnhagen, pois ele afirma ser descendente da monarquia legítima brasileira e sertaneja, ao contrário da família Bragança. É importante citar que esse *romance* não centraliza a questão romântica da obra, mas sim traz à tona uma variedade de

narrativas e situações que irão se desenvolver ao longo da história. Além de querer resgatar as ações de seus antepassados, o próprio personagem tinha o desejo de restaurar a monarquia, pois o mesmo afirmava-se enquanto descendente direto dela.

Para ser mais exato, preciso explicar ainda que meu “romance” é, mais, um Memorial que dirijo à Nação Brasileira, à guisa de defesa e apelo, no terrível processo em que me vejo envolvido. Para que ninguém julgue que sou um impostor vulgar, devo finalmente esclarecer que, infeliz e desgraçado como estou agora, preso aqui nesta velha Cadeia da nossa Vila, sou, nada mais, nada menos, do que descendente, em linha masculina e direta, de Dom João Ferreira-Quaderna, mais conhecido como El-Rei Dom João II, O Execrável, homem sertanejo que, há um século, foi Rei da Pedra do Reino, no Sertão do Pajeú, na fronteira da Paraíba com Pernambuco. Isto significa que sou descendente, não daqueles reis e imperadores estrangeirados e falsificados da Casa de Bragança, mencionados com descabida insistência na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen: mas sim dos legítimos e verdadeiros Reis brasileiros, os Reis castanhos e *cabras* da Pedra do Reino do Sertão, que cingiram, de uma vez para sempre, a sagrada Coroa do Brasil, de 1835 a 1838, transmitindo-a assim a seus descendentes, por herança de sangue e decreto divino (SUASSUNA, 2004b, p. 34).

O Romance possui uma sequência de acontecimentos que foram marcantes na vida de Pedro Dinis. A primeira fase inicia em 1935, após a chegada de uns cavaleiros sertanejos na vila de Taperoá, tendo como sequência os relatos dos seus antepassados da família paterna, os Quaderna, destacando as ações dos quatro primeiros reinos nas serras do Rodeador e principalmente na Pedra Bonita, incluindo o quinto reino que não existe, pois seria assumido pelo Pedro Dinis, se a dinastia não fosse interrompida.

A segunda fase é o momento que o Dom Pedro Dinis relata sobre a sua família materna, a qual carrega um histórico de maldições até o último descendente, a saber, Pedro Sebastião, e a forte presença do sebastianismo desde o primeiro descendente. Outro acontecimento interessante na vida de Pedro Dinis, seria o seu desejo de ser o gênio da raça brasileira, pois queria criar uma obra que mostrasse a verdadeira identidade nacional. Para isso, ele contou com a ajuda de dois personagens que seriam os seus mestres, o Clemente Hára de Ravasco Anvérsio, filósofo e historiador, que foi professor de Pedro Dinis quando morava na fazenda Onça Malhada; e o outro personagem é o Samuel Wandernes, um fidalgo de origem Pernambucana, bacharel em Direito e que tinha como desejo entender mais sobre a questão do sebastianismo na família Garcia Barretto, família materna do personagem principal.

O que chama a atenção entre os dois personagens é que cada um representava pensamentos políticos diferentes, fazendo com que o Pedro Dinis conciliasse os posicionamentos desses intelectuais. Clemente representa o campo da esquerda, já que suas posturas refletem muita a sua

vivência enquanto um homem negro de origem simples. Em relação a Samuel, esse representa o conservadorismo, que enaltece os valores tradicionais. Em um dos diálogos entre os três personagens, eles discutem qual assunto seria interessante abordar na obra que seria elaborada pelo protagonista e um dos temas apontados é o Brasil. Podemos perceber que Samuel e Clemente possuem visões diferentes, pois enquanto o Samuel fala do Brasil colonial e ibérico, Clemente questiona quem realmente fez o Brasil que, e, na visão dele, os responsáveis seriam os povos indígenas e africanos.

Segundo Araújo (2012, p. 55), Clemente acredita que o “O gênio da raça brasileira” somente aceita valores que sejam autenticamente brasileiros, em especial aos povos indígenas e afro-brasileiros.

Enquanto o Samuel defende o Brasil Ibérico e planeja escrever uma obra destacando a tradição e a brasilidade através de pesquisas sobre as famílias fidalgas de Pernambuco.

Meu plano era obter deles, aos poucos, sem que nenhum dos dois pressentisse, a receita da Obra da Raça, para que eu mesmo a escrevesse, passando a perna em ambos. Eles me olharam um momento, em silêncio, entreolharam-se, e então Samuel falou:

— Bem, é difícil dizer assim, depressa! Mas acho que o assunto da Obra da nossa Raça tem que ser o Brasil!

— O Brasil? — indaguei, perplexo. — Mas o Brasil, como?

— O Brasil, o Brasil! — repetiu Samuel, impaciente. — Que assunto melhor do que o feito dos nossos antepassados, os Conquistadores, a “raça de gigantes ibéricos” que forjou o Brasil, introduzindo-nos na Cultura mediterrânea e católica?

Clemente zangou-se e vociferou, de lá:

— Esta é a ideia sua e dos seus amigos, patrioteiros e nacionalistas! De fato, a Obra da nossa Raça deve ter como assunto o Brasil! Mas que “cultura” foi essa que os Portugueses e Espanhóis nos trouxeram? A cultura renascentista da Europa em decadência, a supremacia da raça branca e o culto da propriedade privada! Enquanto isso, a Mitologia negro-tapuia mantinha, aqui, uma visão mítica do mundo, fecundíssima, como ponto de partida para uma Filosofia, e profundamente revolucionária do ponto de vista social pois incluía a abolição da propriedade privada! É por isso que, a meu ver, a Obra da Raça Brasileira será uma Obra de pensamento, uma Obra que, partindo dos mitos negros e tapuias, forje uma “visão de conhecimento”: uma visão do mundo; uma visão do homem; uma visão do homem no mundo e uma visão do homem a braços com o próprio homem! (SUASSUNA, 2004b, p. 192-193).

Outro motivo que fez o Pedro Dinis Quaderna escrever o romance foi provar a sua inocência, já que no início da história, o personagem encontrava-se na prisão da vila de Taperoá, no ano de 1938, enquanto suspeito pelas revoltas políticas que ocorreram nos anos anteriores e pela suspeita de assassinato de seu tio-padrinho, Pedro Sebastião Barretto, que ocorreu em 24 de agosto de 1930, além do desaparecimento de seu primo afilhado, Sinésio, que ocorreu no mesmo dia da morte de Pedro Sebastião. A morte de Pedro Sebastião, para o personagem principal, foi muito difícil de encarar, pois

o mesmo tratava o seu tio enquanto um pai, pois o personagem foi criado por este desde o falecimento de seus pais, quando ainda tinha entre 10 a 12 anos de idade, e assim viveu parte de sua vida na Fazenda Onça Malhada, fazenda de seu tio.

Parte de alguns eventos apresentados por Pedro Dinis Quaderna eram fruto de lembranças que foram compartilhadas com ele, o que acabava limitado sua visão quanto aos acontecimentos, o que o levava a enaltecer os feitos dos seus antepassados. Diante desse cenário, a atuação de um personagem chamado João Melchiades Ferreira, cantador e padrinho de crisma de Pedro Dinis, foi necessária para que o Pedro Dinis melhor esclarecesse a história de sua família, pois, como comentado anteriormente, o personagem principal, tinha pouco conhecimento dos reinados anteriores. Além disso, ele também tinha interesse em saber o lado negativo dos eventos que ocorreram para que, caso assumisse um dia a coroa, não cometesse mais os mesmos erros de outrora como, por exemplo, fez João Ferreira dos Santos, seu bisavô, que tentou degolar o seu avô ainda bebê, o dom Pedro Alexandre.

Apesar de todos os cuidados, porém, um dia, meu velho parente e padrinhodecrisma, o Cantador João Melchiades Ferreira, num momento de entusiasmo pelas grandezas da família, contou tudo isso a mim, que era seu discípulo “na Arte da Poesia”. Fiquei terrivelmente abalado, sentindo como se aquele sangue me infeccionasse o meu de uma vez para sempre. Eu teria, então, uns doze anos; e, em tudo, o que mais me impressionava era a morte de um menino, mais ou menos de minha idade, degolado por seu próprio Pai, por ordem de meu bisavô. Na hora do sacrifício, o inocente, chorando, reprochava docemente o degolador, dizendo, num queixume: “Meu Pai, você não dizia que me queria tanto bem?” (SUASSUNA, 2004b, p. 64).

Outra pessoa que também foi importante para Pedro Dinis foi a sua tia Filipa, esposa de João Melchiades, pois ela permitiu que Pedro Dinis compreendesse mais sobre as relações entre as culturas ibérica e nordestina presentes em seu cotidiano, como o caso das cantigas e de festividades, como a cavalhada e o torneio de cavaleiros.

Carmo (2015, p. 40) afirma que as duas tias de Pedro Dinis seriam como uma “Mnemosine hesiódica”, ou seja, ambas possuem um papel importante - a preservação da memória ao cantarem romances antigos que foram esquecidos e contarem histórias pois, apesar de no ambiente social do universo sertanejo as mulheres não serem vistas como prioridade, elas cumpriam o papel de repassarem saberes para os sertanejos.

Uma preocupação que Pedro Dinis tinha era em relação a sua postura enquanto descendente ao trono, pois diferente de seus antepassados que eram destacados pelas lideranças e atuações no meio religioso, a sua tia esperava o mesmo da posição de Pedro Dinis, mas o próprio protagonista assume a sua fraqueza, porém não consegue admitir isso para a sua tia, por quem tem muito apreço.

Não podia eu permitir que Tia Filipa descobrisse um covarde em seu sobrinho predileto, um homem sem talento e sem sustança, um sujeito que não podia montar muito tempo a cavalo sem assar a bunda e sem inchar os dois joelhos de uma vez. Não podia consentir, também, que minha Tia terminasse amargamente sabedora de que ela própria, uma mulher, tinha mais coragem do que os homens da família, o que a teria matado de desgosto. Por isso, quando surgia uma questão qualquer em que, segundo os códigos particulares dela, estava empenhada “a honra dos Quadernas”, lá ia eu, apavorado, a contragosto, procurando me fazer o mais parecido possível com a imagem que ela guardava de mim (SUASSUNA, 2004b, p. 84).

No decorrer da história, alguns eventos que ocorreram na realidade também foram citados, para além dos movimentos sebastianistas, como fatos de cunho político que podem estar ligados à prisão de Pedro Dinis Quaderna. Devemos lembrar que o mesmo se encontra preso em 1938 e nessa mesma década, ocorreram alguns eventos que ocasionaram mudança no meio político, como o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa⁶, em 1930, a guerra da princesa⁷, o estado novo⁸ e a revolução comunista em 1935⁹.

A terceira fase da obra retrata o período do julgamento, momento esse que Pedro Dinis irá depor ao corregedor para tentar provar a sua inocência. Martins, C. (2011, p. 65) afirma que a chegada do corregedor em Taperoá, em 1938, não foi casual, pois queria descobrir se a morte de Dom Pedro Sebastião foi por motivos políticos, ou seja, se a morte de Pedro Sebastião foi causada por pessoas contrárias às autoridades ou por aqueles que causavam revoltas, no caso, os comunistas. Devemos lembrar que o ano de 1938 ainda era período do estado novo e existiam perseguições contra os comunistas e todos aqueles que eram contrários ao governo.

A obra possui sequências que remetem aos livros de cordel e isso é possível perceber no sumário as divisões das partes que são denominados enquanto livros e os capítulos são denominados enquanto *Folhetos*. Segundo Camêlo (2014, p. 31) o folheto ou o livro de cordel são pequenas brochuras que contém no máximo 48 páginas e normalmente possuem tamanhos entre 12x17cm. A estrutura textual dos folhetos possui de 6 estrofes, que são sextilhas, até 10 estrofes. As imagens

⁶ Foi um fato que ocorreu no dia 26 de julho de 1930 em Recife e não se sabe quem foi o acusado que atirou no governador. Uma das suspeitas teria sido por conta dos conflitos locais da Paraíba através das famílias rivais como a família Dantas e Suassuna. A sua morte foi o estopim que ocasionou a revolução de 1930, tendo o Getúlio Vargas no poder, ainda na condição de governo provisório.

⁷ Foi um conflito político entre as famílias Dantas, Pessoa e Suassuna que ocorreu na cidade de Princesa-PB em 1930, mas ocorreu antes, em 1928, após João Pessoa assumir o governo do estado. Além de ter enfraquecido o poder dos coronéis na época e por não concordarem com a medida da arrecadação de impostos que dificultou no estado.

⁸ Foi um regime político implantado pelo presidente Getúlio Vargas entre os anos de 1937 até 1945, a fim de evitar o possível avanço do regime comunista. Para isso, algumas medidas foram aplicadas e essas medidas foram autoritárias como a presença da censura nos diversos meios de comunicação e o nacionalismo, como exemplo.

⁹ Foi um levante popular da Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderado pelo Luiz Carlos Prestes para retirar o Getúlio Vargas do poder e ocorreu em algumas capitais do país, especialmente no Rio de Janeiro.

presentes nos livros de cordel são xilogravuras que retratam os acontecimentos da narrativa. Os folhetos tinham como objetivo, desde a sua existência, informar as histórias tradicionais e até fatos recentes e com isso, passou a obter algumas funcionalidades como a leitura de forma individual ou para um público específico ou cantada, narrando para que todos tenham a compreensão das mensagens apresentadas nas histórias (SANTOS, 2009, p. 89).

Os *folhetos* no Romance da Pedra do Reino não são inteiramente idênticos aos livros de cordel tradicionais, em relação ao quesito estrutura, pois alguns dos folhetos não possuem poesia e quando possuem, alguns seguem o modelo ode sextilhas ou ultrapassam mais de 10 estrofes. Os folhetos da obra seguem o modelo tradicional, não tendo páginas muito extensas, com no máximo 20 e cada folheto possui sequências para a melhor compreensão da narrativa. Segundo Cavalcante *apud* Abreu (1999, p.110), os versos em sua maioria são sextilhas e normalmente o número de páginas nos livros de cordel são entre 8 a 16, no máximo 64 páginas. Mesmo que cada página contenha sextilhas, existem partes do poema que não seguem a ordem, pois existe alguns poemas com 5 ou 4 estrofes.

Outro elemento do cordel presente na obra são as xilogravuras que contribuem para o entendimento visual de alguns detalhes dos personagens e dos lugares destacados na narrativa. Como a obra possui vários personagens, existem aqueles que possuem em suas vestimentas elementos simbólicos que ajudam o leitor a possuir uma melhor compreensão das características dos personagens e da história.

3.2 O sebastianismo em *A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta*

A religiosidade popular brasileira revela as diversas expressões de mundo entre os indivíduos com o divino fora dos moldes da religião oficial. Essas características da religiosidade brasileira são fruto de sincretismos vindos de outros povos, principalmente das religiosidades indígenas e africanas, que se preservaram durante séculos, através dos atos de resistências, mantendo a presença de traços de suas ancestralidades e origens. Além disso, a religiosidade popular também é resultante de memórias e de realidades as quais foram utilizadas para invocar o sagrado, na intenção de que por meio da intervenção divina os problemas terrenos fossem solucionados.

Segundo Queiroz (2003, p. 246-247) no Brasil existem dois tipos de movimentos religiosos que foram se formando desde o período colonial, manifestando o messianismo em grupos e etnias diferentes, tendo como o primeiro destacado pela autora os movimentos messiânicos em comunidades indígenas, que seriam ações religiosas reproduzidas por diversos povos indígenas, sendo essas retratadas por cronistas ou por clérigos que estiveram no país nos tempos da colonização. Entre os

relatos que foram apresentados, a autora pontua o caso do povo guarani, em que profetas dessa etnia falavam sobre a reencarnação de heróis indígenas e do caso relatado pelo Padre Claude d'Abbeville durante suas expedições nos estados de Pernambuco e na Ilha do Maranhão no século XVII, entre eles o relato de um profeta messiânico tupinambá que dava comida e proteção ao seu povo.

O segundo movimento religioso a ser destacado são os rústicos, que seriam grupos religiosos formados no meio rural, que atraíram diversos seguidores, em sua maioria de origem mais simples, por conta do fator social e de comunicação (QUEIROZ, 2003, p. 216-217). Esses grupos presentes no meio rural eram variados, mas poucos foram registrados e conhecidos, mas as razões que motivaram as suas formações são parecidas e isso podemos perceber pela presença deles em regiões como o Nordeste, local em que foram registradas atividades de movimentos religiosos, principalmente no século XIX, por conta da propagação do Sebastianismo.

Outro movimento que também gerou conflitos foi o movimento da Pedra Bonita, entre os anos de 1836 a 1838, liderado pelo *profeta* João Ferreira dos Santos. A Pedra Bonita, atualmente chamada de Pedra do Reino, está localizado na Serra do Catolé, próximo a cidade de São José do Belmonte, Pernambuco. O que diferencia esse movimento de outros que surgiram, seria o seu período de duração, sendo um local que chamava a atenção de pessoas que moravam em cidades próximas e pelo imaginário coletivo que foi crescendo em torno da crença de que o rei português iria retornar de forma gloriosa por meio dos ritos que eram feitos para o cumprimento da profecia e também comportamentos que passaram a ser aderidos, mas contrários ao padrão social naquele período.

Compreendemos que movimentos como o da Pedra Bonita, além de serem reprodutores de um sistema de crenças que surgiu no século XVI, ele passa a ser construído de forma diferente, mas preservando a crença principal. O diferencial dos movimentos sebastianistas seria a forma como a profecia é apresentada e a sua finalidade. A questão do sebastianismo e do movimento da Pedra Bonita passou a fazer da obra *A Pedra do Reino* não só enquanto parte de um evento histórico, mas como também da vida do personagem principal, o Dom Pedro Diniz Quaderna, pois sendo ele um dos últimos descendentes da verdadeira dinastia monárquica brasileira, os Quaderna, o Sebastianismo passou a fazer parte da construção de sua genealogia.

3.2.1 Quinto Império e a Esperança Messiânica

No folheto I a narrativa inicia com o personagem principal, Dom Pedro Dinis Quaderna, na prisão da Vila de Taperoá, em 1938, devido a acusações por envolvimento em rivalidades políticas, por ser suspeito pelo assassinato do seu tio-padrinho, Dom Pedro Sebastião, e pelo desaparecimento

de seu primo, Sinésio, após o falecimento de seu tio. Em um dos momentos enquanto Dom Pedro Dinis cumpria tarefas na prisão, o mesmo estava com o desejo de escrever um *romance*, mas não destacando a questão romântica em si, mas elaborar um memorial dos eventos não destacados na história oficial do país e entre elas seria a existência de uma dinastia real originalmente brasileira, ao contrário da família Bragança.

O Sebastianismo é destacado por ser o fator que proporcionou a formação dessa dinastia sertaneja, através dos grupos religiosos que se formaram no estado de Pernambuco no século XIX, fazendo o Pedro Dinis herdeiro um império brasileiro e nordestino. O personagem principal tenta trazer de volta os legados e acontecimentos por conta dos seus antepassados, sendo alguns desses eventos vergonhosos para Pedro Dinis, devido a práticas que eram cometidas em alguns desses reinados.

Para ser mais exato, preciso explicar ainda que meu “romance” é, mais, um Memorial que dirijo à Nação Brasileira, à guisa de defesa e apelo, no terrível processo em que me vejo envolvido. Para que ninguém julgue que sou um impostor vulgar, devo finalmente esclarecer que, infeliz e desgraçado como estou agora, preso aqui nesta velha Cadeia da nossa Vila, sou, nada mais, nada menos, do que descendente, em linha masculina e direta, de Dom João Ferreira-Quaderna, mais conhecido como El-Rei Dom João II, O Execrável, homem sertanejo que, há um século, foi Rei da Pedra do Reino, no Sertão do Pajeú, na fronteira da Paraíba com Pernambuco. Isto significa que sou descendente, não daqueles reis e imperadores estrangeirados e falsificados da Casa de Bragança, mencionados com descabida insistência na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen: mas sim dos legítimos e verdadeiros Reis brasileiros, os Reis castanhos e *cabras* da Pedra do Reino do Sertão, que cingiram, de uma vez para sempre, a sagrada Coroa do Brasil, de 1835 a 1838, transmitindo-a assim a seus descendentes, por herança de sangue e decreto divino (SUASSUNA, 2004b, p. 34).

Seria a elaboração do romance como uma alternativa de provar a inocência de Dom Pedro Dinis e restaurar a dinastia brasileira que foi interrompida há cem anos, tendo o personagem principal enquanto o próximo rei, estabelecendo o Quinto Império da geração dos Quaderna, dando início ao *século do rei*, ou seja, seria ele quem iria reestabelecer a monarquia sertaneja.

Ora, eu, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna, sou o mesmo Dom Pedro IV, cognominado “O Decifrador”, Rei do Quinto Império e do Quinto Naípe, Profeta da Igreja-Católico Sertaneja e pretendente ao trono do Império do Brasil. Por outro lado, consta da minha certidão de nascimento ter nascido eu na Vila de Taperoá. É por isso, então, que pude começar dizendo que neste ano de 1938 estamos ainda “no tempo do Rei”, e anunciar que a nobre Vila sertaneja onde nasci é o palco da terrível “desventura” que tenho a contar (SUASSUNA, 2004b, p. 33).

Uma das características do Quinto Império, segundo a obra, é que esse passa a ser considerado como o século do rei e carrega consigo traços da crença messiânica, pois foi esse o conceito denominado pelas profecias do Padre Antônio Vieira, a crença desse breve reino estabelecido pelo messias e sendo essas narrativas presentes em seus sermões como o *Clavis Prophetarum* e *História do Futuro*.

No capítulo anterior foi destacada a atuação do padre jesuíta em expandir a religiosidade sebastianista no Brasil através do sermão sobre o São Sebastião, sendo esse um dos indícios dessa fé que se expandiu anos após o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir. Conforme Manduco (2005), o Quinto Império seria, para Antônio Vieira, o último reino dos quatro reinos que foram destacados nas profecias bíblicas, presentes no livro de Daniel, capítulo 7.

Quando do exame perante o Santo Ofício de Coimbra é perguntado sobre o título do livro, *Quinto Império*, sendo que a Escritura só fala da existência de quatro impérios, Vieira responde: “sendo a opinião mais comum dos doutores na visão da estátua de Nabucodonosor eram significados quatro impérios, a saber: o primeiro dos assírios, o segundo dos persas, o terceiro dos gregos, e o quarto dos romanos, e que também sabe que é sentença de alguns padres e teólogos que o Império Romano há de durar até o fim do mundo”(MANDUCO, 2005, p. 253).

O poema *O Quinto Império*, do poeta português Fernando Pessoa, apresenta o seu desejo pela vinda de tempos gloriosos para Portugal, com o resgate dos valores nacionais e restauração das crenças de séculos anteriores como a do Padre Antônio Vieira, perante a necessidade daquele que em breve iria fazer com que Portugal fosse o reino escolhido e próspero.

E assim, passados os quatro Tempos do ser que sonhou, A terra será teatro do dia claro, que no atro Da erma noite começou. Grécia, Roma, Críandade, Europa — os quatros se vão Para onde vai toda idade. Quem vai viver a verdade que morreu D. Sebastião? (PESSOA, 2013, p. 45).

O autor menciona no poema os quatros reinos que seriam aqueles revelados pela profecia de Daniel e era de se esperar que viesse a próxima profecia, o quinto reino, que se acreditava que seria Dom Sebastião ou Dom João IV que iriam governar. Seja qual fosse o governante, era evidente para o poeta a crença de que Portugal seria o reino escolhido pelo divino, assim como o líder iria trazer anos de felicidade ao seu povo.

A narrativa bíblica apresenta as quatro feras que apareceram nos sonhos do profeta Daniel e cada uma delas possuem detalhes que revelavam o destinos dos indivíduos e a anunciação futura do fim dos tempos, como o caso da primeira fera, representando os Assírios, um leão com asas de águia (Dan.7:4) (Bíblia, 2002); o segundo está relacionado aos Persas e a fera era um urso com três costelas

na boca (Dan 7.5) (Bíblia, 2002); o terceiro seriam os gregos caracterizados em um leopardo com quatro asas e quatro cabeças (Dan 7.6) (Bíblia, 2002) e o quarto reino é o Império Romano, mas diferente das outras feras, o quarto reino não é descrito com características de um animal, mas como um monstro que possui dentes grandes e de ferro (Dan 7.7) (Bíblia, 2002).

No primeiro ano de Baltazar, Rei da Babilônia, Daniel, Estando em seu leito, Teve um sonho, E visões lhe Assomaram a sua mente. Ele redigiu o sonho por escrito. Eis o começo da narrativa :Tomou a palavra Daniel, dizendo: Eu estava contemplando a minha visão noturna quando vi os quatro ventos do céu que agitavam o grande mar. E quatro Feras monstruosas subiam do mar uma diferente da outra. A primeira era semelhante a um leão Com asas de águia .Enquanto eu o contemplava Suas asas lhe Foram arrancadas e ele foi erguido da Terra e posto de pé sobre suas patas como ser humano e em um coração humano lhe foi dado. Apareceu a Segunda fera completamente diferente semelhante a um urso erguido de um lado e com três costelas na boca entre os dentes. E a este diziam: “Levanta-te devora muita carne!” Depois disso continuando eu a olhar vi ainda outra fera semelhante a um leopardo que trazia sobre os flancos quatro asas de ave; tinha também quatro cabeças e foi-lhe dado o poder. A seguir ao contemplar essas visões noturnas, Vi a quarta fera, terrível, espantosa e extremamente forte: Com enormes dentes de ferro, Comia, triturava e calçava aos pés o que restava. Muito diferente das feras que a haviam precedido, tinha esta dez chifres. Enquanto considerava esse x notei que surgia entre eles ainda outro chifre pequeno, Diante do qual foram arrancados três dos primeiros chifres pela raiz. E neste chifre havia olhos como olhos humanos e uma boca que proferia palavras arrogantes (Dan. 7:1-8) (BIBLIA, 2002).

Conforme Manduco (2005), Vieira acreditava na breve vinda de um líder e principalmente daquele que tivesse proximidade com o divino, pois seria ele *O Encoberto*, aquele que seria capaz de estabelecer o reino de Cristo na terra, sendo Portugal a nação escolhida para tal. As pregações feitas por Vieira a respeito da vinda do rei encoberto foram inspiradas também nas trovas de Bandarra, revelando a figura do monarca que era desejado e que iria cumprir a sua missão de tornar Portugal uma grande nação novamente.

Após a sua ida ao reino de Portugal, tendo então crenças depositadas em Dom Sebastião, com o passar do tempo, a profecia de Bandarra foi modificada por Vieira e o rei encoberto passou a ser o Rei Dom João IV (1604-1656) conhecido como *O Restaurador*, pois durante o seu governo Portugal tornou-se independente da União Ibérica.

Destinado a promover o futuro imperial e a concórdia entre a cristandade universal, o Encoberto não é o Cristo, mas é o Vice-Cristo: vontade divina na descendência da nação eleita e ordenada. É na sucessão da cabeça do Estado que a vigília providencial de Deus sobre a nação portuguesa se manifesta. Pode-se observar a partir da construção do *Quinto Império* a importância e necessidade de um Estado forte. Esta organização hierarquicamente constituída é o Estado Providencial, infuso na monarquia lusitana. Confluindo em aspectos teológicos, retóricos e políticos há uma

missão especial que, somente o Estado Português, o único e nenhum outro mais, pode realizar. Neste espaço projeta-se o Rei Encoberto (MANDUCO, 2005, p. 254).

Para Hermann (1998, p. 234), o padre jesuíta passou a agir contrariando as opiniões dos sebastianistas, não na intenção de desmerecer o legado e as narrativas míticas de Dom Sebastião, mas de explicar que os sebastianistas não compreenderam as profecias de Bandarra, em que o encoberto não seria o Dom Sebastião morto, mas sim um rei vivo que, nesse caso, seria Dom João IV. Nisso é possível perceber a ligação entre Dom João IV e Dom Pedro Dinis, pois ambos tinham por objetivo a restauração de seus reinos, pois na obra Pedro Dinis iria restaurar a dinastia sebastianista de sua família enquanto Dom João IV tinha como missão tornar próspero o reino português após o fim da União Ibérica.

Os sermões e as crenças de Vieira sobre o rei encoberto bem como a proximidade do Padre com os cristãos e por utilizar as profecias de Bandarra fizeram com que ele fosse condenado pelo tribunal da inquisição. Em uma das vezes que Antônio Vieira foi chamado para depor no tribunal do Santo Ofício, em maio de 1663, já em situação mais fragilizada por conta idade, o padre defendia o surgimento do Quinto Império e que esse seria o estabelecimento do poder de Cristo na terra e que o monarca escolhido por Deus é o vigário de Cristo e com isso surgiria a unidade religiosa.

Provará que as ditas matérias são muito notáveis e esquisitas, porque pretendem ou pretendia ele suplicante mostrar que na Igreja de Deus há de haver um novo estado, felicíssimo, e diferente do presente e dos passados, em que no mundo todo não há de haver outra crença, nem outra lei, senão a de Cristo, para complemento do qual estado se hão de converter todos os gentios, e se hão de reduzir todos os hereges, e se há de extinguir totalmente a seita de Mafoma, e hão de aparecer os dez tribos de Israel que estão ocultos em terras incógnitas, e se hão de converter todos os judeus, e há de haver neles maiores santos que os da lei velha, e mais semelhantes aos da primitiva Igreja, que serão grandes zeladores e pregadores da lei de Cristo, e que neste tempo em que todo o mundo estiver reduzido ao conhecimento da nossa santa fé católica, se há de consumir o reino e império do mesmo Cristo, e que é este o quinto império profetizado por Daniel, e que então há de haver no mundo a paz universal prometida pelos profetas no tempo do Messias, a qual ainda não está cumprida senão incoadadamente, e que no tempo deste império de Cristo há de haver no mundo um só imperador, a que obedeçam todos os reis, e todas as nações do mundo, o qual há de ser vigário de Cristo no temporal, assim como sumo pontífice no espiritual, o qual império espiritual então há de ser perfeito e consumado, e que todo esse novo estado da Igreja há de durar por muitos anos, e que a cabeça deste império temporal há de ser Lisboa, e os reis de Portugal os imperadores supremos, e que neste tempo há de florescer universalmente a justiça, inocência e santidade em todos os estados, e se hão de salvar quase pela maior parte todos os homens, e se há de encher então o número dos predestinados, o qual é muito maior do que comumente se cuida, conjecturando-se também o tempo em que estas coisas hão de suceder, e mostrando-se os meios e instrumentos por que se hão de conseguir (VIEIRA, 1998, p. 240-241).

Godoy (2005, p. 119) explica que para o Antônio Vieira era necessária a existência de um Império universal, tendo a fé cristã como uma fé universal para eliminar as diferenças entre os povos, fazendo com que ocorresse o processo de conversão. Para Hermann (1998, p. 241), o Quinto Império na visão de Vieira seria o último estado de um império iniciado por Constantino Magno, mas incompleto até os tempos atuais e que seria consumado em breve, conforme os acontecimentos na terra e sinais divinos revelados no céu.

O Quinto Império na obra *A Pedra do Reino* representa o retorno da monarquia brasileira-sertaneja e sebastianista que deixou de existir depois de um século e seria o Dom Pedro Dinis o próximo sucessor ao trono. Ao contrário dos antecessores de Quaderna, que realizavam enquanto monarcas e se diziam profetas sebastianistas, Pedro Dinis preferiu não aderir a essas atividades realizadas pelos seus antepassados e optou por ser um cantador como uma forma de não enfrentar atividades mais severas por medo, mesmo sendo ele um dos descendentes legítimos ao trono (SANTOS, 2009, p. 130).

Era me tornando Cantador que eu poderia reerguer, na pedra do Verso, o Castelo do meu Reino, reinstalando os Quadernas no Trono do Brasil, sem arriscar a garganta e sem me meter em cavalarias, para as quais não tinha nem tempo nem disposição, montando mal como monto e atirando pior ainda! (SUASSUNA, 2004b, p. 107).

Diante disso, podemos entender que o desejo de Antônio Vieira para o surgimento de um novo mundo, um universo cristianizado e messiânico, liderado por um monarca que fosse capaz de trazer prosperidade ao seu povo e também o fortalecimento do reino, como o caso de Portugal com as crenças de que, após o fim da União Ibérica, iria ocorrer um período de restauração como ocorreu no século XVI.

Ariano Suassuna utiliza essa noção de restauração do rei encoberto na obra com elementos presentes nos seus personagens que foram se preservando até o século XX, que seria o período de retorno de um reinado que fora interrompido e sendo o Pedro Dinis o descendente próximo da dinastia dos Quaderna, seria esse o reestabelecimento da religiosidade sebastianista no Brasil, especificamente na *Pedra do Reino*.

3.2.2 A família de Quaderna e a descendência sebastianista

Ao longo do romance o sebastianismo se apresenta enquanto uma forma de recuperar as origens do império sertanejo, já que ações dos antepassados de Pedro Dinis tiveram proximidade com a manifestação sobrenatural. No caso da sua família paterna, os Quaderna, o protagonista destaca as ações dos quatro personagens que foram os reis dessa dinastia, incluindo o próprio Pedro Dinis, caso essa monarquia fosse restaurada. O que chama a atenção nos antepassados do personagem é o fato deles serem definidos enquanto profetas, ou seja, seriam eles os escolhidos pelo sagrado para levar as *revelações* sobrenatural para que ocorresse em coletivo, as manifestações messiânicas, diante dos ritos e mensagens apresentadas aos fiéis.

Segundo Weber (2004, p. 323), os profetas seriam os líderes “naturais”, ou seja, são indivíduos simples, que não ocupam cargos públicos e se dedicam àquilo que foi definido enquanto missão, após receberem dons carismáticos, fazendo com que sejam intermediadores do sagrado para os homens e as mulheres. Ao atingir o carisma, passam então a romper a forma de vida que levavam, não apenas para a garantia de obter perdão, mas também porque o agir do sobrenatural fez com que certos hábitos cotidianos fossem substituídos para que uma parte seja em prol do sagrado (Weber 2004, p. 328). É importante frisar que foi por meio do sebastianismo que surgiu a dinastia dos Quaderna e assim, os seus quatro reinos. Antes de fundarem os movimentos sebastianistas, eles tiveram que abandonar o modo de viver e adotaram um outro estilo de vida, atraindo também outras pessoas para o dito retorno messiânico.

Para Fontana (2014, p. 2), muitas vezes o profeta, além de ter os dons do carisma, ele assume o papel de responsável pelas suas comunidades, a ponto dele e seus seguidores estarem na luta pelas reivindicações sociais e políticas, pois parte dos integrantes dos movimentos messiânicos buscam a salvação espiritual e a concretização dos seus desejos pessoais, mas enquanto o sobrenatural não ocorre, as revoltas são reflexos de uma sociedade ausente de dignidade básica para todas as pessoas. A atuação de líderes religiosos como o caso de Antônio Conselheiro do arraial de Canudos e as ações do Padre Cícero seriam exemplos históricos que buscavam trazer melhorias e mudanças para as suas comunidades.

No caso da obra *A Pedra do Reino*, os movimentos sebastianistas apresentados na história foram formas para reestabelecer essa religiosidade e que os líderes na Pedra Bonita e no Rodeador, além de acreditarem que foram escolhidos pelo Dom Sebastião, eles também conviveram com gerações anteriores que preservaram essa manifestação, mesmo após o ocorrido em Alcácer Quibir. Ao longo da obra o autor intercala os personagens com personalidades reais, que no caso seriam os

antepassados de Quaderna, enquanto o Quinto Império não passa de um reino futuro ainda não estabelecido.

Pedro Dinis afirma que a fundação dos reinos anteriores sempre foi realizada em uma pedra, como uma forma simbólica de representar que o Dom Sebastião se encontrava preso na pedra e que precisava se libertar para que ocorresse o seu regresso enquanto messias e para estabelecimento de um reino católico sertanejo. Entretanto, para isso eram realizados atos que não seriam considerados apropriados aos padrões do catolicismo tradicional, como “assaltar as terras, as fazendas, as pastagens e os dinheiros dos proprietários ricos, para distribuí-los com os súditos pobres e fiéis do Reino, juntamente com Cartas-patentes e Cartas-de-brasão” (SUASSUNA, 2004b, p. 60) e ritos como o casamento poligâmico. Esse catolicismo seria favorável à causa popular, que precisam se apropriar de espaços maiores para conseguirem locais melhores para viver.

Observamos no quadro 1 as estruturas construídas pelo autor que se encontram presentes entre os folhetos V ao X, destacando os reinos dos Quaderna, que seriam os líderes dos movimentos da serra do Rodeador e da Pedra Bonita que ocorreram no século XIX, tempo esse que a dinastia dos Quaderna fora interrompida até o quarto reino. Na tabela está um resumo de como eram as ações de cada rei, os nomes reais que foram adotados pelo autor, mas sem estarem distantes dos seus nomes originais, as suas atuações nos movimentos religiosos e os motivos que levaram a interrupção de seus reinados. Apenas o Quinto Império não destaca as ações de Pedro Dinis, pois o reino não foi reestabelecido e com isso, o quadro destaca a vida de Dom Pedro Alexandre, avô de Pedro Dinis e filho de João Ferreira.

Quadro 1 - Os cinco reinos da dinastia dos Quaderna.

<p>Primeiro Reinado:</p> <p>Dom Silvestre I, “O Rei do Rodeador” (Folheto VI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Governo que durou por pouco tempo (1819); • O movimento na serra do Rodeador foi destruído pelas tropas enviadas pelo Governador Luís do Rego; • Dom Silvestre I foi degolado. 	<p>O Dom Silvestre I corresponde ao Silvestre José dos Santos, líder do movimento sebastianista na serra do Rodeador entre os anos de 1817-1820</p>
<p>Segundo Reinado:</p> <p>Dom João I “O Precursor” (Folheto VII)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assumiu o trono após o falecimento de seu tio, Dom Silvestre I 	<p>Seria o João Antônio Vieira dos Santos, líder do movimento sebastianista na comarca de Flores-Pernambuco</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Anunciava o reino de Dom Sebastião na comarca de Flores e cidades vizinhas • Abdicou do trono e deixou de realizar suas atividades por conta de sua idade avançada e mudou-se para Crato, no Ceará. 	
<p>Terceiro Reinado:</p> <p>Dom João II “O execrável” (Folheto VIII)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do movimento religioso em Pedra Bonita; • Criação do Catolicismo Sertanejo, fazendo com que a poligamia fosse uma prática permitida; • Diante dos sacrifícios ocorridos na Pedra Bonita, Dom João II faleceu como oferta de sacrifício para o retorno de Dom Sebastião. 	<p>Dom João I corresponde ao João Ferreira, sucessor de João Antônio (Dom João I), líder do movimento sebastianista na Pedra Bonita</p>
<p>Quarto Império:</p> <p>Dom Pedro I, “O Astucioso” (Folheto IX)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reinado que durou apenas um dia; • Conflito armado entre as tropas do comandante Manuel Pereira e os religiosos da Pedra Bonita, sob o comando de Dom Pedro I entre os dias 17 e 18 de maio; • Dom Pedro I faleceu durante a batalha, alguns membros da seita faleceram, algumas pessoas foram presas e as crianças foram tiradas de sua mãe. 	<p>Dom Pedro seria o Pedro Antônio, cunhado de João Ferreira, assumiu o trono do movimento durante o massacre entre os seguidores do movimento com as tropas militares.</p>

<p>Quinto Império:</p> <p>Dom Pedro IV, “O decifrador” (Folheto X)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assassinato a princesa Isabel (bisavó de Pedro Dinis); • Nascimento de Pedro Alexandre Quaderna (avô de Pedro Dinis) que foi criado pelo Padre Wanderley; • Pedro Alexandre não poderia ter o sobrenome Ferreira, pois o João-ferreira não era bem na comarca de Flores. 	<p>Reino fictício de Dom Pedro Dinis Quaderna, criado pelo Ariano Suassuna.</p>
--	--	---

A partir dos eventos ocorridos na serra do Rodeador e na Pedra Bonita, foram estabelecidas as dinastias da monarquia sertaneja brasileira que preservaram a religiosidade sebastianista e esses grupos não só tiveram um grande número de adeptos, alteraram o estilo de vida dos fiéis, fazendo com que abandonassem os seus lares e o cotidiano diário e dedicassem suas vidas ao sagrado.

Santos (2009, p. 129) explica que Ariano Suassuna não alterou os parentescos dos Ferreira Quaderna, pois o João Antônio dos Santos (Segundo Império) e Pedro Antônio dos Santos (Quarto Império) eram irmãos e o João Ferreira (Terceiro Império) era cunhado de Pedro Antônio. Alguns dos acontecimentos estão divididos entre fatos reais que existem sobre as seitas e alguns inventados pelo autor, como o caso do falecimento de Silvestre dos Santos e a parentalidade entre o Silvestre dos Santos (Silvestre I) e João Antônio dos Santos (Dom João I).

Na obra, entre os outros impérios de sua família, Dom Pedro Dinis se considerava “descendente, em linha masculina e direta, de Dom João Ferreira-Quaderna, mais conhecido como El-Rei Dom João II, O Execrável, homem sertanejo que, há um século, foi Rei da Pedra do Reino” (SUASSUNA, 2004, p. 34) pois o Dom Silvestre I (Primeiro reinado) não era seu descendente, pois o rei faleceu sem deixar herdeiros e o Rei Dom João I (Segundo reinado) não era descendente direto de Dom Silvestre I, mas sim seu sobrinho que decidiu assumir o trono após o falecimento de seu tio.

Para Santos (2009) cada reinado precisava seguir determinados atos e exigências como forma de fortalecer as dinastias preservando os seus legados e isso era de se esperar que ocorresse nas dinastias futuras. Assim percebemos que, apesar desses reinos serem distintos e que cada temporalidade desses reinos era diferente. Assim percebemos que, apesar desses reinos serem distintos e da temporalidade diferente, o que ainda prossegue é a preservação da crença na

manifestação divina de Dom Sebastião e a necessidade de alcançar a salvação espiritual e os desejos pessoais através do rei português.

A articulação dos impérios da Pedra do Reino na obra, seguindo o padrão do modo imitativo baixo, respeita, dessa forma, as exigências tradicionais na conformação dinástica em torno de uma só família, decorrendo do preenchimento cuidadoso da cadeia familiar que liga os reis da Pedra entre si, até chegar a seu último descendente no presente da efabulação romanesca. Além desse recurso, que confere verossimilhança à construção, conta-se, ainda, com outro artifício utilizado pelo narrador para a unificação dos reinados, que é a “costura”, sem entremeios, dos eventos de curta duração e deflagrados em pontos distintos do sertão nordestino, de maneira a constituírem uma sequência dinástica única, de longa duração, sobretudo à ênfase nos aspectos mais gerais de cada evento, ligados à lenda sebastianista (SANTOS, 2009, p. 130).

Diferente dos impérios anteriores, o Quinto Império, tendo o Dom Pedro Dinis como o próximo descendente, seria uma atualização da dinastia que fora interrompida e também uma forma de fazer com que um Brasil nordestino sertanejo não perdesse as suas características, sendo uma delas o próprio sebastianismo que faz parte do imaginário popular nordestino, pois isso revela a necessidade da presença de uma entidade espiritual ou um profeta para guiar os fiéis para períodos de abundância, sem mais vivenciar as dificuldades no plano terreno.

3.2.3 O movimento sebastianista na Pedra do Reino

Entre as seitas sebastianistas destacadas por Ariano Suassuna, o movimento da Pedra Bonita é considerado enquanto um dos eventos centrais que motivaram o autor a produzir o romance e isso fez com que o Pedro Dinis fosse o descendente direto de Dom João II (João Ferreira), pois o movimento da Pedra Bonita ou Pedra do Reino tornou-se um espaço místico e também polêmico diante dos trágicos acontecimentos no local.

Em entrevista ao programa *Sala de Notícias* na reportagem - Sebastião Encantado (2013), Ariano Suassuna afirma que a obra de Antônio Ático Leite foi o que gerou interesse no autor em querer reproduzir o evento da seita sebastianista em um livro ficcional, além de Araripe Jr. que também fez uma obra a respeito do assunto. Esses intelectuais foram os que apresentaram as primeiras obras a respeito do movimento da Pedra Bonita, mesmo que não fossem membros da seita, pois as obras de ambos foram lançadas posteriormente ao fim oficial do grupo.

Eu tomei conhecimento através de um texto de um historiador do século XIX, ele se chamava Antônio Ático Leite e ele apresentou a história da Pedra do Reino no comunicado que ele fez ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco. Aí quando eu li essa história eu fiquei encantado com a história do jeito que ele

apresentava. E depois o filho dele que passou a morar no Rio chamado Solidônio Leite publicou uma separata com esse ensaio dele com o prefácio de um grande crítico na época que se chamava Araripe Jr (SEBASTIÃO..., 2013).

O local onde está localizado a Pedra do Reino surgiu em razão do grupo religioso liderado por João Ferreira dos Santos, tendo como a principal crença a segunda vinda do rei Dom Sebastião, além de existirem outras lendas como a existência de um reino do próprio monarca localizado no plano espiritual e nele haver a existência de um grande tesouro. Para isso, os membros desse movimento realizaram atos que seriam formas para agradá-lo para que o retorno messiânico ocorresse o mais rápido possível.

No folheto V, Pedro Dinis explica a localização da Pedra do Reino, a questão geográfica do local e a sua inacessibilidade para chegar até lá, mesmo após o fim do movimento religioso. A Pedra do Reino se encontra atualmente na serra do Catolé¹⁰, próximo a cidade de São José do Belmonte, Pernambuco, local esse que mantém algumas das tradições retratadas na obra, como a cavalhada.

A PEDRA DO REINO situa-se numa serra áspera e pedregosa do Sertão do Pajeú, fronteira da Paraíba com Pernambuco; serra que, depois dos terríveis acontecimentos de 18 de Maio de 1838, passou a ser conhecida como “Serra do Reino”. Dela descem águas que, através dos rios Pajeú, Piancó e Piranhas, são ligadas a três dos sete Rios sagrados e três dos sete Reinos do meu Império. Hoje, a Serra está menos áspera e impenetrável do que no tempo do meu bisavô Dom João Ferreira-Quaderna. Ainda assim, permanece de acesso difícil e penoso. É coberta de espinheiros entrançados de unhas-de-gato, malícia, favela, alastrados, urtigas, mororós e marmeleiros. Catolezeiros e cactos espinhosos completam a vegetação, e conta-se que o sangue que embebeu a terra e as pedras, durante o reinado dos Quadernas, foi tanto que, na Sexta-Feira da Paixão de cada ano, os catolezeiros começam a gemer, as pedras a refulgir no castanho e nas incrustações de prata ou malacacheta, e as coroas-de-frade começam a minar sangue, vermelho e vivo como se tivesse sido há pouco derramado (SUASSUNA, 2004b, p. 55).

A Pedra do Reino seria para ele muito mais importante do que os valores e alguns dos eventos que ocorreram no local, pois a estrutura do monumento são duas pedras enormes e castanhas no tamanho de 20 metros que são símbolos da dinastia real brasileira e um dos poucos elementos que ainda restaram após o fim do movimento (SUASSUNA, 2004, p. 55).

Sobre os acontecimentos que ocorreram na Pedra do Reino, as noções que o Pedro Dinis apresenta são reproduções de memórias de outras pessoas, como de seus antepassados e de intelectuais que estudaram o grupo religioso e um deles destacado pelo personagem é o historiador

¹⁰ Anteriormente, o local onde fica o monumento se chamava serra do Pajeú. Na obra, o antigo nome do local é destacado na localização da Pedra do Reino e esse mesmo nome foi dedicado ao rio Pajeú, que é um dos rios que banham o local.

Antônio Ático Leite, autor do livro *Fanatismo Religioso: Memória sobre o Reino Encantado na comarca de Villa Bella*. Essa foi uma das primeiras obras que relataram o messianismo sebastianista em Pedra Bonita anos após o fim da seita e possui detalhes do movimento desde as pregações de João Antônio dos Santos na comarca de Flores (Dom João I), em Pernambuco, a formação do movimento sebastianista liderado pelo João Ferreira (Dom João II) até o curto tempo de liderança de Pedro Antônio.

Esse documento relata em detalhes os acontecimentos que formaram a seita sebastianista sob a liderança de João Antônio dos Santos, considerado por Leite (1898) como um mameluco, aquele que proclamava a futura vinda de Dom Sebastião e o reino encantado, no qual todos os fiéis serão beneficiados com prosperidade e riquezas. Tanto o João Antônio dos Santos quanto o João Ferreira, eram considerados profetas, mas cada um atuava de uma forma diferente. O João Antônio tinha como função ser o anunciador do sebastianismo, garantindo a divulgação de notícias e anúncio da profecia messiânica na comarca de Flores, em Pernambuco.

O mameluco era homem sagaz, astuto e manhozo, e sabia insinuar-se no animo das pessoas a quem communicava os mistérios de que inculcava depositário. Falava a cada um n'uma gíria especial, e sempre em linguagem adaptada à capacidade, intelligencia, e interesses d'aquelles em que pretendia incutir suas doutrinas. Aos mais crédulos e ignorantes falava sem reboço de Dom Sebastião, da restauração de um reino encantado, e de grandes riquezas: aos menos fáceis em acreditar essas patranhas falava apenas em algumas d'estas couzas; e finalmente a quem não seria possível embair com taes embustes, mas, de quem precisava haver dinheiro e protecção para o fim, a que se propunha, falava apenas de um grande tezouro, que achava-se a sua dispozição, e cuja publicidade estava apenas dependente de um evento próximo (LEITE, 1898, p. 25-26).

Sendo visto enquanto mameluco, João Antônio dos Santos conseguiu atrair uma grande multidão de interessados, fazendo com que a comarca de Flores presenciasse um acontecimento que alterou a passividade do local, diante desse movimento religioso. João Antônio tornou-se um exemplo de líder carismático, pela sua comunicação e pela forma como anunciava as profecias, fatores esses que facilitaram o fortalecimento da fé sebastianista. Esse aumento de seguidores do João Antônio foi motivo de inquietação das autoridades, fazendo com que o Padre Francisco Correia abandonasse a sua função na comarca de Flores (QUEIROZ, 2003, p. 222).

Além do João Antônio, o Manuel Vieira atuava na seita como um sacerdote na Pedra Bonita e era conhecido como o falso padre, Frei Simão. Existia um espaço situado na parte subterrânea, localizado na segunda pirâmide ou torre da Pedra Bonita chamado de *Santuário* (LEITE, 1898, p. 30). Nesse espaço, o Frei Simão realizava atos religiosos como o matrimônio, que não permaneceu

no modelo monogâmico, pois havia casamentos em que o homem poderia casar-se com duas ou três mulheres (LEITE, 1898, p. 46) e antes dos casamentos era realizado um rito pelo João Ferreira chamado “dispensar”, ou seja, a noiva era recebida pelo João Ferreira e no dia seguinte ela era entregue ao marido (QUEIROZ, 2003, p. 223).

Ao Poente, e logo na extremidade da segunda pirâmide, ou Torre, há uma pequena sala meio subterrânea, a que chamavam Santuário, não só por ser o lugar onde primeiro entravam os noivos, depois de casados pelo falso Sacerdote da seita, o intitulado Frei Simão, como porque era ali que o Vaticinador, o execrável Rei João Ferreira-Quaderna, afirmava, em suas práticas, que ressuscitariam gloriosamente, com El-Rei Dom Sebastião, todas as vítimas que lhe fossem oferecidas (SUASSUNA, 2004b, p. 55-56).

Outro lugar que era importante para as práticas da seita era a *Casa Santa*, onde João Ferreira realizava pregações no púlpito para mais de 200 pessoas sobre o retorno de Dom Sebastião. Para fazer os membros se sentirem próximos ao sagrado, era concretizado um rito de ingerir uma bebida denominada *Vinho Encantado*, uma mistura de jurema e manacá, a qual possuía efeito alucinógeno, fazendo com que as pessoas entrassem em estado de êxtase, proporcionando uma visualização dos tesouros de Dom Sebastião, descritos nas profecias de João de Ferreira (QUEIROZ, 2003, p. 224).

Ao Sul desta sala, porém próximas dela, elevam-se várias pedras grandes, sobrepostas umas às outras, as quais formam uma espécie de caramanchão abobadado. Este lugar tinha o nome de Trono, ou Púlpito, por ser dele que El-Rei Dom João Ferreira-Quaderna, inculcado Profeta, pregava a seus sectários. Cerca de 200 braças ao Norte das duas Torres, existe um Penedo colossal, cuja concavidade natural, na parte inferior, formava um grande esconderijo que, aumentado por uma profunda escavação que ali fizeram os Sebastianistas, adquiriu proporções para comportar o número de 200 pessoas. Este lugar é conhecido pelo nome de Casa-Santa, por ser ali que o perverso e execrável Rei João Ferreira-Quaderna recolhia e embriagava os seus associados, ministrando-lhes beberagens, todas as vezes que pretendia vítimas voluntárias para o Reino (SUASSUNA, 2004, p. 56).

Um dos relatos que chamaram bastante atenção na obra de Leite foi a do vaqueiro José Gomes, que foi um dos membros que conseguiu escapar da seita sebastianista, devido aos atos que não eram vistos de forma agradável pela vaqueiro, como os casamentos arranjados e a ingestão do *vinho encantado* como uma forma de fazer com que os membros entrassem em estado de êxtase e estivessem próximos ao sagrado (LEITE, 1898, p. 45). Outro fator que motivou a fuga foram os atos sacrificiais que eram realizados como uma forma de agradar Dom Sebastião, de modo que a profecia fosse cumprida o mais rápido possível. Para isso, era preciso que o sangue fosse derramado nas pedras.

Iam assim passando-se os tempos, até que no dia 14 deste (oh!que dia infeliz e horroroso...) o rei, depois que deo muito vinho a todos, declarou: “Que Dom Sebastião estava muito desgostoso e triste com o seo povo...” E porquê? Perguntaram os homens muito aflictos, e as mulheres todas muito xorosas... “Porque são incrédulos!... porque são fracos... porque são fracos!... e finalmente, porque o perseguem,não regando o campo encantado, e não lavando as duas torres da cathedral do seo reino com o sangue necessario para quebrar de uma vez este cruel encantamento”proferiu o rei e outra vóz muito lamentoza, que pareceu sahir de detraz d’elle (LEITE, 1898, p. 47-48).

O sacrifício era praticado em animais e em pessoas das mais diversas idades e gêneros, cortando os pescoços das pessoas ou quebrando as cabeças nas pedras para que logo o rito se cumprisse, promovendo um grande aumento de óbitos, gerando preocupação para os que ali estavam, como o vaqueiro José Gomes.

Para o antropólogo Marcel Mauss (2013, p. 19), a questão do sangue fazer parte de processos de sacrifício, seria um estabelecimento de uma ligação entre as relações humanas com o divino, pois é através de sacrifícios com o sangue que irá se firmar uma aliança entre o homem e o sagrado, pois quando o indivíduo pratica atos sacrificiais em prol do divino é uma prova de que aquele que realizou esse ato estará mais próximo do paraíso.

Essas práticas sacrificiais relatadas pelo vaqueiro começaram no dia 14 de maio de 1838 e depois dessa data, os sacrifícios ainda eram recorrentes entre os dias 15 e 16 de maio, tendo resultado na morte de 30 crianças, 12 homens, 11 mulheres e 14 cães (LEITE, 1898, p. 63). Por meio da profecia revelada por João Ferreira e dos apelos emotivos do mesmo, como forma de chamar a atenção dos seguidores, esse foi considerado um dos acontecimentos mais tensos entre os movimentos sebastianistas no Brasil.

No dia 17 de maio, ao realizar os atos sacrificiais nos membros, não satisfeito ainda, o próprio João Ferreira se ofereceu para Dom Sebastião e o ato foi feito pelo Pedro Antônio, que se definiu enquanto o novo rei da seita sebastianista, pois ele acreditava que o sacrifício de João Ferreira seria a última morte necessária para que a profecia se cumprisse (LEITE, 1898, p. 64).

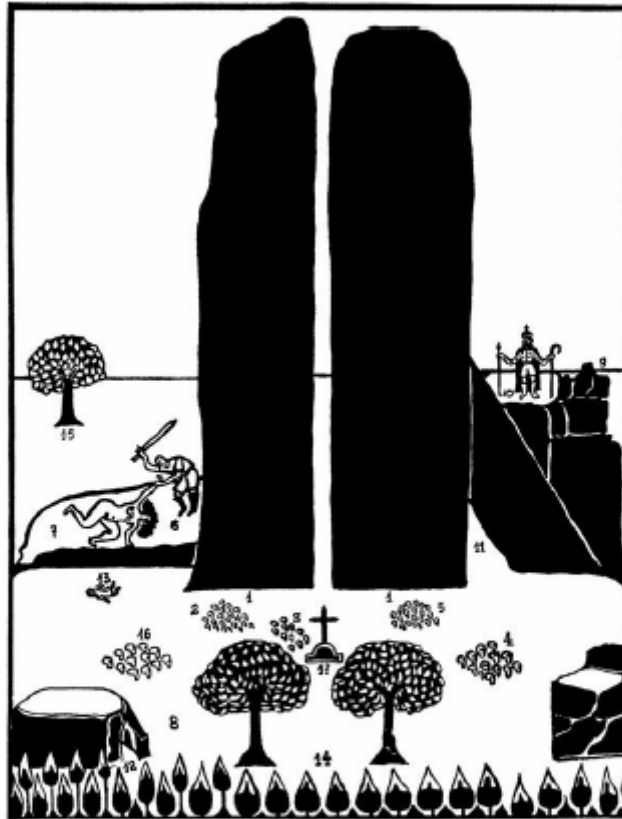
Após os atos sacrificiais, Pedro Antônio, juntamente com os seus seguidores, decidiram partir para um novo local para continuarem realizando as práticas da seita. Porém, durante o trajeto do grupo, depararam-se com a tropa liderada pelo major Manoel Pereira da Silva com o objetivo de impedir a atividade da seita sebastianista. Diante disso, os homens do movimento religioso, juntamente com o Pedro Antônio decidiram combater a tropa opositora, enquanto as mulheres e crianças da seita ficaram em um espaço afastado do conflito realizando ladainhas e preces durante uma hora.

O seo grito de guerra, immediatamente repetido por mais de cem vozes sahidas de todos os pontos d'aquelle provizorio acampamento, foi logo solemnizado com cânticos da ladainha, bemditos, e officios entoados pelas mulheres e meninos, que ora batendo palmas, ora brandindo espetos e cacetes, investiam como outros tantos combatentes em auxílio de seos paes, filhos, irmãos, e maridos que já se axavam a braços, e em luta aberta com os poucos soldados do commisario (LEITE, 1898, p. 68).

O conflito terminou com 22 mortos, entre eles estava o rei Pedro Antônio, três mulheres da seita e o próprio Major Pereira da Silva e alguns comissários de sua tropa. Alguns membros da seita conseguiram escapar após o conflito, outros foram presos na comarca de Flores, as mulheres foram liberadas e as crianças que eram órfãos foram levadas para a adoção (LEITE, 1898, p. 69).

Podemos observar na Figura 1 um exemplo de como eram realizadas as atividades no movimento da Pedra do Reino. Na parte central, temos como exemplo a Pedra do Reino que seriam as duas pedras estendidas e a direita, a coroação do rei Dom João II (João Ferreira) no qual ele mesmo se consagra enquanto monarca. Na mesma imagem, mas ao lado esquerdo, está a cena de uma das suas mulheres, a princesa Isabel, sendo degolada em sacrifício ao ato profético. A princesa Isabel representa as mulheres que eram submetidas a realizarem ritos para alcançarem os seus objetivos com o sagrado. Ela era uma das sete esposas de Pedro Dinis, incluindo a sua irmã, Josefa.

Figura 1 - Gravura de Taparica que ilustra os acontecimentos da Pedra do Reino.



GRAVURA DE TAPARICA, BASEADA NO DESENHO DO PADRE E REPRESENTANDO AS PEDRAS DO REINO. VÊ-SE, À DIREITA, COM CETRO E MANTO, MEU BISAVÔ DOM JOÃO FERREIRA-QUADERNA, O EXECRÁVEL, E, À ESQUERDA, MINHA BISAVÔ, A PRINCESA ISABEL, SENDO DEGOLADA. EMBAIXO DA PEDRA, O RECÊM-NASCIDO QUE ELA PARIU NOS ESTREMEÇOS DA MORTE E QUE, DEPOIS, FOI MEU AVÔ, DOM PEDRO ALEXANDRE.

Fonte: SUASSUNA (2004).

Ao lado dela está o bebê que seria o Dom Pedro Alexandre, avô de Pedro Dinis, sendo que a sua sobrevivência garantiu a permanência do ciclo dos Quaderna mesmo sem o império ativo. Dom Pedro Alexandre era uma das crianças órfãs, abandonadas e retiradas de seus pais. Ele foi criado pelo Padre Wanderley que decidiu e fez de tudo para protegê-lo e evitar que descobrissem de quem ele era filho, pois João Ferreira, mesmo após o seu falecimento, gerava desconforto na população.

Esse Padre Wanderley era homem bondoso, virtuoso e prudente. Sabendo que o novo protegido era filho do Rei João Ferreira-Quaderna, teve medo de que essa fama se espalhasse, atraindo sobre a cabeça do Príncipezinho as marcas de sangue da família. Ocorre que meu bisavô era mais conhecido somente pelo sobrenome de Ferreira, sendo assim que ele é tratado por todos os que escrevem sobre a Pedra do Reino: eu é que, por motivos de clareza, acrescentei sempre o de Quaderna, que aparece aqui. O Padre então, aproveitando isso, quando foi batizar o inocente, omitiu o Ferreira e manteve somente o Quaderna, que quase ninguém conhecia. Foi por isso que meu avô, o Príncipezinho, escapou à matança, foi batizado com o nome de Pedro

Alexandre Quaderna, e não de Pedro Alexandre Vieira-dos-Santos Ferreira-Quaderna, como teria acontecido em condições normais (SUASSUNA,2004b, p. 83).

Portanto, esses acontecimentos em prol da manifestação religiosa em torno da figura de Dom Sebastião revelam que é pelo imaginário religioso o meio para sustentar a ideia de que os fiéis seriam escutados e as necessidades atendidas, desde desejos íntimos a coletivos. Acreditar no retorno de um messias seria também a crença de uma nova terra, um espaço que não há mais sofrimentos e pleno gozo de estarem próximos ao sagrado.

No Brasil, as manifestações religiosas, principalmente no Nordeste, representaram os problemas que envolviam as realidades econômicas e sociais que trouxeram mazelas aos que possuíam origem mais humilde. Temos como um dos exemplos de movimentos messiânicos a Batalha de Canudos (1896-1897). A formação do movimento religioso liderado por Antônio Conselheiro, tendo os sertanejos e outras pessoas de origem humilde enquanto membros desse movimento, os quais acreditavam em uma salvação milagrosa, que pouparia os habitantes dos problemas econômicos e sociais que estavam enfrentando no momento (NEGRÃO, 2001, p. 120-121).

No movimento sebastianista em Pedra Bonita fica evidente os diversos atos que ocorreram em prol de uma crença, a ponto de fazer com que os membros se entregassem para o sacrifício, na intenção de honrar Dom Sebastião e fazer com que as promessas através dessa entidade e por meio dos discursos feitos por líderes como João Ferreira fossem concretizados, na intenção de obterem prosperidade e eliminar as dificuldades do plano terreno.

3.2.4 O Rapaz do Cavalo-Branco e o retorno do messias

No folheto XXIII, Quaderna irá contar sobre a sua família materna, os Garcia Barretto, desde a sua formação até a família de seu tio, o Dom Pedro Sebastião. A história, logo de início, retrata o sebastianismo enquanto parte da existência de sua família, pois o primeiro descendente, Sebastião Barretto, era um português que chegou em Pernambuco em 1578, após a batalha de Alcácer Quibir e a conquista do reino ibérico em Portugal (SUASSUNA, 2004, p. 157).

O nascimento do filho de Sebastião junto com a sua esposa, Dona Inês Fernandes Garcia, Miguel, apresenta o quão presente era figura de Sebastião, seja o rei português ou o santo, pois o menino Miguel foi curado pela intercessão de São Sebastião. Desde então, como forma de pagar promessa, Miguel e todos os seus descendentes teriam o nome de Sebastião. No entanto, ocorreu um problema logo após o nascimento do filho de Miguel, pois ele foi morto a flechadas pelos indígenas

Tapuias, assim como o seu avô e o seu pai, fazendo com que todos os homens que tivessem o nome de Sebastião, seja o primeiro nome ou segundo, iriam enfrentar essa maldição.

Começa, então, a história terrível dos Garcia-Barretos: porque esse Sebastião, filho de Miguel, depois de casado com uma moça chamada Catarina Moura, fez uma “entrada” pelo Rio Paraíba, conquistou terras no Pilar, e acabou aí, como o Pai e o Avô, morto a flechadas pelos Tapuias. Ora, como vive dizendo o Professor Clemente, nossos antepassados dos séculos XVI e XVII formavam “uma sociedade criminosa e beata, de fidalgos e degredados, aterrorizados pelos Jesuítas e pela Inquisição”. Por isso, e por causa dessas mortes a flechadas, logo começava a correr a versão de que a raça dos Garcia-Barretos tinha se tornado maldita. Segundo os comentários, Miguel “deveria” ter morrido, mesmo, de peste, conformando-se seus parentes com o decreto dos astros. Não morreria, exclusivamente por causa da promessa. Em troca, por causa dessa desordem introduzida no curso determinado das coisas, viera a maldição: o primeiro Garcia-Barretto que, daí por diante, deixasse de receber o nome de São Sebastião, morreria de peste, na infância; e os que escapassem da peste por terem recebido esse nome, morreriam assassinados, depois de adultos, mais comumente a flechadas, como sucedera ao Santo padroeiro da família (SUASSUNA, 2004, p. 143).

Segundo Paula (2016), apesar da existência da maldição entre os Garcia-Barretto, isso não impediu de serem considerados uma das famílias mais importantes da Paraíba, especialmente na região do Cariri. Um ponto interessante apresentado pelo Quaderna foi explicar que a família Garcia-Barretto possuía títulos nobres e por isso serviu para validar a linhagem nobre de Pedro Dinis Quaderna.

Ao final do Segundo Império, D. Pedro II concedeu ao Garcia-Barretto o título de Barão do Cariri, esse era por sua vez avô de Quaderna, pai de sua mãe, Maria Sulpícia. Observa-se que o narrador intenta com isso mostrar que toda sua linhagem é nobre. A materna possui o título concedido pela Família Real Portuguesa e a paterna por autoproclamação, formada por caboclos sertanejos (PAULA, 2016, p. 103-104).

Assim, a história dos Garcia-Barretto vai até a história da família do tio-padrinho de Pedro Dinis, o Pedro Sebastião Barretto, que infelizmente também foi um dos descendentes mortos, mas a causa permaneceu desconhecida, pois não se sabia a autoria do seu assassinato. Mas, ao contrário dos seus antepassados que foram flechados, ele foi degolado, porém todos tiveram um destino doloroso como o próprio São Sebastião (SUASSUNA, 2004, p. 148). Após o falecimento de Pedro Sebastião, outro caso que chamou atenção foi o desaparecimento de seu primo afilhado, Sinésio, um personagem que não possui tanto destaque nas falas, mas ele gera interesse no decorrer da obra por ser uma das figuras centrais da história.

Conforme Batista (2018), Sinésio apresenta outras denominações além do seu nome e esses apelidos possuem ligações com a linhagem real, por ser um dos descendentes do rei do Cariri, o Dom Pedro Sebastião. O folheto II irá retratar o retorno de Sinésio, conhecido como o Rapaz do Cavalo-Branco, pois Pedro Dinis não percebeu a princípio que era o seu primo-afilhado que desapareceu e que tinha retornado à vila de Taperoá cinco anos depois, em 1935, caracterizado como um cavaleiro e isso fez com que as características do Rapaz do Cavalo-Branco tivessem proximidade com o Dom Sebastião, pois o cavalo branco de Sinésio era parecido com o de Dom Sebastião durante a batalha de Alcácer Quibir.

Ele é denominado de várias formas em ambas as produções: pelo primeiro nome, Sinésio; pelo nome completo Sinésio Garcia-Barretto; pelo nome composto de Sinésio Sebastião; pelo apelido de *prinspe* ou *prinspo*, *prinspe/prinspo alumioso* ou apenas pelo adjetivo *alumioso*, por ser considerado uma reencarnação do rei Dom Sebastião de Portugal, que viria ao sertão a fim de iniciar uma guerra para restaurar a monarquia e implantar um mundo de igualdade e felicidade para todos; e pela alcunha de Rapaz-do-Cavalo-Branco, por retornar à cidade de Taperoá, após cinco anos desaparecido, montado num cavalo de cor branca, o que também é uma referência a Dom Sebastião, que teria lutado em Alcácer-Quibir sobre um cavalo dessa cor (BATISTA, 2018, p. 171).

O Rapaz do cavalo branco aparece juntamente com os quarenta cavaleiros na vila de Taperoá, em 1935, e esses cavaleiros estão trajados de roupas tradicionais sertanejas assim como o próprio Rapaz de Cavalo-Branco que também utiliza essas vestimentas, remetendo a características da dinastia dos Quaderna, que seria a legítima brasileira e sertaneja, da qual Pedro Dinis é um dos descendentes. Um fato curioso sobre a vestimenta do Sinésio seriam as características armoriais presentes nela, como as heráldicas em seu traje tradicional sertanejo, simbolizando então a aproximação das culturas europeia e regional.

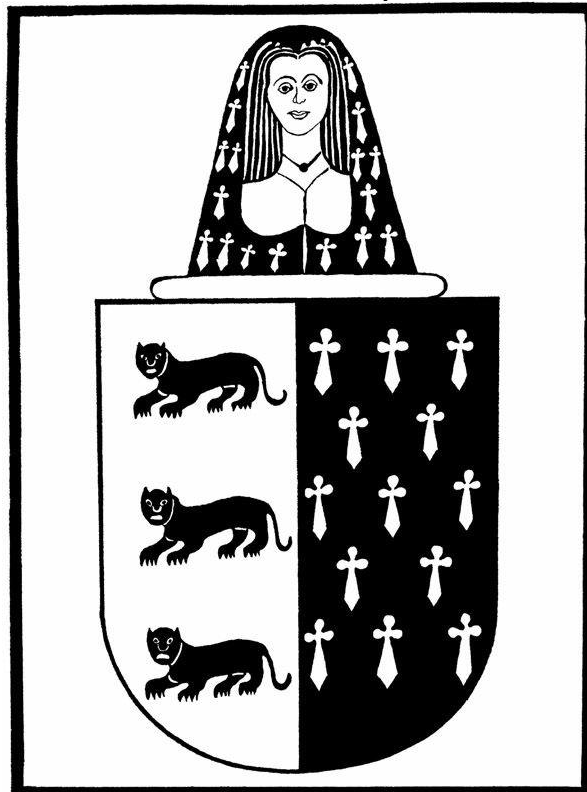
A Figura 2 representa um exemplo do escudo do Rapaz-do-cavalo-branco, apresentando brasões e imagens de onça, como símbolo da onça malhada, remetendo à Fazenda Onça-Malhada¹¹, local esse que simboliza a origem e o local onde Sinésio e Pedro Dinis conviveram antes do assassinato de Pedro Sebastião.

Como, ao que parece, tinha-se convencionado que ninguém se vestisse de maneira mais comum naquela tribo, o Rapaz-do-Cavalo-Branco usava um gibão mais artisticamente trabalhado do que os dos outros cavaleiros. Assemelhava-se aos “gibões de honra e boniteza” que se usam nos desfiles de Cavalhadas e puxadas-de-boi. Era feito de três qualidades diferentes de couro — de Bode, de Vaqueta e de

¹¹ O local remete a Fazenda Acauã, localizado no município de Aparecida, antigo distrito de Sousa(PB) e nesse local fez parte das lembranças de Ariano Suassuna, pois o seu pai, João Suassuna, foi um dos proprietários do local.

Veado —, combinando de maneira variada o amarelo, o castanho, o vermelho e o negro. Tinha as mesmas joelheiras e ombreiras dos outros. As dele, porém, eram negras e costuradas ao couro castanho da véstia e das “guardas” por tiras de couro vermelho, de modo que, mais do que qualquer outro, seu gibão parecia a armadura de um Cavaleiro sertanejo, com os couros trançados em ouro, púrpura, goles e sable — para narrar com esmaltes heráldicos esta heráldica cena da mais armorial Cavalaria sertaneja. E o próprio Donzel, assim, com aquela roupa de couro predominantemente amarela e vermelha, parecia (todo ele ouro, sangue e coração) um Valete de Copas montado num cavalo branco e escoltado por uma tropa sertaneja de peninchas e valetes-de-paus ou de espadas (SUASSUNA, 2004, p. 46).

Figura 2 – Escudo do manto do Rapaz-do-cavalo-branco.



Fonte: SUASSUNA (2004).

Narvaes (2014) afirma que o rapaz do cavalo-branco ou o Alumioso seria a solução para reunir os elementos simbólicos da cristandade, possuindo elementos que remetem ao modelo de cavaleiro ideal, tendo como início o seu retorno enquanto cavaleiro à vila de Taperoá que foi no dia de Pentecostes, em 1935.

Sendo Sinésio um cavaleiro sertanejo, o seu perfil remete a construção de um cavaleiro das novelas de cavalaria, pois ao longo da história, a missão de Sinésio e de seu exército seria ele, enquanto reencarnação de Dom Sebastião, reestabelecer o seu reino na terra, no caso na vila de

Taperoá e lutar em defesa dos desfavorecidos e impedir o avanço de poderosos e burgueses e tornar esse reino um lugar justo e próspero para os seus habitantes.

Referimo-nos a uma estranha cavalgada, trazendo consigo o Rapaz-do-Cavalo-Branco, que irrompe na cidade de Taperoá, nas vésperas de Pentecostes, e determina “o centro e o nó” do enigma tecido por Quaderna, engendrado em seu próprio sangue de monarca e poeta escrivão: “a morte do velho Rei barbado e profético”. Como acontecera, historicamente, com a “Coluna Prestes”, em 1926, o exército de ciganos, que acompanhava Sinésio durante a cavalgada, indica, no Romance, a possibilidade de restauração de um reino justo e popular, um novo império em que os burgueses e poderosos seriam devorados por dragões e os pobres, cegos e indefesos teriam sua glória (NARVAES, 2014, p. 37).

Os traços de Sinésio enquanto um modelo perfeito de cavaleiro não surgiu após se tornar o Rapaz do Cavalo-Branco, mas a sua personalidade revelava um ser puro, desejado e admirado pelas pessoas, sendo essas características próximas a Dom Sebastião em vida.

No folheto XXIII, Pedro Dinis fala sobre a família Garcia Barreto e entre os seus parentes, o mesmo fala sobre a família de seu tio e padrinho, Dom Pedro Sebastião e entre eles está o Sinésio, o filho mais novo de Pedro Sebastião, tendo dez anos de diferença em relação ao seu irmão mais velho, Arésio. Pedro Dinis explica que existiam divergências entre ambos no que diz respeito a comportamentos e aspectos físicos. O filho mais velho de Pedro Sebastião apresentava características agressivas, enquanto o Sinésio, diferente de seu irmão, é considerado uma pessoa agradável, preferido pelo seu pai e pelas pessoas.

Tudo isso, porém, será melhor contado depois, quando for tempo. Por enquanto devo adiantar somente que, do primeiro casamento, meu Padrinho teve um filho, meu primo Arésio, nascido em 1900. Do segundo, nasceu meu sobrinho e primo Sinésio, dez anos mais moço do que o irmão. Muita coisa de sangrento que nos aconteceu veio das diferenças entre os dois: enquanto Arésio era um sujeito duro, solitário, violento, moreno, de barba cerrada e negros cabelos encaracolados, Sinésio era calmo, alumioso, alourado, estimado por todas as pessoas, principalmente pelos pobres, da fazenda e da Vila. Era o preferido do Pai; e talvez tenha sido tudo isso que terminou criando em torno dele todas as legendas que depois viriam aparecer. Sim, porque a maldição da raça dos Garcia-Barretos terminou pegando meu Padrinho e Sinésio. Sinésio foi raptado de maneira enigmática, desaparecendo daqui como por encanto, no dia 24 de Agosto de 1930 (SUASSUNA, 2004, p. 163).

Uma das aproximações entre o Sinésio e o Dom Sebastião eram as características físicas, ambos não eram casados, eram desejados pelas pessoas, desapareceram de forma misteriosa e seus corpos não foram encontrados. Contudo, diferente de Dom Sebastião que é considerado enquanto um mito, o Sinésio seria o próprio jovem rei português, que retorna como um guerreiro, garantindo o cumprimento das profecias messiânicas. Para Martini e Rossatto (2014) pode-se perceber que, apesar

dos dois, Pedro Dinis e o Sinésio, serem parentes e que ambos carregavam traços do sebastianismo, é possível perceber que o Sinésio, tendo características que remetem ao Dom Sebastião, seria ele a pessoa ideal para ser o próximo monarca, já que o Pedro Dinis possui apenas a descendência real, mas não possui o mesmo perfil que o seu afilhado.

Para Mongelli (2013, p. 192), Quaderna possuía uma imagem de que, sendo ele o descendente de monarcas, era de se esperar que os seus posicionamentos fossem parecidos com os reis das dinastias anteriores, porém isso não ocorreu. Ele possuía, sim, o desejo de reestabelecer o reino dos Quadernas, mas não por conta da causa popular, mas sim em seu benefício próprio.

Quaderna, porém, não compartilha das mesmas qualidades atribuídas a Sinésio. Seu amor não é puro como o deste com Heliana, formando um par romântico típico. Quaderna, em vez disso, tem uma relação adúltera com Maria Safira. As relações de Quaderna com o povo são movidas pelo interesse pessoal, com o intuito último de sagrar-se rei, enquanto que as de Sinésio seriam a de uma revolução popular. Sinésio ingressa na cidade numa verdadeira cruzada contra os infiéis, enquanto as cruzadas de Quaderna eram apenas as das cavalcadas que encenava com seus irmãos bastardos. Enquanto o “moço do cavalo branco” arriscara a vida para voltar a Taperoá, todos os atos de coragem de Quaderna, como ele mesmo revela em seu relato, são por acaso, já que se caracterizava como um covarde. Assim, Sinésio seria uma contraparte de Quaderna: seria de fato o que este último era apenas em vontade e em representação (MARTINI; ROSSATTO, 2014, p. 298).

O filho de Pedro Sebastião é considerado um personagem épico, mas pouco é abordado sobre a personalidade de Sinésio, apenas noções a respeito do personagem e do momento quando retorna para Taperoá enquanto o rapaz do cavalo branco. Ele é oculto, ou seja, o personagem não dialoga muito, mas é muito mencionado por Pedro Dinis.

Numa epopeia, os pensamentos e costumes do herói devem ser admiráveis (HANSEN, 2008). Um príncipe é personagem adequada a um gênero elevado como a epopeia. Se o “príncipe” a que se refere o título do romance for Sinésio Sebastião, bondoso e generoso, em total contraposição a seu irmão e inimigo na questão da herança do pai morto, Arésio, a personagem é de fato épica. No entanto, Sinésio pouco age como personagem, e o “moço do cavalo branco” é mantido oculto desde que chega à cidade. Fala-se mais na obra de uma ideia acerca de Sinésio do que dele próprio. A grande personagem da obra é Quaderna, ele mesmo príncipe, como revela em seu interrogatório, por descender dos reis da pedra do Reino. Ou seja, compartilha grande parte do sangue “real” de Sinésio (MARTINI; ROSSATTO, 2014, p. 297).

A imagem elaborada de Dom Sebastião e do Sinésio seriam representações de modelos monárquicos e cavaleirescos atribuídos ao período da Idade Média, como forma de validar os seus legados enquanto nobres e exemplos na vida pessoal e perante suas atribuições. Existem obras literárias que apresentam essas qualidades de um monarca perfeito e isso podemos acompanhar em

uma das obras mais conhecidas sobre a temática, *A Demanda do Santo Graal*, uma novela de cavalaria, de autoria anônima, que faz parte da Matéria de Bretanha, que conta a história de cavaleiros em busca do Santo Graal, um cálice considerado sagrado por ter sido utilizado pelo próprio Cristo na última ceia.

Entre os personagens presentes na obra, destacamos o cavaleiro Galaaz, filho de Lancelot, que era considerado um modelo de guerreiro e de religiosidade. Conforme Zierer (2015, p. 10), Galaaz é o eleito de Deus, pois o mesmo passava dias orando e jejuando e tinha como missão principal encontrar o Santo Graal e garantir outra vez a harmonia do reino arturiano.

O Santo Graal, sendo um objeto sagrado, era garantido para aqueles que eram dignos, puros e que não praticavam atos contrários aos preceitos cristãos. Segundo Schmitt e Le Goff (2017, p.504-505), na Idade Média, a prática da santidade era construída sob a percepção dos homens e das mulheres para que ambos, ao decidirem viver o meio espiritual, alcançassem a santidade por meio de suas práticas cotidianas, tendo as figuras da fé cristã como modelos a serem seguidos, para que esses indivíduos conseguissem ser beneficiados pelo sagrado e pudessem viver uma vida sem pecados.

Existem outros personagens que tentaram se aproximar do Graal, porém não eram dignos, pois não preservaram as suas virtudes. Entre eles, temos o Erec, que cometeu o assassinato de sua irmã, após realizar o juramento para uma donzela que pediu a cabeça de sua irmã (ZIERER, 2015, p.11). Lancelot, pai de Galaaz, também seria outro pecador que não conseguiu se aproximar do elemento sagrado, pois o mesmo teve relações fora do seu casamento e com isso gerou o seu filho, Galaaz (ZIERER, 2015, p. 11)

Além da permanência das práticas das orações e jejuns, um dos exemplos que provam a pureza de Galaaz seria a sua recusa a práticas sexuais, como o caso da jovem donzela, filha do rei Brutos, que ficou apaixonada por Galaaz a ponto de deitar-se com ele na mesma cama, mas o cavaleiro recusou o amor da donzela.

Ao cabo de algum tempo, despertou-se Galaaz e virou-se para a donzela, e, quando a sentiu, maravilhou-se e abriu os olhos. E quando viu que era donzela, espantou-se e ficou muito sanhudo e afastou-se dela quanto lhe o leito permitiu, persignou-se e disse: - Ai, donzela! Quem vos mandou aqui certamente mau conselho vos deu; e eu cuidava que de outra natureza éreis vós. E rogovos, por cortesia e por vossa honra, que vos vades daqui, porque, com certeza, o vosso louco pensar não entenderei eu, se Deus quiser, porque mais devo recear perigo de minha alma do que fazer vossa vontade (MEGALE, 2008, p. 115).

A Demanda do Santo Graal surgiu oficialmente no século XIII na França e depois em Portugal, na versão local, servindo então como uma das grandes narrativas das novelas de cavalaria,

sendo inspiração para outros nobres que gostariam de possuir esses exemplos de perfeição para estarem mais próximos do sagrado.

Zierer (2015) exemplifica o caso de Dom Nuno Álvares Pereira, comandante militar de Dom João I, primeiro monarca da Dinastia de Avis que, após ter o contato com a Demanda do Santo Graal, se inspirou no personagem Galaaz como exemplo de personalidade enquanto cavaleiro e modelo de cristandade. Porém o comandante não conseguiu seguir inteiramente o modelo de Galaaz, mas parte de sua vida foi dedicada a honrar o reino português e a Igreja.

A Demanda do Santo Graal, responsável por dar cabo das aventuras daquela narrativa. D. Nuno, inspirado naquele herói, desejava, segunda a crônica dedicada a ele, Crônica do Condestabre, permanecer, tal como o personagem arturiano, se pudesse, virgem e casto e levando uma vida de devoção a Deus e de luta em defesa dos ideais da Igreja Católica. A crônica explica que D. Nuno foi obrigado a casar-se, mas depois fundou o mosteiro do Carmo onde morreu no final da vida (ZIERER, 2015, p. 84).

Assim percebemos que por meio de Sinésio é apresentado o perfil considerado exemplar pelas novelas de cavalaria, dada as suas ações enquanto o rapaz do cavalo branco. O afilhado de Quaderna, além de apresentar um perfil de líder similar ao construído durante a Idade Média passa também a fazer parte do processo de longa duração na preservação da santidade cristã, pois apresenta o perfil de um homem puro, sem pecados e que honra a Deus e ao seu povo, pois o seu retorno enquanto rapaz do Cavalo-Branco tinha por objetivo fortalecer a fé cristã na vila de Taperoá.

3.3. Ariano Suassuna: vida e obra

A trajetória profissional de Ariano Suassuna, que ficou conhecido nacionalmente pelas suas produções literárias e cênicas, trouxe o cotidiano nordestino rural enquanto parte de suas narrativas, destacando os aspectos religiosos, políticos, sociais e culturais, intercalando o universo ficcional com a realidade. A atuação de Ariano Suassuna enquanto escritor e dramaturgo foi importante para o país compreender as diversidades regionais e as resistências que ainda habitam pelo Brasil, mas que pouco são destacadas para além da realidade descrita pelos movimentos regionalistas do século XX.

Durante os estudos realizados na obra *Romance d'a Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, percebemos que existem passagens que interligam a narrativa com a vivência pessoal do autor. Existem personagens e eventos que fizeram parte do seu cotidiano ao longo da vida, direta ou indiretamente. As características que conectam o Nordeste com a cultura ibérica são detalhes que fizeram parte do seu cotidiano, mas que ele só descobriu com o passar dos anos essas origens, como as cantigas, o cordel e os eventos religiosos.

As memórias apresentadas pelo autor foram construídas ao longo de sua vida tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, além de apresentar narrativas populares e crenças que foram sendo preservadas nos lugares em que ele viveu e pelas pessoas com quem conviveu grande parte de sua vida. Isso mostra a necessidade de observar a atuação da memória enquanto elemento fundamental para a formação do indivíduo perante as ações ou fatos construídos no passado, mas que ainda se manifestam direta ou indiretamente no presente. Segundo o antropólogo Joel Candau (s/d, p. 59-60), a ação da memória nos faz pensar o quão necessário é, a ponto de que, sem a sua presença, o sujeito se esvazia, esquece o passado e vive unicamente o presente. Porém, mesmo que o indivíduo prossiga com as mudanças na vida pessoal e no meio social, quando o passado passa a ser esquecido, logo deixa para trás os traços que o interligam com a sua identidade.

O sociólogo Maurice Halbwachs, em seu livro *A Memória Coletiva*, explica a importância de dois tipos de memória - a individual e a coletiva - sendo que a primeira está diretamente relacionada com os eventos da segunda. Afirma-se tal pois, mesmo que existam noções sobre determinados acontecimentos relatados nas memórias de cada indivíduo, cada lembrança passou pelo processo de socialização, pois cada memória não foi construída inteiramente de forma solitária.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com os objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALLBAWCHS, 1990, p. 26).

Uma das lembranças que são muito recorrentes tanto na vida pessoal do autor quanto nas suas produções é a recordação da figura paterna, o Deputado e ex-presidente da Paraíba do Norte, João Suassuna. A vida do seu pai foi marcada por conflitos políticos rurais no estado e a situação se agravou com a revolução de 1930, período esse em que Getúlio Vargas começa a assumir o poder de forma provisória, além de fatalidades como o caso do assassinato do presidente da Paraíba na época, João Pessoa, no dia 26 de julho no mesmo ano. No dia 09 de outubro de 1930, João Suassuna foi assassinado na cidade do Rio de Janeiro a tiros próximo ao hotel em que estava hospedado. Em uma entrevista concedida ao Jornal *A União*, em 02 de fevereiro de 2013, Ariano Suassuna relatou sobre o assassinato de seu pai e acredita que o crime foi por conta de conflitos entre os Suassuna e Dantas contra os Pessoa (Família de João Pessoa), em que a morte de seu pai teria sido como um ato de vingança por conta do assassinato de João Pessoa.

Ariano não tem dúvidas quanto ao envolvimento das pessoas no crime e teve essa certeza quando ingressou na faculdade de direito do Recife quando entrei na faculdade uma vez chegou uma estudante mais velho do que eu ele perguntou você é Ariano Suassuna? eu respondi, sim. Aí ele Disse que era filho de Joaquim Pessoa, irmão de João Pessoa e continuou: “meu pai me disse e eu Acredito que ele não teve nada a ver com a morte de seu pai. Agora, não posso dar essa mesma garantia em relação ao meu tio Aristarco Pessoa”. Aristarco foi o mandante e Otacílio pessoa Montenegro, sobrinho foi quem enfrentou a morte por intermédio de Antônio granjeiro. Granjeiro inclusive acompanhou Miguel de Souza no momento do assassinato (SUASSUNA, 2013, p. 3).

Ariano Suassuna tinha apenas três anos de idade quando o seu pai foi assassinado e por isso as lembranças pessoais com ele eram inexistentes, dado o pouco tempo de convivência em vida. Porém, isso não diminuiu a ausência e os sentimentos de tristeza revelados pelo autor pela falta que fazia o pai em sua vida. E ainda assim, mesmo com essa lacuna, o autor falava sobre o seu pai nos seus discursos e nas suas produções literárias como formas de preservar a memória e o legado dele.

No dia do discurso de posse de Ariano Suassuna na Academia Brasileira de Letras em 1970, ficou nítido que a herança material e imaterial de João Suassuna ficou marcada no autor pelo amor ao sertão e as suas origens, lugares em que ele e sua família viveram antes e depois do falecimento do pai, sendo o sertão paraibano parte de suas narrativas e de extrema relevância para o seu amadurecimento pessoal e profissional.

Foi de meu pai, João Suassuna, que herdei, entre outras coisas, o amor pelo sertão, principalmente o da Paraíba, e a admiração por Euclides da Cunha. Posso dizer que, como escritor, eu sou, de certa forma, aquele mesmo menino que, perdendo o pai assassinado no dia 9 de outubro de 1930, passou o resto da vida tentando protestar contra sua morte através do que faço e do que escrevo, oferecendo-lhe esta precária compensação e, ao mesmo tempo, buscando recuperar sua imagem, através da lembrança, dos depoimentos dos outros, das palavras que o pai deixou (SUASSUNA, 1999).

Araújo (2012, p. 31) afirma que a morte do pai de Ariano Suassuna serviu como uma ampliação para as produções literárias do autor, pois rememorar a presença e a ausência paterna para ele seria uma forma de resgatar as lembranças que ainda existiam sobre o pai. Além da figura física, a biblioteca pessoal de João Suassuna foi um dos meios que possibilitaram a Ariano Suassuna estar mais próximo do universo literário.

Uma das características deixadas pelo autor em seu *livro A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* foi a construção de um reino armorial localizado no sertão nordestino e entre os elementos desse universo, a presença saudosa de João Suassuna é uma marca na narrativa, pois, conforme Araújo (2012, p. 35), foi por meio do sentimento saudoso de seu pai que o Ariano encontrou

a ideia de tornar o sertão distinto e peculiar em um reino que permanece mesmo sem a presença de seu rei. Esse rei, na narrativa, seria o Dom Pedro Sebastião Barretto, tio e padrinho de Dom Pedro Dinis, personagem principal da história e o qual tinha muito afeto pelo tio. Como a família Garcia Barretto possuía proximidade com o imperador Dom Pedro II, logo alguns parentes maternos de Pedro Dinis receberam títulos reais, inclusive o Dom Pedro Sebastião “era uma espécie de Rei do Cariri, filho de Barão, mas subido ao Trono por direito de sangue e de fato” (SUASSUNA, 2004, p. 150).

Segundo Simões (2018, p. 298), o luto de Ariano Suassuna e a preservação dos detalhes como lugares, lembranças e depoimentos de outras pessoas que conviveram com o seu pai seriam formas de fazer com que a ausência paterna fosse preenchida com essas informações para que o legado de João Suassuna não fosse eliminado da vida do autor.

Percebemos que os atos da memória coletiva foram essenciais para auxiliar o autor a criar em si o senso de pertencimento e resgatar partes da vida de seu pai, como uma forma de preservar sua origem.

Outro elemento que foi de extrema importância na vida de A.S. foi a cidade paraibana de Taperoá, local esse em que o escritor morou com a sua família entre os anos de 1933 a 1937, anos antes de ir morar em Recife para estudar. A decisão de sair de João Pessoa para Taperoá foi uma solução para evitar perseguições por parte dos opositores de João Suassuna, mesmo após o seu falecimento. Segundo Martins, J. (2011, p. 33), Taperoá se tornou um ponto estratégico planejado pela mãe de Ariano para se proteger e proteger os seus filhos das famílias opositoras e garantir um ambiente pacífico e distante de conflitos.

Pode-se dizer que parte da vivência do autor nessa cidade proporcionaram o interesse e gosto pela literatura e pelas manifestações artísticas, pois Ariano Suassuna teve contato com apresentações de cantadores, violeiros, literatura de cordel, além de ter assistido a apresentações de mamulengos, do circo e o cinema (MARTINS, 2019, p. 55).

Ariano Suassuna passou a olhar a cidade não só pautado nas questões afetivas devido a suas lembranças íntimas, mas também pela noção de pertencimento que essa dava a ele, de se sentir como cidadão dessa cidade, já que em Taperoá, parte da história de sua família encontra-se presente, o que, inclusive, motivou a integrá-la a suas histórias, como nas obras *A Pedra do Reino o príncipe do sangue do vai-e-volta* e *O Auto da Compadecida*. Em uma entrevista concedida ao programa *Os mágicos* na TV Brasil em 1979, Ariano Suassuna afirma o seu pertencimento a cidade de Taperoá ao invés de João Pessoa, sua cidade natal.

Então, de fato eu prefiro escolher como meu lugar de nascimento, a cidade de Taperoá, uma pequena cidade do sertão da Paraíba, no sertão do Cariri. Porque eu sou filho pelos quatro costados de família sertaneja pelos quatro lados de famílias sertanejas. Além do mais, eu com menos de um ano de idade eu saí da capital da Paraíba e fui criado no sertão de maneira que o lugar mesmo que eu me considero é Taperoá no sertão da Paraíba. Mas sou paraibano e nascido por acaso na capital (SUASSUNA, 1979).

O contato com a literatura através da biblioteca de seu pai foi necessário para o autor se aproximar da literatura de cordel, a partir da qual Suassuna passou a entender os elementos da cultura ibérica presentes no cordel. Um dos exemplos destacados por Martins J (2011, p.40) são as cantigas populares escutadas e conhecidas pela convivência com senhoras idosas que as entoavam e logo o autor percebeu que essas músicas eram provenientes da península ibérica e por isso que no Romance A Pedra do Reino as manifestações culturais são uma das identidades bastante presentes na obra, pois cada uma possui origens ibéricas, mas passaram a se adaptar com os costumes locais e isso podemos ver que atividades como as cantigas vieram desde os tempos da colonização, mas se adequaram em trazer proximidade com o cotidiano nordestino e suas histórias.

Os anos em que Ariano Suassuna viveu em Taperoá foram cruciais para a sua formação pessoal e futuramente profissional, pois parte de suas lembranças de infância são fruto da possibilidade de presenciar de perto as manifestações culturais da cidade e que serviram, posteriormente, de inspiração para a construção do movimento armorial.

3.3.1 As atuações de Ariano Suassuna nos universos literário e cênico

Antes de trabalhar com o universo artístico, Ariano Suassuna morava em Recife desde 1942 e começou a fazer o curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco em 1946. Nesse período enquanto estudante, ele passou a se aproximar do escritor e dramaturgo Hermilo Borba Filho (1917-1978), que já era atuante no meio cênico desde o Teatro de Amadores de Pernambuco¹² e juntos construíram o Teatro dos Estudantes de Pernambuco (TEP), que permaneceu em atividade até o ano de 1952.

Em entrevista concedida à Lenia Márcia Mongelli, Suassuna (2004a) explica como foi o seu encontro com o Hermilo Borba Filho pela primeira vez, quando ainda era estudante de Direito e se

¹² O Teatro de Amadores de Pernambuco surgiu em 1941 criado pelo médico Waldemar de Oliveira e nessa época, Hermilo Borba era atuante nas traduções de peças e também atuava. O mesmo ajudava nas produções teatrais na década de 1950, mesmo após a sua mudança para São Paulo em 1953 (Informações: Enciclopédia Itaú Cultural)

tornou uma grande influência pessoal, já que Hermilo Borba atuava no teatro antes de Ariano Suassuna e ambos tinham gostos e interesses parecidos pela literatura e pelas artes.

Na minha turma, havia cerca de dez colegas, todos interessados em arte, pintura, teatro, poesia e romance. Um companheiro que teve forte influência sobre mim foi Hermilo Borba Filho. Eram mais velho do que eu cerca de dez anos. Costumo dizer sempre que, depois de certa idade, essa diferença não representa nada. Depois de 60 ou 70, a idade é praticamente a mesma. Quando eu tinha 18 anos e ele 28, aí a diferença era grande. Ele já era casado, tinha uma vida profissional, uma bela biblioteca, era grande leitor e foi sob sua liderança que fundamos, na Faculdade de Direito (FD), o Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), decisivo para mim. Só poderíamos ter fundado o TEP estando na FD, porque nas outras não dava, obrigados a estudar física, matemática, etc (SUASSUNA, 2004a, p. 216).

Tratar a respeito do TEP é falar da vida profissional de Ariano Suassuna, pois o TEP proporcionou ao autor a elaboração de suas primeiras produções literárias e cênicas, como o caso de sua primeira obra, *Uma Mulher Vestida de Sol*, produzida no ano de 1948, sendo um dos primeiros passos que o autor deu dentro desse campo. Vassalo (1993, p.23) explica que a formação do TEP também integrou o processo de construção da identidade nacional que estava ocorrendo desde a década de 1920, tendo movimentos como o modernismo e o regionalista que passaram a destacar a diversidade cultural do país. Mesmo com a intenção de trazer à tona a diversidade que existia no país, assuntos como o nacionalismo e demais temáticas com viés político também se faziam presente nas peças e obras elaboradas, como o governo de Getúlio Vargas e o golpe do Estado Novo em 1937 e as proibições de ensino de línguas estrangeiras em ambientes escolares e a criação do departamento de imprensa e propaganda, na intenção de apresentar uma ideia de nacionalidade que fossem favoráveis ao estado (OLIVEN, 2001, p. 8).

O conceito do Teatro do Estudante era presente em outras regiões do país, tendo a sua formação no ano de 1940 pelo teatrólogo Paschoal Carlos Magno (1906-1980), tendo início nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e tinha como intenção dar destaque às produções nacionais, sendo incluídas peças escritas por autores brasileiros, já que anteriormente, o teatro recebia somente peças famosas e de outros países, o que acabava se distanciando da realidade do país (SZESZ, 2007, p. 24).

Com a formação do Teatro do Estudante de Pernambuco, Recife passou a ser a cidade sede do Teatro do Estudante na região, diferenciando em alguns aspectos do Teatro do Estudante no Sudeste. O TEP passou a trazer características regionais, desde as peças que abordavam a vivência cotidiana na região, linguagens locais, músicas, além de visibilizar autores nordestinos mais conhecidos e os que estavam começando, como o próprio Ariano Suassuna.

As peças apresentadas pelo Teatro do Estudante de Pernambuco passaram a utilizar elementos que já eram comuns na região como os folhetos da literatura popular em versos, como uma forma de aproximação das pessoas comuns ao teatro, na preocupação de tornar esse espaço mais acessível a todos os públicos, especialmente para aqueles que nunca entraram no teatro (SZESZ, 2007, p. 24).

A discussão sobre espaços como o teatro era urgente, pois, apesar de ser um local de lazer e entretenimento, também era e ainda reflete o peso da desigualdade social do país, sendo um espaço que não era ocupado por grande parte da população, um ambiente seletivo e destinado para a elite. Segundo Reis (2005), o teatro foi um espaço de ascensão à burguesia europeia desde o século XVIII e a realidade no Brasil não era diferente, sendo o local de entretenimento especificamente para as elites locais, além de serem muito valorizadas as peças cênicas advindas da Europa, enquanto produções, atores e atrizes nacionais não geravam o mesmo interesse no público.

Borba Filho (1974, *apud* Santos, 2009, p. 38) explica que um dos objetivos do TEP, para além de apresentar peças nacionais e regionais, era tornar o teatro enquanto um espaço democrático, não só fazer com que pessoas sem tantos recursos financeiros pudessem estar no teatro, mas também que fossem peças com linguagem mais acessível e próximas de suas realidades.

Essa necessidade de fazer com que os temas regionalistas entrassem em destaque no Teatro do Estudante de Pernambuco não tinha a intenção de centralizar apenas nesses assuntos ou ignorar as peças que fossem estrangeiras, mas dar visibilidade para peças nacionais nos palcos do teatro e que temáticas regionais fossem abordadas, de modo a aproximar o público pela linguagem utilizada e pelas manifestações culturais locais, como a literatura de cordel, por exemplo.

A questão cultural também foi um dos motivos que fizeram com que o TEP existisse, pois, tendo como objetivo que todos tivessem direito de estar no teatro, a cultura popular entra como elemento para ensinar e apresentar as suas próprias temáticas e demandas por meio das apresentações. Tendo a inspiração através de Gabriel Lorca, Ariano Suassuna busca centralizar as suas produções no sertão nordestino, pois o mesmo acredita que toda a arte é ligada a algum lugar e esse lugar para o Suassuna seria o sertão, com isso ele utiliza referências de autores ibéricos como o Cervantes como inspiração para suas produções.

Após a mudança de Hermilo Borba para São Paulo e Ariano Suassuna seguir com a carreira na advocacia (que não durou por muito tempo), podemos entender que a construção de movimentos teatrais como o TEP e outros que surgiram mais adiante em demais estados do país ao longo do século XX tiveram como grande importância a fundação do teatro moderno, fazendo com que esse espaço deixasse de ser exclusivo a um público específico e passasse a ser um local democrático, tendo

também um importante papel em divulgar peças cênicas produzidas por autores locais, dando destaque a lugares simples como o interior do nordeste, em que as pessoas de origem mais humilde passam a ser os personagens principais, assim como nas peças de Ariano Suassuna.

3.3.2 Movimento Armorial

Outro momento importante na carreira de Ariano Suassuna foi a formação do Movimento Armorial em 1970, tendo como intuito divulgar a diversidade cultural nordestina, que passou a se expandir para outras áreas artísticas e literárias, dando destaque para a atuação para todos aqueles que possibilitaram a construção do movimento, reunindo poetas, músicos e escritores, pintores e homens de teatro, ceramistas e bailarinos. Oficialmente, o movimento começou em Recife no dia 18 de outubro, em uma apresentação na Igreja de São Pedro dos clérigos.

O nome do movimento, *armorial*, possui proximidades com o medievo, pois é atribuído a uma coletânea de brasões que representam partes da nobreza e até mesmo uma nação ou província. Um dos fatores que motivaram a utilização desse termo foi a questão estética, a qual possui ligação com os esmaltes da Heráldica, ou seja, seriam as descrições visuais que estão presentes nos brasões, seja no quesito de cor ou a imagem presente neles.

[Esse termo] é ligado aos esmaltes da Heráldica, nítidos, pintados sobre metal ou, por outro lado, esculpido em pedra, com animais fabulosos, cercados por folhagens, sóis, luas e estrelas. Foi aí que, meio sério, meio brincando, comecei a dizer que tal poema ou tal estandarte de Cavallhada era “armorial”, isto é, brilhava em esmaltes puros, festivos, nítidos, metálicos e coloridos, como uma bandeira, um brasão ou um toque de clarim (SUASSUNA, 1974, p. 9 *apud* SANTOS, 2009, p. 25).

Contudo, segundo Maria Aparecida Nogueira (2002, p. 188, *apud* Brito 2011, p.125) a Heráldica também simbolizava um resgate aos valores tradicionais, pois a sua utilização simbolizava uma valorização dos padrões do patriarcado “Do mesmo modo que os animais totêmicos, investidos de qualidades sobrenaturais e honrados com arte reverencial, são usados como símbolos para unir os membros de uma dada família”. Esses valores fizeram parte da família de Ariano Suassuna e isso era uma característica comum de sua família e dos lugares em que viveu.

A construção do movimento passou a ser elaborada no tempo dos artistas vivos e era delimitado, ou seja, o grupo era constituído por homens nordestinos, oriundos de estados próximos ao Pernambuco, como a Paraíba e Alagoas e a maioria era de origem social parecida, suas famílias vindas do meio rural, latifundiários e suas lembranças eram ligadas ao sertão, fazendo com que o Nordeste sertanejo e rural fosse destacado no movimento.

[...] os artistas armorialistas são todos originários do Nordeste. Nasceram quase todos no que Suassuna chama de “coração do Nordeste”, os estados-irmãos de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Oriundos, na sua maioria, de famílias abastadas, se não ricas, ligadas ao latifúndio, passaram sua infância no sertão, no agreste ou na zona da Mata, em contato estreito com a natureza, as tradições populares e rurais. Transplantados para a cidade, onde realizaram estudos e a vida profissional, conservaram do mundo rural uma nostalgia muito forte. Mas todos os artistas e escritores armoriais vivem no Recife, capital econômica e intelectual do Nordeste. Se viajaram pelo resto do Brasil e do mundo (às vezes por muitos anos), todos voltaram ao Recife e, ao contrário da maioria dos membros do Movimento Regionalista de 1926, resistiram à atração cultural e financeira das capitais do Sudeste. Essa vontade de ser artistas e criadores nordestinos se traduz, portanto, em primeiro lugar, por uma recusa do exílio por uma vontade reafirmada de permanecer vivendo no Nordeste, apesar das dificuldades sociais, econômicas, editoriais e outras (SANTOS, 2009, p. 24).

O processo da formação do movimento passou por duas gerações, sendo a primeira a geração de 1945, tendo como integrantes, o Ariano Suassuna, Hermilo Borba e adiante surgiram participações de artistas plásticos como o Fernando Brennand e Gilvan Samico. A segunda geração que foi a de 1965 foi formado por três poetas - Alberto Cunha Melo, Jaci Bezerra e José de Almeida Melo - considerados enquanto jovens iniciantes e ficaram conhecidos como o Grupo de Jaboatão, devido as publicações de poesias e contos nos jornais do estado (SANTOS, 2009, p. 24; VASSALO, 1993, p. 26).

Uma das áreas que ganhou destaque durante as atividades do movimento foi a musical, a ponto de fazer com que surgissem grupos, como o Quinteto Armorial e a Orquestra Armorial, como formas de aproximar as culturas eruditas e populares com ritmos medievais e renascentistas, juntamente com a música brasileira, tendo a diversidade também nos instrumentos tocados nos grupos.

Pode-se observar que, sob a liderança de Suassuna, foi construída uma concepção de música baseada nas canções, nas vozes e nos instrumentos do sertão nordestino entendidos como marcas de uma ancestralidade sonora na formação da música brasileira. As opções recaíram sobre os cantos de violeiros, as escalas modais, instrumentos de timbres ásperos como rabeca, viola, pandeiro e pífano e letras em forma de narrativas míticas. Boa parte da produção armorial é ouvida nos discos do Quinteto Armorial, grupo formado por Ariano. As composições eram dos próprios músicos do quinteto, contemplando temas ibéricos e sertanejos. A opção pelo sertão teve outros matizes e retomou, em parte, as formulações sobre as músicas rural e urbana (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 164-165).

Segundo Nunes e Santana (2014, p. 123), a estética musical do movimento armorial tinha como referências os mais diversos ritmos e culturas diferentes, como o canto gregoriano, as melodias

indígenas e a música barroca formando, então, um mosaico cultural que surgiu no Nordeste, como uma maneira de fortalecer a identidade local sem interferências estrangeiras.

Uma das características que representa o conceito do movimento armorial é a junção entre duas culturas, a erudita, que seria a representação das classes dominantes, composta por elementos ibéricos medievais e renascentistas e a popular que representa parte das classes baixas. Na visão do próprio movimento, as duas culturas se complementam e isso fica visível na música ou na literatura e suas conexões com o Nordeste, destacando os traços coloniais brasileiros. É importante frisar que parte dessas tradições ibéricas e nordestinas se fazem presentes no Romance A Pedra do Reino, tanto no que diz respeito as características dos personagens, bem como dos eventos locais que possuem origens ibéricas, sendo portuguesas ou espanholas. Antes mesmo dessa ocorrer no movimento, parte dessas relações possuem traços anteriores que só levou tempos para estabelecerem alguma relação.

Franco Jr. (2006, p. 102) explica que o entendimento relacionado aos dois campos foi uma forma de criticar como a Cultura era vista e quem se destacava, no caso, intelectuais e membros pertencentes a elite. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e abertura de diálogos de outras áreas como a história e a antropologia, foi possível perceber complexidade de outras culturas que sempre existira mas não valorizadas.

Zumthor (1993) exemplifica essas culturas baseadas na Idade Média, mostrando que nem sempre práticas como a oralidade, leitura e escrita definiam inteiramente a classe social da pessoa, pois parte das sociedades medievais eram formadas por indivíduos que eram considerados eruditos ou populares, de acordo com elaboravam as suas produções.

Tratando-se da voz e das artes da voz, a oposição do “popular” ao “erudito” remete, quando muito, aos costumes predominantes neste ou naquele momento e meio. Atravessa as classes sociais e, no contexto dos séculos XI, XII e XIII, a sensibilidade e o pensamento dos indivíduos. Oral não significa popular, tanto quanto escrito não significa erudito. Na verdade, o que a palavra erudito designa é uma tendência, no seio de uma cultura comum, à satisfação de necessidades isoladas da globalidade vivida, à instauração de condutas autônomas, exprimíveis numa linguagem consciente de seus fins e móvel em relação a elas [; popular, à tendência a alto grau de funcionalidade das formas, no interior de costumes ancorados na experiência cotidiana com desígnios coletivos e em linguagem relativamente cristalizada (ZUMTHOR, 1993, p. 118-119).

Enquanto a pessoa letrada na Idade Média estava em condições de privilégio e representava a pureza, sendo a língua latina parte da cultura religiosa do ocidente, os iletrados, mesmo não tendo condições fáceis de obter conhecimentos, isso não os tornavam desprovidos do mesmo, pois a oralidade era necessária enquanto meio de comunicação (ZUMTHOR, 1993, p. 120-121). Porém, que

as junções dessas culturas não significam que ambas apresentem uma certa unidade unidas, ao contrário, pois até o que era aceitável enquanto parte de uma cultura, eram mais preparadas para atenderem um determinado grupo social .

Chartier(1995) explica de início que o conceito de cultura popular é uma categoria erudita, ou seja, as atividades que são definidas enquanto partes da cultura popular não são de fato definidas pelos próprios populares, mas sim por agentes que fazem parte de outros setores que descrevem o que representa o meio popular. Existem determinados povos ou grupos que, de acordo com a ação dos grupos dominadores, alguns deles acabaram sendo prejudicados ou inexistentes. Mais grave ainda é quando esses grupos que já foram prejudicados, passaram a ser caracterizados de forma depreciativa e isso podemos lembrar que, por conta da elite, construíram características a respeito de povos como os indígenas e africanos, definidos por muito tempo de forma inferiorizada e vemos que até hoje os preconceitos que foram atribuídos a esses grupos são reproduções de narrativas de um determinado grupo social , assim como aconteceu como atingiu outras minorias sociais.

Conforme Araújo (2012, p.60), utilizando materiais ou por meio de comportamentos sociais, não seriam suficientes para identificar alguma cultura popular, mas sim pela apropriação de grupos que atingiram outros indivíduos. Assim serve para nós enquanto historiadores percebermos a presença dessas apropriações em cada sociedade, pois cada uma delas passaram a ser classificadas enquanto populares.

Entende-se a real necessidade do presente movimento em querer elaborar alternativas para cultivar as raízes culturais brasileiras e nordestinas. Uma questão que preocupava os armorialistas e foi louvável foram as atuações do movimento ao longo de sua existência. É preciso entender que essas noções trazidas pelos armorialistas foram limitadas, quando são favoráveis à ótica dos membros do movimento, inclusive ao do próprio Ariano Suassuna. Segundo Albuquerque Jr. (2011) essas manifestações apresentadas pelos artistas que trabalhavam com a regionalidade são construções de tradições, ou seja, os grupos como o movimento armorial não transmite sobre o que seria o Nordeste por inteiro, mas pela forma de como gostariam que a região fosse interpretada.

A busca das verdadeiras raízes regionais no campo da cultura leva a necessidade de inventar uma tradição inventando tradições tenta se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior busca-se conciliar a nova territorialidade com antigos territórios sociais existenciais. A manutenção de tradições é na verdade sua invenção para novos fins, ou seja, a garantia da perpetuação de privilégios e lugares ameaçados. O medo de não ter espaços numa nova ordem de perder a memória individual e coletiva de ver seu mundo se esvaír é que leva a ênfase na tradição na construção deste nordeste essa tradição procura ser uma baliza que Oriente a atuação

dos homens numa sociedade em transformação e impeça o máximo possível a descontinuidade histórica ao optar pela tradição (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 90).

O que diferencia o grupo armorial dos demais seria a não necessidade de migrarem para as grandes metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro, pois a maioria dos armorialistas moravam no Nordeste. Além disso, este movimento teve compromisso abordar a religiosidade, mas traduzida na forma poética, sem carregar o peso de abordar inteiramente os lados sociológicos e históricos da questão (ARAÚJO, 2012, p. 36). Porém, vale ressaltar que as formas como o cotidiano e os personagens são interpretados não são necessariamente a representação do Nordeste em si, mas sim frutos de memórias pessoais e a sujeitos que, em sua maioria, foram criados em ambientes privilegiados, descrevendo como era a região para si e de acordo com a sua visão pessoal.

Quando observamos a literatura nacional, observamos as características que são descritas através dos personagens desde o século XIX por conta de movimentos como o romantismo. Na busca pela identidade nacional, personagens como os indígenas, através do indianismo, passaram a ser protagonistas na literatura. No entanto, Naxara, (1991, p. 160) explica que essa construção foi estereotipada, quando serviu de fato para satisfazer determinados setores fazendo com que o indígena passasse a ter atitudes cavalheirescas para representar orgulho e superação das inferioridades sentidas.

A questão da literatura de autores da geração de 1930, por mais que tivessem a intenção de utilizar o recurso literário para denunciar os problemas sociais da região, alimentou a imagem do senso comum de que os problemas com a questão da seca, a fome e características de pessoas simples, são os únicos elementos que compõem o Nordeste e seu povo, deixando de pautar toda a diversidade presente na região.

Retornando à obra *A Pedra do Reino*, o personagem Clemente aborda uma questão muito urgente sobre o país – a saber - a necessidade de olhar o Brasil em sua diversidade, um país que tem na sua formação populações indígenas e africanas, que carregam séculos de resistências e sofrimentos, mas que foram invisibilizados, sendo fundamental não somente reconhecê-los enquanto parte da cultura nacional, mas entendê-los e ouvi-los, pois não basta construir uma noção de nacionalidade diversificada, seja na literatura e em outros campos artísticos, se não foram alterados os diversos preconceitos que habitam o cotidiano.

Outro fator que permitiu a construção da identidade nordestina através do movimento armorial foi porque esse fazia parte de um projeto político de fortalecer a identidade nacional. Na década de 1970 estava ocorrendo no Brasil o período do golpe militar, tendo o seu início em 1964, e a ideia

desse tipo de projeto era criar uma imagem positiva do país, explorando atividades e manifestações que tinham destaque, como o samba, o futebol e o folclore. Outro incentivo para a ampliação da cultura, foi a criação do Conselho Federal de Cultura e Ariano Suassuna consta como um dos intelectuais que atuaram no órgão.

Para Brito (2011, p.120), o escritor desde o início até os anos finais do regime militar demonstrou apoio aos militares, tanto que o mesmo esteve à frente dos órgãos de cultura, como o Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco entre os anos de 1969 a 1975 e foi secretário de educação e cultura do município de Recife entre os anos de 1975 a 1978, sendo uma das formas de fazer com que se expandisse o movimento armorial, já que o mesmo estava de acordo com o modelo de cultura nacional pensada nesse período.

A intenção do movimento armorial não difere de outros grupos como o do movimento regionalista de 1926, fundado pelo sociólogo Gilberto Freyre, no quesito de expandir a identidade nacional. Porém, parte do movimento seria uma *inovação*, trazendo de volta alguns valores da sociedade patriarcal, ruralista, mesmo não preferindo o meio urbano, os processos de industrialização e as conexões entre o Brasil com outros países, como o caso dos Estados Unidos, pois esses exemplos poderiam afetar a identidade nacional, no qual o próprio Ariano Suassuna defendia os valores da identidade nacional, a ponto de chegar a defender o regime militar, pois seria uma melhor alternativa para melhorar questões sociais e econômicas, porém não ocorreram da forma como era esperado (BRITO, 2011, p.130).

3.3.3 Ariano Suassuna e os elementos medievais

Ao abordar as características ibéricas presentes no Romance A Pedra do Reino, foi preciso ressaltar que parte das produções de Ariano Suassuna possuem proximidade com o medievo através do cotidiano nordestino e é possível perceber através das festividades religiosas e manifestações culturais que se adaptaram com características regionais, como podemos observar em suas produções cênicas, que correlacionam com as peças moralizantes e religiosas, utilizados por dramaturgos como Gil Vicente. Conforme Oliveira (2016) afirma, as histórias de Ariano Suassuna são resultados de narrativas que habitam no imaginário popular do povo nordestino, caracterizados pelas lendas, mitos e superstições.

Percebemos que, se as fontes temáticas, as sequências narrativas e certas técnicas do cordel e dos folguedos populares constituem as bases principais para o teatro de Suassuna, o artista integra tais elementos e modelos formais dramáticos da alta literatura ocidental. Neles predomina o teatro religioso medieval, sobretudo ibérico

(mistério, milagre, moralidade), ao qual se acrescentam traços do auto sacramental barroco (ainda muito ligado à medievalidade, apesar de ser um produto do século xvii), em associação com formas da dramaturgia profana vigentes na cena durante a transição entre o período medieval e os tempos modernos (farsa e comédia italiana) (VASSALO, 1993, p. 17).

Parte das produções cênicas na Idade Média eram voltadas para temáticas religiosas, como os autos de Natal ou peças sobre a paixão de Cristo. Sabendo que no medievo parte da população não possuía acesso à leitura e à escrita, o meio oral virou a forma de comunicação essencial para a divulgação dos preceitos cristãos, utilizando a língua vulgar para que os diálogos fossem mais acessíveis ao público (CAMPOS, 2018, p.27)

Podemos observar a abordagem de temáticas religiosas em uma das célebres peças de Ariano Suassuna, o *Auto da Compadecida*, na cena do julgamento dos personagens da peça que foram assassinados pelo cangaceiro Severino: o próprio cangaceiro, morto por João Grilo e esse que ,por sua vez, foi morto por um dos companheiros de Severino. O local do julgamento é o purgatório e nesse espaço também estão presentes o Encourado (Diabo), o Manuel (Jesus de Nazaré) e a Compadecida (Virgem Maria), que irão levar as almas para os locais definidos após o julgamento (SUASSUNA, 2018).

Esse exemplo da peça também faz parte do imaginário religioso medieval, que seria a preocupação com o destino dos indivíduos, tendo em vista a preocupação dos homens e das mulheres nesse período em buscar a salvação religiosa para evitar os sofrimentos eternos do inferno e do purgatório, conceitos esses que tiveram notoriedade entre os séculos XII e XIII. Schmitt (2018) explica que essa necessidade dos homens e das mulheres se converterem e serem cristãos era uma preocupação muito recorrente na Idade Média, especificamente na Idade Média Central, sobre a associação entre o corpo e a alma. Assim, o ato da conversão e os ritos sacramentais são considerados formas dos indivíduos serem salvos para além da vida terrena, pois o corpo é matéria e temporal, já a alma, quando é convertida ao cristianismo, passa a ser vista enquanto salva, garantida então a eternidade com o sagrado.

Na Crisandade medieval, o que faz a pessoa é a associação de um corpo e de uma alma. Por isso os rituais de Batismo, da doença e da cura, da possessão e do exorcismo, da conversão e da morte revelam e atuam incessantemente sobre esses componentes da pessoa: a pessoa, por seu corpo, é mergulhada na matéria e na história; por sua *alma*, ela é, ao contrário, projetada na eternidade (SCHMITT, 2018, p. 51).

Suassuna (2004a) explica que a religiosidade medieval foi importante para a construção de suas obras, tendo como um dos exemplos os autos marianos, que são expressões de devoção à figura da Virgem Maria, característica muito presente na Idade Média. Essas questões também fazem parte da fé de Ariano Suassuna, trazendo o sagrado mais próximo da população e essa sua crença não são voltados para a opinião da Igreja, mas aquilo que ele mesmo acreditava, como uma forma de estar mais presente com o povo:

S- Suas peças estão imbricadas de questões religiosas...

AS: Sim, tive profunda influência dos autos marianos. Porém, muita coisa da religiosidade medieval me chegou pelo “folheto”, como por exemplo, essa paixão “do doce Jesus, que é tão triste e tão comovedor” ...

S- Os autos religiosos medievais contemplam preferencialmente o ciclo da Paixão.

AS- Mas também os mistérios marianos dedicados à figura da Virgem Maria. É só observar o Auto da Compadecida, para ver ali a influência deles. E ainda, nos demais, de Dante, Cervantes, Molière e Garcia Lorca.

(...) S- Se o aspecto religioso de seu teatro está em sintonia com uma ideia de cristandade medieval...

AS- SIM.

S-... como ele convive com a faceta profana (a das crenças pagãs, das superstições, das tradições populares, à margem da diretriz oficial da Igreja?

AS- Os padres das igrejas medievais eram outra coisa, não são os meus. Aliás, não tenho nenhum. Na adolescência, rompi com tudo e acho que foi por influência de Os irmãos Karamazov (1880), de Dostoiévski, que disse: Se Deus não existisse, tudo era permitido. Como achava e acho que nem tudo é permitido, mudei radicalmente meu modo de compreender Deus. Sou uma pessoa religiosa, mas minha religião não é da Igreja (SUASSUNA, 2004a, p.228-229).

A obra *A Pedra do Reino* possui componentes que remetem ao medievo e o autor conseguiu fazer o aproveitamento desses elementos e mostrar que algumas das práticas desse período eram comuns a algumas cidades do Nordeste que preservaram práticas culturais e tradições que continuaram no período contemporâneo.

Uma dessas manifestações medievais que se popularizou no Brasil e se faz presente no romance é a cavallhada, que se trata da reprodução de um torneio medieval com homens caracterizados enquanto cavaleiros e existem dois grupos que são representados por cores, sendo o azul representando o lado cristão e o vermelho, chamado de Encarnado, que seriam os mouros. Esse torneio foi inspirado na batalha entre o Rei Carlos e os Dozes Pares da França contra os Sarracenos no século VI.

No folheto XIII, Dom Pedro Dinis recordou de um dos momentos que esteve com a sua tia Filipa e que foram assistir ao torneio depois de trabalharem na feira. Ao chegar no torneio, Pedro Dinis percebeu que entre os cavaleiros do grupo azul lembravam os Doze pares de França.

Havia vinte e quatro Cavaleiros. Doze deles representavam os Doze Pares de França do Cordão Azul, e os outros doze, os Doze Pares de França do Cordão Encarnado. Havia, portanto, um Roldão do azul e outro do encarnado, de modo que, apesar de serem vinte e quatro os Cavaleiros, aqui os Doze Pares de França eram realmente doze, a saber: Roldão, Oliveiros, Guarim de Lorena, Gerardo de Mondifér, Gui de Borgonha, Ricarte de Normandia, Tietri de Dardanha, Urgel de Danoá, Bosim de Gênova, Hoel de Nantes, o Duque de Nemé e Lamberto de Bruxelas (SUASSUNA, 2004, p. 87).

Outro fato que chama a atenção seria a espiritualidade que se faz presente nas pessoas que acompanham o torneio. Pedro Dinis, através da escolha da tia Filipa, optou por torcer pelo time azul, não apenas por conta do time em si, mas por representar o lado cristão, já que ele acreditava que os dois times representavam a fé cristã, o vermelho seria o Cristo encarnado e o azul seria a Virgem Maria. No entanto, a tia Filipa ao invés de explicar que o vermelho representaria o lado dos mouros, que seria o Islamismo, referiu-se como representante o Diabo. Com isso, sendo o Pedro Dinis parte de uma sociedade que se considera cristã, optou pelo time adversário.

Ninguém pode imaginar o entusiasmo régio que me empolgou quando os Cavaleiros desfilaram pela rua, a cavalo, com os matadores levando à frente as Bandeiras dos dois cordões, uma azul, outra encarnada. Explicaram-me que os Azuis iam disputar troféus com os Vermelhos, e que eu devia escolher para mim um dos dois partidos. Disseram-me que o Cordão Azul era a cor de Nossa Senhora, e o Encarnado, a do Cristo. Mas Tia Filipa, que, por ser devota de Nossa Senhora da Conceição, era do Azul, me disse, logo, que eu não fosse nessa conversa não, porque o Cordão Encarnado era do Diabo. Espantei-me de que uma cor só, o Vermelho, pudesse ser, ao mesmo tempo, do Cristo e do Diabo. Só depois de adulto, aprofundando meus conhecimentos religiosos e astrológicos e estudando o Catolicismo da Pedra do Reino, foi que descobri como essa noção é profunda, zodiacal e estelar! Mas isso foi depois e fica para depois: naquele meu primeiro dia de Cavalhada, obedecendo à orientação de Tia Filipa, filiei-me ao Cordão Azul, no que fiz, aliás, muito bem, porque ele ganhou e eu quase morro de entusiasmo (SUASSUNA, 2004, p. 87).

É importante destacar a figura do cavaleiro que foi popularizado no ocidente enquanto um modelo ideal pela sua postura enquanto guerreiro e pelas virtudes por ser considerado um exemplo, aquele que estaria próximo do sagrado. Na obra isso fica perceptível, pois o lado considerado enquanto o correto seria aquele ocupado pelos defensores da fé cristã. Essa construção a respeito do perfil de cavaleiro como aquele que vem de origem nobre, com atitudes exemplares e de virtudes perante a religião, em honra ao seu reino e a Deus, fez com que fosse considerado um perfil ideal de herói no ocidente, no quesito de ser um líder exemplar, invencível, admirado pelas pessoas ou o eleito para proteger o seu povo. Segundo Zierer (2018), no século X, a Igreja criou a *Pax Dei* (Paz de Deus) como uma forma de controlar as atitudes dos cavaleiros que estavam praticando atos violentos,

como atacar os clérigos, órfãos, camponeses e outros grupos minoritários. No século seguinte surge o *Tregua Dei* como uma forma de proibir guerras aos domingos e nos dias santos.

Le Goff (2009, p. 84-85) explica que o termo cavaleiro surgiu oficialmente no século XI, mas tendo iniciado no século anterior na França e se espalhou por outros países no século seguinte, dando a eles também a função de defender os pobres, fracos, crianças e viúvas e mais adiante, surgiram batalhas como as cruzadas para, em nome da fé cristã, derrotar povos que não professavam a mesma fé.

O folheto XII também apresenta características que foram herdadas do período medieval e fizeram parte da construção do Nordeste, como elementos presentes nas músicas, na poesia e os cantadores. A presença da tia Filipa na vida de Pedro Dinis permitiu que ele compreendesse os elementos do medievo presentes no seu cotidiano, não somente nos eixos anteriormente citados, mas também na literatura de cordel. Uma de suas primeiras histórias que serviram de inspiração para fortalecer a sua linhagem real, foi a história de Carlos Magno e os doze pares de França. Tia Filipa contou uma cantiga sobre a vitória de Carlos Magno e dos doze pares da França que venceram na grande campanha, resultando na construção da Igreja de Santiago como símbolo de agradecimento ao sagrado pela conquista e destacou os nomes dos doze cavaleiros e suas outras aparições em alguns países europeus.

Depois que o Rei Carlos Magno
venceu a grande Campanha,
fez a Igreja de Sant'Iago,
padroeiro da Espanha,
e a de Nossa Senhora,
em Aquisgrã, na Alemanha.
Tomou dezesseis Cidades,
da Guerra saiu feliz!
Deu muitas graças a Deus
por conquistar um País:
Foi visitar a Alemanha,
daí tornou a Paris.
Acompanhado dos Pares
Reinaldo de Montalvão,
de Gui, Duque de Borgonha,
de Oliveiros e Roldão,
Guarim, Duque de Lorena,
e do Conde Galalão;
de Lamberto de Bruxelas,
Frisa, Rei de Gardená,
Tietri, Duque de Dardanha,
Gerardo e Urgel Danoá,
de Bosim, Duque de Gênova,
homens-bons no guerrear;

e o Duque de Regnér,
 mais Engelo de Almirante,
 e Nemé da Baviera,
 Hoel e Riol de Nantes,
 Reinaldo e Anselmo Fiel,
 mais Oton, Príncipe de Anglante.
 Aí passou Carlos Magno
 vinte anos em campanha.
 Aquartelou os exércitos
 d'Itália, França e Alemanha.
 Mas lhe chega uma Embaixada:
 novas guerras na Espanha! (SUASSUNA, 2004, p. 92-93)

Diante desses exemplos apresentados, uma das características que representam o elementos armorial nas produções de Ariano Suassuna é a religiosidade cristã que se fez presente no imaginário do dramaturgo, o qual tentava mostrar a necessidade de buscar o sagrado para que os indivíduos não permanecessem nos erros cometidos na terra. Segundo Albuquerque Jr. (2011, p. 189), o teatro de Suassuna é, em suma, teocêntrico, como uma forma de buscar a resposta da ontologia do mundo, de que os seres humanos escondem o seu pior, ou “é um desfile de máscaras ridículas ou exemplares, em que o espaço público moderno é um equívoco em que representam os anti-heróis, seres frágeis diante do poder do ‘terrível’ ou do ‘alumioso’”.

Ou seja, seria uma representação dos indivíduos que vivem em pecados e cuja situação seria revertida diante da atuação de seres divinos. Mesmo sendo representações ibéricas, parte do desejo pessoal do autor em indicar o cristianismo enquanto a religião oficial não pode ser desconsiderada, e isso fica evidente na obra, pois pouco se aborda sobre outras religiões fora do aspecto cristão, sendo que o autor opta em destacar a religiosidade atribuída ao colonizador, ao invés de trabalhar a diversidade religiosa do país e as crenças oriundas dos povos indígenas e africanos, por exemplo.

CAPÍTULO 4 - ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO: *SEBASTIANISMO E O ENSINO DE HISTÓRIA*

Os materiais didáticos, conforme a historiadora Circe Bittencourt (2008, p. 296-297), seriam mediadores do processo de aquisição de conhecimento, para que os conteúdos escolares tenham uma profundidade para além do próprio livro didático, servindo como auxílio para o ensino e aprendizado. Esses recursos didáticos, segundo a autora, podem ser divididos em *suportes informativos*, que seriam materiais que ajudariam nos conteúdos escolares, como livros, dicionários, jogos educativos e entre outros. O segundo recurso seriam os *documentos*, que não possuem o compromisso integral com o ensino, mas são elementos que podem auxiliar nas discussões das aulas, como a utilização de filmes, quadrinhos ou obras de arte. O objetivo desses materiais não possui a intenção de substituir a utilização do livro didático, ao contrário, os materiais passam a ser um complemento e auxílio para incentivar o intelecto e a cooperação entre o aluno e o professor. Ao trabalhar com disciplinas como a história, é importante aproximar os acontecimentos de outrora relacionando com o presente, como uma maneira de mostrar o quanto a história perpetua em outros tempos, não permanecendo no período específico.

Esse tipo de intercâmbio é de extrema relevância, principalmente diante das rápidas transformações que estão ocorrendo, o que, conseqüentemente, alterou e ressignificou as visões e valores de mundo, assim como a própria história que possui as permanências, possui também as suas mudanças no quesito de como eram vistos os fatos, fazendo com que se tenha produções de materiais mais acessíveis e dinâmicos para que ocorra uma abertura e troca maior de opiniões.

Pode-se dizer que até mesmo o processo de mudança foi ocorrendo no próprio movimento historiográfico, desde a década de 1970, com a expansão de outras áreas do conhecimento como o caso da Sociologia e também a formação de outros movimentos historiográficos, como a própria história cultural, para que a história não permanecesse nos conceitos tradicionais, mas que enxergasse as diversas expressões que envolvem a realidade e principalmente trazer à tona as narrativas que eram excluídas e outros processos de comunicação que auxiliam para a melhor compreensão da história, como o caso da literatura (FONSECA, 2006, p. 14-16; NADAI, 1993).

Contraditoriamente, na mesma época, apesar da censura e da implantação de outros mecanismos coercitivos, a produção histórica foi se renovando com o emprego da dialética marxista como método de abordagem e com a incorporação de temas de pesquisa abrangentes e direcionados para o social como a escravidão e a economia colonial. Nos anos stenta, a busca de novos temas se acentuou com a incorporação de estudos sobre a classe trabalhadora, começando pelo operariado, sua imprensa,

seus movimentos associativos, suas formas de luta e de resistência e atingindo os estigmatizados (camponeses, mulheres, prostitutas, homossexuais etc) (NADAI, 1993, p. 157).

É de suma importância a expansão de conteúdos em outros modelos didáticos, tendo como objetivo incentivar os alunos a compreenderem um pouco mais a respeito de outros assuntos, como os fenômenos religiosos que fazem parte da história das sociedades, e sua relação com aspectos políticos e sociais, como o caso do Sebastianismo. Esse fenômeno messiânico faz parte do conjunto de crenças que foram se expandindo no ocidente tendo como uma das convicções principais a segunda vinda do messias, a qual também é compartilhada por outras religiões monoteístas.

Um dos objetivos desse material é traçar esse diálogo mais específico a respeito do Sebastianismo desde a sua origem até a sua expansão e os impactos gerados por conta da crença que foi capaz de formar grupos messiânicos.

A religiosidade na figura de Dom Sebastião revela que, além da necessidade de preservar a fé em uma personalidade pública enquanto um messias, ela passa a integrar o meio cultural e, inclusive, atingindo em outros espaços, como a religiosidade afro brasileira e o catolicismo popular, tanto que o Maranhão e outros estados do Nordeste ainda carregam as permanências não só desse fenômeno, mas de narrativas daqueles que testemunharam e fizeram com que Dom Sebastião permanecesse na crença popular enquanto entidade espiritual.

O material didático será destinado aos alunos do ensino médio, tendo como objetivo de trazer esse conteúdo para que compreendam o sebastianismo enquanto parte da cultura brasileira e sua influência na construção de identidades locais. O material didático será dividido em três capítulos que irão aprimorar as discussões a respeito do sebastianismo. O material terá no início uma **Apresentação** do autor aos estudantes, explicando o conteúdo que será elaborado no decorrer dos capítulos, desde o breve resumo sobre o rei português até os fenômenos messiânicos sebastianistas.

Para a melhor compreensão do(a) aluno(a), como parte do conteúdo do material didático haverá um **Glossário** que servirá como um guia para que os alunos possam compreender os significados das palavras que serão utilizadas nos capítulos.

A seção **Indicações** será um espaço destinado para as sugestões de materiais, filmes, documentários ou indicações literárias para que os alunos possam ter outras noções existentes de ferramentas de ensino para além do material didático.

Outra opção que será necessária para os alunos é o **De olho no mapa**, como uma forma para que os(as) alunos(as) identifiquem a localização geográfica dos países ou cidades para melhor compreenderem a questão geográfica, histórica e cultural dos lugares mencionados.

Na seção **Testando o conhecimento** serão inseridas no próprio material didático atividades que podem servir para serem elaboradas na sala de aula, fazendo com que os professores construam uma diálogo estimulantes e saudável com os seus alunos, sendo também uma forma de conhecer a diversidade de opiniões para estabelecer conexões que aproximam da temática.

Por fim, na seção **Curiosidade** estão incluídas informações que detalham mais a respeito de determinados assuntos presentes em alguns capítulos do material.

O primeiro capítulo, inicia uma abordagem a respeito sociedade portuguesa do século XVI, tendo em vista a necessidade de pontuar os fatores políticos, culturais e sociais que estavam ocorrendo nesse período, explicando as modificações positivas que foram ocorrendo e os fatores que prejudicaram a situação do país na metade do século. Utilizando exemplificações a respeito do humanismo e renascimento, mencionado os intelectuais mais importantes nesse período, o dramaturgo Gil Vicente e Luís de Camões, juntamente com atividades para interagir e entender um pouco mais sobre o assunto.

O segundo tópico do capítulo aborda sobre o rei Dom Sebastião, relatando a importância do seu nascimento para Portugal na segunda metade do século XVI, sua atuação enquanto rei, sua educação para tornar-se um bom monarca e também um bom religioso. Outro fato importante foi o surgimento do termo O desejado como uma forma de fortalecer a fé popular de que Dom Sebastião seria o enviado de Deus para suprir as necessidades dos portugueses. Um dos acontecimentos que contribuíram na construção da religiosidade em torno do jovem monarca, foi através das trovas proferidas pelo sapateiro Gonçalo Annes Bandarra a vinda de um rei desejado que iria fazer com que Portugal tivesse anos de prosperidade.

O segundo capítulo trata sobre o período da colonização de Portugal na região norte do continente africano, como parte do processo das expansões marítimas que ocorreram desde o século XV, conquistando outros territórios como forma de expressar o domínio da coroa portuguesa, gerando então anos prósperos ao país, que não durou por muito tempo por conta de revoltas que causaram a expulsões do exército português em alguns países como o caso de Marrocos. Adiante, a questão da colonização é abordada no material na parte sobre curiosidades e desafios para que os alunos mais os impactos do processo colonizador que ainda podemos encontrar na atualidade. Por fim, o capítulo também aborda sobre a batalha de Alcácer Quibir que ocorreu no ano de 1578, entre marroquinos e

portugueses, já que Dom Sebastião queriam reestabelecer o poder português no norte da África e realizar uma espécie de *cruzada* para expandir a fé cristã, já que os países dessa região têm o islamismo como a religião oficial. Outro ponto a ser destacado durante o conflito, foi o desaparecimento de Dom Sebastião, fazendo com que existisse um fortalecimento do Sebastianismo, para que um dia o jovem rei retorne para Portugal e assim essa crença no monarca chegou em outros territórios como o Brasil, que aos poucos foram sendo reproduzidas outras narrativas sobre o Dom Sebastião.

O terceiro capítulo discute sobre a formação do sebastianismo no Brasil, iniciado oficialmente por meio dos sermões de Padre Antônio Vieira, exemplifico outros movimentos que ocorreram no Brasil entre os séculos XIX e XX, como a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. Por fim, explico um pouco sobre o sebastianismo enquanto fenômeno cultural nas religiões afro-maranhenses, as lendas que existem sobre o jovem rei português e as suas atuações em festividades populares como as festas de Bumba-meu-boi.

Portanto, é importante trazer esse tema para a sala de aula, pois falar sobre o Sebastianismo não envolve apenas o aspecto religioso mas como atingiu outros espaços como os campos político, social e cultural. Abordar sobre essa temática é também falar um pouco mais a respeito da história do Brasil desde o passado e os que ainda resistiram no presente.

O último tópico trata-se sobre a obra *A Pedra do Reino e o príncipe do sangue Vai-e-Volta*, escrito por Ariano Suassuna. Explico um pouco sobre a história, sobre Dom Pedro Dinis Quaderna e os reis da dinastia brasileira-sertaneja, da qual o mesmo defende ser membro. Abordo também o movimento da Pedra Bonita, que ocorreu entre 1836 à 1838, sendo esse na história o local escolhido por Dom João II, que seria o João Ferreira dos Santos, bisavô de Dom Pedro Dinis. Detalho um pouco mais os acontecimentos desse local, baseados em fatos reais, como os casamentos poligâmicos, a ingestão de bebidas que causavam efeitos alucinógenos nos seguidores do movimento e os atos de sacrifício coletivos que ocorreram em maio de 1838.

Por fim, o paradidático será encerrado com uma atividade específica do livro para que os alunos possam interagir e explicar as suas opiniões a respeito da obra. Assim, encerra-se o material, na intenção de fazer com que o sebastianismo seja compreendido em uma abordagem mais dinâmica e acessível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a investigar a construção do sebastianismo utilizando enquanto referência a obra *A Pedra do reino e o Príncipe do sangue vai-e-volta*. A partir dos elementos levantados ao longo da pesquisa foi possível observar que a figura de Dom Sebastião foi tomado enquanto um ser sobrenatural, ideia essa que se reproduziu e se preservou através da oralidade e de alguns escritos, ajudando não somente a preservar a memória do seu possível retorno mas também a fortalecer as expectativas a respeito do seu reinado.

A difusão dessas ideias ganhou força a partir do ocorrido na batalha de Alcácer Quibir e das trovas de Gonçalo Bandarra. Importante frisar que, apesar de ser um rei português, o sebastianismo não ficou restrito a Portugal, alcançando também terras brasileiras. Devido a esse aspecto, buscou-se utilizar como referência a obra de Ariano Suassuna para identificar a influência do sebastianismo no país.

Ao observar na obra a atuação de movimentos religiosos como os casos da serra do Rodeador e principalmente na Pedra do Reino ou Pedra Bonita, foi possível perceber algumas questões importantes sobre a religiosidade sebastianista, pois esses grupos que se formaram em Pernambuco e, apesar de terem atuado em tempos diferentes, ambos os grupos dividiam o mesmo anseio: a busca pelo sobrenatural para suprir as suas necessidades, já que os problemas de natureza política e social assolavam essas pessoas.

Outro ponto importante a ser destacado e que também pôde ser identificado na obra é que parte das construções a respeito do sebastianismo são heranças que surgiram em séculos anteriores, sendo a Idade Média crucial para isso, já que contribuiu para a formação do messianismo político, fazendo com que personalidades nobres fossem consideradas enquanto modelos ideais de liderança e de virtudes cristãs. E é nesse contexto que Dom Sebastião está inserido e que deu ensejo ao sebastianismo, pois ele era um rei jovem, que recebeu educação com princípios cristãos, faleceu virgem, morreu sem ter se casado e não teve descendentes e a busca pela conquista da região norte do continente africano, encabeçada por ele, foi uma forma de expandir a fé cristã em território que não seguiam a religião.

No romance *A Pedra do Reino* percebemos que essas características associadas a Dom Sebastião são as mesmas trabalhadas pela obra, tanto que ele é considerado a reencarnação de Dom Sebastião que retorna a Vila de Taperoá para ajudar o povo do local a superar os problemas sociais e políticos e fortalecer a fé cristã.

Devido a presença do sebastianismo tanto na religiosidade quanto na literatura, por exemplo, percebeu-se a necessidade de explorar essa temática e trazê-la para o ensino, fator esse que motivou a elaboração do paradidático voltado para alunos do ensino médio, permitindo a abordagem de temas como o sebastianismo e a religiosidade brasileira os quais são tão caros para um melhor entendimento da história brasileira, permitindo a correlação com demais fatos históricos como a batalha de Canudos e a religiosidade popular e de matriz africana.

Além de trazer o material para a sala de aula, outra preocupação foi torná-lo acessível, apresentando outras formas de compreender a temática para além da fonte literária, como a utilização de podcasts e vídeos básicos que explicam o sebastianismo em outros territórios, na intenção de mostrar a relevância de abordar esse assunto e de criar diálogos e interações entre alunos e professores.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução. São Paulo: Ed. Paulus, 2002.

MEGALE, Heitor (org.). **A Demanda do Santo Graal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018.

SUASSUNA, Ariano. **Discurso de posse**. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 9 ago. 1990. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/discurso-de-posse>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SUASSUNA, Ariano. Entrevista com Ariano Suassuna. **Signum**, São Paulo, n. 6, p. 211-239, 2004a. Entrevista concedida a Lênia Márcia Mongelli.

SUASSUNA, Ariano. Morte de João Suassuna. **A União**, João Pessoa, Edição especial, 02 fev. 2013. Caderno 3, p. 3. Entrevista concedida a Ricardo Farias. Disponível em: <http://auniaio.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/2011-a-2015/2013/edicoes-especiais/caderno-especial-02-02-2013.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SUASSUNA, Ariano. **A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-e-Volta**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004b.

VIEIRA, Antônio. **De profecia e inquisição**. Brasília: Editora Senado Federal, 1998.

PROGRAMAS DE TV

SEBASTIÃO encantado. Reportagem e roteiro: Marcílio Brandão. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (16:15min). Publicado pela Sala de Notícias, Canal Futura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lzPDkPujWWA&t=202s>. Acesso em: 23 set. 2020.

SUASSUNA, Ariano. **[Entrevista]**. Entrevistado por: Araken Távora. Rio de Janeiro: TVE, 1979. Entrevista concedida ao Programa Os Mágicos da TVE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LEMn0mjLAOc>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OBRAS GERAIS

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

ARAÚJO, Robson Victor da Silva. **Da ibéria ao sertão: reminiscências e resíduos íbero-medievais na epopeia paraibana de Ariano Suassuna**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

ARISTÓTELES. **Poética**. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

AZEVEDO, Patricia Bastos de; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Ensino de história, historiografia e produção de sentido em práticas de letramento. *In: REUNIÃO ANUAL DA*

ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas, PE. **Anais[...]**. Porto de Galinhas, 2012. p. 1-15.

BACCEGA, Marcus. O touro encantado na noite dos tempos: Sebastião sacramento de Artur. *In:*

BACCEGA, Marcus (org). **Combates e Concórdias: Temporalidades do conflito e da conciliação na tradição medieval**. Curitiba: Editora CRV, p. 35-50, 2018.

BARROS, José de Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, jul/dez. 2010.

BARROS, José de Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS**, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan./jun. 2010.

BARROS, José de Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Brasília, DF, v. 11, n. 1 e 2, p. 145-171, 2003.

BARROS, José de Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul**, v. 6, n. 11, jan./jun. 2007.

BARROS, José de Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antiteses**, Londrina, v. 5, n. 9, p. 391-419, jan./jul. 2012.

BARROS, José de Assunção. Sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências, Passo Fundo**, v. 12, n. 2, p. 305-325, jul./dez. 2012.

BATISTA, Fernanda. A construção do personagem Sinésio no Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta, de Ariano Suassuna, e na minissérie A Pedra d’o Reino, de Luiz Fernando Carvalho. **Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 165-183, 2018.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 143-167, 1997.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, 94-109, 2010.

BORRALHO, José Henrique de Paula. O fim da separação entre literatura e história. **Revista Contemporânea**, Niterói, v. 2, p. 1-23, 2013.

BRITO, A. de P. de L. Ariano Suassuna e o regime militar: a cultura popular como questão de soberania nacional. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 19, n. 37, p. 119–142, 2011.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CABRAL, Flávio José Gomes. Em nome de El-Rei D. Sebastião: Guerras Sebásticas e mistérios encobertos no Rodeador e em Pedra Bonita. *In*: ZIERER, Adriana; XIMENDES, Carlos Alberto (org.). **História Antiga e Medieval: cultura e ensino**. São Luís: Editora UEMA, 2009. p. 147-158.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. **O cordel e o migrante nordestino: Companheiros de Viagem**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

CAMPOS, João Vitor Natali de. **O Além e a salvação na obra *Auto Da Alma*, de Gil Vicente**. Monografia (Graduação em História Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

CARMO, Tereza Pereira do. Quaderna, a mestiçaria brasileira encarnada. **A Palo Seco**. Aracajú, n. 7, p. 39-48, 2015.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, p.179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 2000.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CONDILO, Camila. Mito e história nas histórias de Heródoto. **História da Historiografia**, Mariana, n. 26, p. 13-39, jan./abr. 2018.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.

DARTON, Roger. **Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

FASI, M. El. O Marrocos. *In*: OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília, DF: Unesco, 2010. p. 241-278.

- FERREIRA, Hugo Monteiro. **A literatura na sala de aula: uma alternativa de ensino transdisciplinar**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- FERRETTI, Sérgio F. Encantaria maranhense de Dom Sebastião. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Braga, v. 1, n. 1, p. 262-285, 2013.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FONTANA, Mônica. Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino. *In: XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-INTERCOM*, p.01-08, 2004.
- FRANCO JR, Hilário. **Idade Média: Nascimento do ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GODOY, Márcio Honório de. O desejado e o encoberto: potências de movimento de um mito andarilho. **Revista USP**, São Paulo, v. 82, p. 16-31, 2009.
- GODOY, Márcio Honório de. **Dom Sebastião no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- GRECCO, Gabriele de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 6 n. 11, jul. 2014.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura. **Revista Brasileira de Informações em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 6, 1979.
- GUIMARÃES, Ana Rosa Gonçalves de Paula; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo. As principais características e atitudes do movimento romântico. **Letras e Ideias**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 66-85, 2016.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Editora Papirus, 2013.
- HALLBAWCHS, Maurice. **Memória coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1990.
- HERMANN, Jacqueline. El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebasticas na Batalha dos Três Reis. Marrocos, 1578. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 45, p. 11-28, 2006.
- HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Luisa Severo Buarque de. Sobre a Mimesis em Aristóteles. **Reflexão**, Campinas, v. 31, n. 90, p. 53-61, jul./dez. 2006.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. v. 2.

LEITE, Antônio Áttico de Souza. **Fanatismo religioso: memória sobre o reino encantado na comarca de Villa Bella**. Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or274013/or274013.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. A leitura de textos literários no ensino de história escolar: entrelaçando percursos metodológicos para o trato com os conceitos de tempo e espaço. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 130-151, 2015.

MANDUCO, Alessandro. História e Quinto Império em Antônio Vieira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 246-260, 2005.

MARTINI, Marcus de; ROSSATTO, Noeli Dutra. Alegoria e utopia em “O Romance d’A Pedra do Reino”, de Ariano Suassuna. **Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 49, p. 285-311, jul./dez. 2014.

MARTINS, Cláudia Mentz. A História, o tempo e a memória em A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna. **Revista de Letras (UNESP Online)**, v. 51, p. 57-70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/5105/4201>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 74, p. 17-33, 2019.

MARTINS, Jossefrania Vieira. **O reino encantado do sertão: uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MARTINS, Jossefrania Vieira. Taperoá: a capital literária do Sertão-Reino de Ariano Suassuna. **Espacialidades**. Natal, v. 14, n. 1, p. 40-62, 2019.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Jovem Rei Encantado: expectativas do Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII a XVI**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. Os desafios teóricos da história e literatura. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 1, ago. 2013.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de História na Educação Infantil e formação do aluno. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, n. 8, 2016.

MONGELLI, Lênia Márcia. “Cavaleiros” de hoje: o heroísmo de anti-heróis. **Signum**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 176-204, 2013.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 5, p. 23-43, abr./jun.2014.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, 1993.

NARVAES, Giuliarde de Abreu. **O imaginário sertanejo no Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai- e -volta: memória e invenção em uma imagística quadernesca**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalhador nacional (1870/1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 1991.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, jul. 2001.

NUNES, Marcelo Adriano da Silva; SANTANA, Lucimar de. A influência literária na música do movimento armorial de Ariano Suassuna: palavras e sons do Brasil desconhecido. **Arterevista**. n. 4, p. 112-128, 2014.

OLINTO, Heidrun Krieger. Novas sensibilidades na historiografia (literária). **Itinerários**, Araraquara, v. 22, p. 13-36, 2004.

OLIVEIRA, Cyntia Kelly Barroso. Simbologias medievais n’a Pedra do Reino. **Letras Escreve**. Macapá, v. 6, n. 1, 1. sem. 2016.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 2, 2001.

OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues de. O messianismo na dinastia davídica: de sua situação histórica à escatológica. **Revista Teológica Prática**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9 e 10, p. 27-37, 2007.

PAULA, Keynny Lina Dala Bernardina de. **A aventura do Reino Encantado: a representação do sertão no Romance d’a Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. “Filhos do Rei Sebastião”, “Filhos da Lua”: construções simbólicas sobre os nativos da Ilha dos Lençóis. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 61-74, 2005.

PEREIRA, Nilton Mullet. Representações da Idade Média no livro didático. *In: SIMPÓSIO*

NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais** [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-9.

PEREIRA, Rosuel Lima. Convergência e analogias das “representações” da “imagem” do Rei Dom Sebastião de Portugal na encantaria. **Medievalis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza(org). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 11-18.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e Literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **História e Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 11-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PINHEIRO, Paulo. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Poética**. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 7-34.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no mundo**. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2003.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REIS, Luís Augusto da Veigas. A herança "Regionalista-Tradicionalista-Modernista" no Teatro Popular do Nordeste: fraternais divergências entre Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho. **Investigações**, Recife, v. 17, n. 1, p. 7-24, 2004.

RIBEIRO, Josena Nascimento Lima. **Messianismo e poder no reinado de D. João I, de Portugal**. 2014. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

RIBEIRO, René. O episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um Movimento Milenar e Sebastianista. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, 133-44, 1960.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de história. *In*: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2016. p. 78.

SANTOS, Tania Lima dos. **A (re) escritura mítica do sebastianismo no romance d'a Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. 2009. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

- SANTOS, Yoná. **Dom Sebastião antes do sebastianismo**: pensamento político português humanista no De Regis Institutione et Disciplina, de Jeronimo Osório. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SCHMITT, Jean Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo**: ensaios de antropologia medieval. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- SILVA, Clécia Assunção. **A literatura maranhense como fonte no ensino de história e literatura afro-brasileira**: análise e propostas didáticas sobre “Os Tambores de São Luís” de Josué Montello. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- SIMÕES, Ester Suassuna. Questões de morte, luto e herança em Vida Nova Brasileira, de Ariano Suassuna. **Garrafa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 22, p. 294-308, 2018.
- SUASSUNA, Ariano. **Cadernos de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2000. v. 10.
- SZESZ, Christiane Marques. **Uma história intelectual de Ariano Suassuna: Leituras e Apropriações**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- TEIXEIRA, Jonatan Nunes; OLIVEIRA, Paulo Custódio. Movimento Armorial: a dualidade entre o erudito e o popular. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 13, n. 22, p. 163-174, 2017.
- THIENGO, Lara Carlette. A pedagogia tecnicista e a educação superior brasileira. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 38, p. 59-68, dez. 2018.
- TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antúteses**, Londrina, v. 3, n. 6, p. 43-758, jul./dez. 2010.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004. v.2.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- VASSALO, Lígia. **O sertão medieval**: origens europeias do teatro do Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. Literatura na escola brasileira: história, normativas e experiência no espaço escolar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 54, p. 409-433, maio/ago. 2018.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Cavaleiros medievais entre História e Literatura: Lancelot e Galaaz. In: AGOSTINHO, Régia; BACCEGA, Marcus (org). **Letras e Veredas da História: diálogos e convergências**. São Luís: Café e Letras: Edufma, 2018. p. 99-121.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Galaaz e Lancelot n'A Demanda do Santo Graal: modelos ideais de cavaleiro em confronto. **Medievalis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2015.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. **Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-1385/1433)**. 2004. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Rei Artur e sua apropriação na longa duração, do rei Afonso III, de Portugal a D. Sebastião, o desejado. **Graphos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 74-90, 2016.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a "literatura" medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.